

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO E VISIBILIDADE: SABERES EM CONSTRUÇÃO NA
AGENDA 21 DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ/RJ

LÍDICE DE BARROS GUERRIEIRO

Rio de Janeiro

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E VISIBILIDADE: SABERES EM CONSTRUÇÃO NA
AGENDA21 DE ITABORAÍ/RJ

Lídice de Barros Guerreiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador Professor Doutor Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Abril
2013

**EDUCAÇÃO E VISIBILIDADE: SABERES EM CONSTRUÇÃO NA
AGENDA21 DE ITABORAÍ/RJ**

Lídice de Barros Guerreiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Libânia Nacif Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2013

Agradecimentos

À minha mãe, Regina Paula, pelo afeto e paciência ao longo de todos esses anos.

Ao meu pai, Wilson Guerreiro, pelas palavras doces, de incentivo e à resistência para mantermos um olhar crítico sobre o mundo.

À minha irmã, Letícia, exemplo de dedicação e força.

Às minhas amadas avós, Liliana e Maria Amélia (*in memória*), pelo amor e por me educarem para o mundo.

À Miriam Limoeiro pela dedicação à produção do conhecimento, e por me ensinar que o rigor é tão importante quanto a delicadeza.

Ao meu orientador Carlos Frederico Bernardo Loureiro pelo saber e orientação precisa, perfeita e atenciosa.

À Erli Sá dos Santos pelo amor incondicional, dedicação, afeto e atitude diante do mundo que me fizeram perceber a fortaleza que é o ser humano.

À Ana Lúcia Silva Enne pelo amor, por mostrar os maravilhosos caminhos da sensibilidade e por me ensinar a ludicidade da vida.

À Ana Cristina Pimentel e Sílvia Souto Maior pela amizade, carinho e risadas juntas.

Ao Ney Lanzellotti, amigo carinhoso e bom de papo.

À Stelamari pelas palavras certas que tanto me ajudam no nosso crescimento para o mundo.

À Odaleia pelo amor e amizade.

À equipe Administrativa do programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ pelo carinho e competência.

Aos companheiros do Lieas pelas trocas e comunhão no compromisso de desvelar o real.

Aos meus alunos e alunas do magistério pela transpiração e inspiração diárias que me recompõem as energias.

Aos representantes do setor comunitário de Itaboraí pela dedicação à luta junto aos setores populares.

O operário em construção
(Vinícius de Moraes)

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
(...)
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa e a coisa
faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
(...)
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: (...) vidro, parede,
janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia.
(...)
Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário
(...)
Pois além do que sabia – exercer a
profissão –
O operário adquiriu
Uma nova dimensão
A dimensão da poesia.
Começou a dizer: não.
(...)
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
(...)
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão

Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.
E o operário disse: Não!
(...)
–Loucura! – gritou o patrão.
Não vês o que te dou eu?
-Mentira! – disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.
(...)
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão, porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.

RESUMO

Educação e visibilidade: a construção de saberes na Agenda 21 Local do município de Itaboraí/RJ

Após a Rio-92 e a mobilização da sociedade em torno do tema desenvolvimento sustentável, a questão que se colocava era como agir para realizá-lo para o século 21. A presente pesquisa é uma investigação sobre os avanços e limites da proposta de ação da Agenda 21 Itaboraí, a partir dos saberes sobre educação ambiental contidos nos documentos (Agendas 21 Global, Brasileira e Local) e produzidos pelas principais lideranças comunitárias. Entendemos que, na área socioambiental, o modo de inserção do Brasil na economia globalizada foi traduzido pela Agenda 21. Em 2007, seu fórum local foi incorporado ao programa de relacionamento do Comperj no município. De acordo com nossa hipótese, compreendemos Agenda 21 como um espaço pedagógico não-formal pautado por premissas e metodologia de resolução de conflitos. A partir do referencial teórico-metodológico marxista, percebemos seu potencial educador para novas sociabilidades que utilizam como estratégia política a participação como condição para ‘harmonizar’ crescimento econômico, proteção da natureza e justiça social. Esse movimento que representa um descolamento da perspectiva de totalidade, ou seja, dos determinantes das relações sociais, produz um processo de repolitização da política, a partir de *novas práticas* onde os conflitos podem ser supostamente contornados em processos de negociações com sujeitos cada vez mais isolados, setorizados. A presente pesquisa teve como objetivo identificar e conceituar os saberes produzidos pelo chamado terceiro setor (associações de moradores e ONGs). Tomamos como material empírico de análise, principalmente, as concepções de educação ambiental, participação política, consenso, conflitos, empoderamento, desenvolvimento sustentável. Buscamos também comparar as concepções construídas com aquelas propostas pela Educação Ambiental Crítica.

Palavras-chave: participação, educação não formal, Agenda 21, educação ambiental crítica, políticas públicas, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Education and Visibility – the building of knowledge in Agenda 21 local of the city of Itaboraí/ RJ

After Rio-92 and the mobilization of the society around sustainable development, a question was made of how to act in the 21st century. The present research is an investigation about the progress and limits of the proposal to the action of Agenda 21 Itaboraí; from knowledge of environmental education contained in the documents (Agenda 21 Global, Brazilian and Local) and produced by the main communitarian leaderships. We mean that in the socio environmental area, the way of Brazil insertion in the globalized economy was translated by Agenda 21. In 2007, its local forum was incorporated with Comperj relationship program in Itaboraí. According to our hypothesis, we understand by Agenda 21 a non-formal pedagogical space regulated by premises and methodology of solving conflicts. Taking into account a theoretical Marxist methodology, we have realized its educational potential for a new sociability which uses as a political strategy the participation as a condition to 'harmonize' economic growth, nature protection and social justice. This movement which represents a detachment of the perspective of the totality, that is, independence of social relations, produces a process of turning politics a political process using new practices where conflicts could be solved by negotiating with individuals each time more isolated, organized in sectors. The present research has had the purpose to identify and conceptualize the knowledge produced by the third sector (dwellers' associations and non-governmental associations). We have taken as empirical material of analysis mainly the conceptions of environmental education, political participation, consent, conflicts, empowering, and sustainable development. We have compared the built conceptions with those proposed by the Critical Environmental Education

Key words: participation, non-formal education, Agenda 21, critical environmental education, public policy, sustainable development

Lista de siglas e abreviaturas

APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CF – Constituição Federal
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
CONAMA – Comissão Nacional de Meio Ambiente
CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OMC – Organização Mundial do Comércio
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PLDS – Plano Local de Desenvolvimento Sustentável
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PREAL – Programa de Promoción de La Reforma Educativa em América Latina y el Caribe
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
REDD – Reduce Emissions for Deforestation and Degradation ou Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação
RIMA – Relatório de Impactos Ambientais
SERLA – Secretaria Estadual de Rios e Lagoas
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

INTRODUÇÃO

1. Meio ambiente e sociedades: um campo de disputas	p.11
2. Historicizando a Agenda 21 e o papel da sociedade civil	p.16
3. A Agenda 21 Brasileira	p.20
4. Educação ambiental e participação na Agenda 21.....	p.22
CAPÍTULO I – Despolitizar a política: estratégias para informar e formar....	p.39
1.1 As determinantes do Estado capitalista neoliberal enquanto produto da flexibilização das relações econômicas de produção	p.43
1.2 O papel estratégico do <i>agir localmente</i>	p.49
1.3 O Estado e a “nova” cidadania	p.55
CAPÍTULO II – Agenda 21: educando o consenso	p.58
2.1 Grandes empreendimentos, seus impactos e a produção de invisibilidades	p.65
2.2 Uma agenda para um cenário de crise e uma “nova” governança	p.73
2.3 Agenda 21 Itaboraí – premissas conceituais	p.75
2.4 Metodologia da Agenda 21.....	p.76
2.5 Educação ambiental na Agenda 21 Itaboraí	p.85
2.6 Mobilização e participação enquanto estratégias do capital para educar o consenso	p.90
2.7 Poder e participação na Agenda 21 Itaboraí	p.94
CAPÍTULO III – O terceiro setor, a construção do conhecimento e a nova sociabilidade do capital	p.98
3.1 Mapeando conceitos nas Agenda 21: do global ao local	p.100
3.2 Saberes em construção e o terceiro setor na Agenda 21 Itaboraí	p.108
3.3 Possíveis contornos para a relação entre educação ambiental, Agenda 21 e participação	p.128
CONSTRUINDO UMA CONCLUSÃO	p.131
BIBLIOGRAFIA.....	p.140
Anexo I	p.148

INTRODUÇÃO

1. Meio ambiente e sociedades: um campo de disputas

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no país está inserido em um amplo contexto de incorporação das questões ambientais pelo poder público a partir da década de 1980. O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988 contribui para a formação de um campo de atuação ao responsabilizar tanto o poder público quanto a sociedade pelas ações em defesa e preservação do meio ambiente. Esse campo, em construção até os dias de hoje, é constituído por diversos atores sociais, organizados ou não. Nele estão em disputa não apenas questões relativas ao meio ambiente, mas também políticas e sociais. Neste contexto insere-se a Agenda 21, enquanto instrumento de planejamento participativo, tema de reflexão desta pesquisa, como será explicitado no decorrer desta introdução.

As questões ambientais, principalmente nos países em desenvolvimento, convergem para e se complementam com demandas socioeconômicas, envolvendo a efetivação de direitos sociais como educação, trabalho, moradia, saúde, renda compatível com as reais necessidades da população. A questão ambiental é portadora de elementos que desmistificam um modelo de desenvolvimento socioeconômico supostamente democrático, revelando diferenças sociais de acesso a bens, territórios e instrumentos de participação política.

No campo dos conflitos socioambientais estão em disputa uma gama de representações simbólicas e discursos sobre as causas da crise ecológica e soluções de curto e médio prazo, assim como é objeto de disputa a desigual distribuição dos impactos ambientais e sociais do presente modelo de desenvolvimento. Além do Estado, os movimentos sociais assumem o papel de protagonistas na construção de novas práticas econômicas e políticas mais justas, tanto nos aspectos ambientais como sociais. Esse processo demanda uma atuação qualificada da sociedade civil, que ultrapasse a superficialidade com que muitas vezes os problemas sociais são apresentados e supostamente resolvidos, incluindo as técnicas modernas de resolução negociada de conflitos e suas consequências muitas vezes despolitizadoras e desmobilizadoras.

A participação política não é uma característica inerente/inata ao ser humano, mas aprendida, fruto do processo de socialização. Assim, os processos educativos têm um importante papel na democratização das relações sociais quando assumem uma perspectiva dialógica, incorporando os conflitos inerentes à lógica da sociedade capitalista nas disputas por hegemonia entre as classes.

Pensar os processos formativos institucionalizados proporcionados pela escola e também aqueles que acontecem fora do contexto escolar, em espaços não formais, como a participação em associações, conselhos municipais, atividades em ONGs ou processos de gestão pública, entre outros, significa ampliar os sentidos e o papel da educação para a formação humana. Instrumentalizar os indivíduos, principalmente, os segmentos excluídos dos processos decisórios da esfera econômica e política, de saberes que lhe permitam interpretar a sociedade enquanto sujeito capaz de definir e conduzir, e não apenas executar, os processos sociais e políticos para a transformação das relações sociais (FALLEIROS *apud* NEVES, 2005).

Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental na construção de saberes ancorados numa perspectiva crítica da realidade social e de suas contradições. Saberes que possibilitem uma intervenção qualificada nas diversas esferas de atuação, tuteladas ou não pelo poder público, como sindicatos, organizações da sociedade civil, conselhos municipais, associações de moradores. Esse é um dos elementos que compõem o conceito de cidadania, entendida aqui como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada.” (DEMO, 1995).

A relação entre cidadania e questões ambientais vem construindo um importante campo de análise, pois é também a partir de temas ambientais que parcela da população está conseguindo maior mobilização e conquistas no espaço público. Mas essa maior visibilidade de demandas de grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica e política, a partir da participação nas arenas públicas, é capaz de produzir mudanças nas estruturas de poder local e nas agendas de prioridades da política municipal? Ou temos, contemporaneamente, novos arranjos institucionais que permitem um mapeamento dos conflitos sociais, identificação de lideranças, e por meio de chamados processos participativos como fóruns locais e regionais de discussões, audiências públicas, cursos de capacitação e gestão públicas,

além de outros instrumentos de uma política descentralizadora, um maior controle, agora local, das questões sociais?

A partir da década de 1990, é possível perceber que novas demandas do sistema econômico mundial, relativas a uma reorganização para dar conta dos limites de exploração da natureza, reconfiguram novos atores e seus papéis no sistema produtivo. Nesse movimento, novas categorias são construídas ou rearticuladas. Entre elas o conceito de desenvolvimento, agora sustentável, que passa a incorporar as dinâmicas socioculturais na construção de um suposto novo modelo. A ideia de sustentabilidade que permeia essa “nova” visão defende a reorganização da sociedade em torno de valores que promovam a sustentabilidade e uma reapropriação de saberes para a gestão do meio ambiente e seus recursos. As mudanças propostas envolvem também uma reconfiguração das instituições e a criação de novos espaços de interlocução entre Estado e sociedade.

A proposta de identificar as causas e os efeitos dos prováveis desequilíbrios em um sistema hipoteticamente harmonioso entre homem e natureza passa pela recuperação de um poder perdido pelos segmentos mais expostos a vulnerabilidades, denominados excluídos.

Encontramos em documentos e relatórios das agências multilaterais (Banco Mundial, ONU, BIRD, OMC) a receita para uma boa gestão dos recursos naturais. Partindo de uma perspectiva supraclassista e a-histórica, e por meio de parcerias, haveria um empoderamento de grupos “potencialmente em desvantagem”. A ocupação de espaços de decisão, sob uma perspectiva gerencial, e muitas vezes, apresentada ideologicamente como uma atuação descolada da política local, é chamado de governança.

(...) a AGENDA 21 enfatiza os direitos, a importância e as contribuições potenciais dos pobres, indígenas, idosos e jovens, mulheres, camponeses, deficientes e outros grupos ‘minoritários’. (...) estes grupos potencialmente em desvantagem têm os mesmos direitos à saúde, abrigo, alimento, etc. que o resto da humanidade. (...) Ela explica também que estes grupos têm os mesmos direitos a voz nas decisões sobre o caminho que o desenvolvimento deve tomar, e têm sua própria contribuição – em termos de conhecimento tradicional, valores, experiência de vida – a fazer para a sua consecução (KRANZ, 2012, p.7).

As esferas políticas de interlocução criadas ou reconfiguradas pelo presente modelo capitalista de desenvolvimento socioeconômico pressupõem uma participação qualificada da sociedade civil modelada por conceitos de gerenciamento ambiental, ‘desenvolvimento de recursos humanos’, ‘oportunidades’, ‘treinamentos’, buscando “a conciliação entre as

pressões aparentemente conflitantes do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental e da justiça social” (KRANZ, 2012, p.13).

Diante da complexidade de definições e sentidos em que o conceito de participação está inserido, o presente trabalho busca compreender e problematizar os conhecimentos construídos a partir de um tipo de participação proposto por um formato específico – fóruns da Agenda 21 Local. O processo de construção da Agenda 21 Brasileira é considerado “(...) a mais ampla experiência de planejamento participativo desenvolvida no país no período posterior à Constituição Federal de 1988(...)” (Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias, 2004, p.12).

O ‘novo pacto federativo’ presente na CF/88, supostamente descentralizando as áreas fiscais, política e administrativa, fortaleceu os municípios, o local. Seu papel no ‘novo Estado’ é de executor direto das políticas públicas, enquanto o nível federal tem o poder de coordenar, informar e controlar (*idem*, p.76).

“No caso específico das políticas ambientais, por exemplo, uma questão fundamental se coloca em termos da incorporação de novos instrumentos e mecanismos econômicos como elementos complementares às decisões tomadas dentro do estilo de comando e controle” (*idem*, p.89).

O objeto específico da pesquisa é o processo de construção da Agenda 21 Local na cidade de Itaboraí, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, iniciado efetivamente em 2006. O município teve sua proposta de construção da Agenda 21 escolhida para ser financiada de acordo com o Edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) nº 02 de 2003 do Ministério do Meio Ambiente. Essa proposta foi enviada para análise dentro de uma linha temática lançada pelo FNMA em 2000 para viabilizar a construção de Agendas 21 Locais via financiamento de projetos na área chamada Demanda Espontânea da Carteira de Educação Ambiental do fundo. A proposta de Agenda foi enviada pela organização não-governamental Associação Projeto Rodaviva-RJ com o título “Comunidade Construindo sua Agenda: Itaboraí se mobiliza para a construção da Agenda 21 Local”.

Dentro da área de trabalho chamada Educação Ambiental, que consta no endereço eletrônico da organização não governamental Rodaviva, o objetivo do processo de formulação da Agenda 21 de Itaboraí é construir o planejamento estratégico participativo da região,

educando para a cidadania ambiental, tendo como público alvo as comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental e suas ações orientar-se-iam pela aplicação da mobilização e organização comunitária nos moldes da Agenda 21. Esse projeto estaria inserido em três áreas programáticas “bem definidas e articuladas: Desenvolvimento Comunitário, Fortalecimento da Escola Pública e Educação Ambiental” (*site Rodaviva*).

A partir de 2007, com a escolha do município de Itaboraí para sediar a construção do Complexo Petroquímico da Petrobras, empreendimento com importância estratégica para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2006 pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, a empresa Petrobras incorpora a Agenda 21 Local de Itaboraí. A partir desse momento, a metodologia da Agenda 21 é utilizada

como um roteiro estruturado para o diagnóstico socioparticipativo e proposição de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que expresse o consenso das preocupações e potencialidades econômica, social e ambiental, de governantes, empresários, lideranças da sociedade civil e cidadãos (Grupo Gestor da Agenda, 2006, p.1).

A fusão das duas Agendas 21, sob coordenação do Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj coordenado pela Petrobras, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Ambiente teve como objetivo

construir condições para que a sociedade civil e governos da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) se organizem e se preparem para receber os grandes investimentos e aumento da atividade econômica na região. Para isso é necessário aumentar o Capital Social com o fortalecimento da rede de relacionamento entre pessoas e organizações, a partir de espaços em que todos os setores sociais possam expressar e discutir permanentemente suas preocupações, e como aproveitar as oportunidades com responsabilidades compartilhadas, para justiça social e ambiental. (*idem*, p.1)

Com o início de suas atividades marcadas para o ano de 2014, esse mega empreendimento, que ocupa uma área de aproximadamente 45 quilômetros quadrados, envolve direta e indiretamente os municípios de Itaboraí, Magé, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Saquarema e Rio de Janeiro.

Com o objetivo de refinar 150 mil barris diários de petróleo pesado originado da Bacia de Campos (Marlim) ¹, os impactos socioambientais sobre a região são consideráveis.

¹ O campo de Marlim foi descoberto em 1985 e é um dos três maiores da Bacia de Campos. Disponível em http://www.cprm.gov.br/publique/media/capX_c.pdf. Acesso em 13 jan. 2013.

Utilização dos rios Macacu e Caceribu para escoamento da produção e fornecimento de 1200 litros de água por segundo; construção de emissário submarino para destinação dos resíduos; emissões aéreas altamente poluidoras; realização de arbitrários processos de desapropriações da população local; crescimento urbano desordenado; promoção de déficit no abastecimento de água não apenas para o município, mas também para os do entorno. Esses são alguns dos elementos que delineiam o conflito em torno de um empreendimento construído em parte de um território constituído por 22 áreas naturais protegidas no Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense. A Apa de Guapimirim será diretamente atingida. Criada em 25 de setembro de 1984, Decreto Federal nº90225,

(...) protege os derradeiros manguezais do recôncavo, assegura a manutenção das condições naturais de trechos da baía de Guanabara e a sobrevivência de uma população humana (sobretudo pescadores e caranguejeiros) que mantém características tradicionais no convívio com o ambiente (GIULIANI; PINTO, 2008, p.11).

Diante desse contexto, a Agenda 21 Comperj, subdivide-se em Agendas Comperj municipais, que passam a ser fóruns para apresentação do projeto da empresa e, utilizando a metodologia da Agenda 21, busca relacionar-se e mobilizar as populações locais – representantes do poder público, da iniciativa privada, de ONGs e da comunidade (KRANZ, 2012).

2. Historicizando a Agenda 21 e o papel da sociedade civil

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro, consagrou o papel da sociedade civil organizada nas questões ambientais, movimento que se redesejava, anteriormente à década de 1970, motivado, principalmente, por ações de resistência às ditaduras e de busca de novos formatos participativos. Os chamados novos movimentos sociais se constituem enquanto formas alternativas ou complementares aos movimentos tradicionais de luta de classes, sindicais, focados nas contradições das relações entre capital e trabalho. Podemos citar como exemplo, os protestos contra a guerra do Vietnã, movimentos feministas, dos homossexuais, lutas por direitos civis e políticos dos negros, não apenas nos Estados Unidos, mas nos países descolonizados, além dos movimentos ecológicos (MONTAÑO, 2011).

A busca por novos formatos e espaços participativos, tutelados ou não pela esfera estatal, tendo como protagonistas não mais as classes sociais e os partidos, mas atores com causas parcelares, particularizadas, setorializadas, confirmou uma tendência das novas formas de luta. Consagrou também, em certa medida, uma perspectiva de análise que divide a sociedade em três setores: primeiro, segundo e terceiro. O primeiro, o poder público, o Estado; o segundo representado pela esfera do mercado; e o terceiro integrado por organizações não lucrativas e não-governamentais (ONGs), incluindo os sindicatos, as associações comunitárias, as instituições de caridade, de filantropia, as ações solidárias e voluntárias enquanto iniciativas privadas originadas da sociedade civil.

A esfera de atuação dessa sociedade civil organizada, de acordo com esta perspectiva, está pautada na formação de parcerias entre diversos atores sociais a fim de construir novas respostas para as questões sociais, inclusive os conflitos socioambientais. Essas respostas não caberiam mais apenas ao Estado, enquanto promotor e garantidor dos direitos. A construção de um discurso acerca de uma crise do Estado e de supostas ineficiências das respostas econômicas para as atuais demandas, via escassez de recursos, que não seriam necessariamente de caráter econômico, nem políticos, mas sociais, de gestão, construíram um ideário que buscou naturalizar e legitimar justificativas, discursos e práticas elegendo como viáveis respostas técnicas, de gestão (a pobreza como uma questão técnica e não econômica) para problemas socioeconômicos.

A “crise de governança” em que se encontra o sistema de produção capitalista, do ponto de vista neoliberal, conforme apresentado acima, não é uma crise estrutural do modo de produção, e deve ser resolvida via “*desmonte* das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas” (MONTAÑO, 2011, p. 203, grifos do autor) para, assim, garantir formas flexíveis de circulação e acumulação do capital. “Por outro lado, o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida de um contingente cada vez maior de trabalhadores levam o capital a redefinir suas estratégias de busca do consenso da maioria das populações no limiar do século XXI” (NEVES, 2005, p. 32).

A fim de promover e consolidar um padrão mais flexível de acumulação do capital, desterritorializando o capital, mas mantendo garantias do fluxo dos lucros para as economias

do centro do capitalismo, uma nova sociabilidade² é pensada e apresentada sob a forma de produção científica por teóricos como Friedrich August Von Hayek, Anthony Giddens, Norberto Bobbio, Alan Wolfe e por atores sociais diretamente interessados em consolidar o padrão de acumulação, como o FMI, o Banco Mundial e as burguesias nacionais.

Esse novo padrão de sociabilidade propõe que os indivíduos se reconheçam como sujeitos dotados de uma flexibilidade necessária para compreender e interagir com especificidades que podem ser conjunturais (históricas/temporais) e locais (culturais). Situa-se aqui a construção de um sujeito *atemporal* e *a-histórico*, descontextualizado, mas apto para adaptar-se, destituído de uma historicidade que lhe permita compreender-se enquanto ser social, produto e produtor de relações sociais imersas em um conjunto maior, uma totalidade, de processos concretos de reprodução de existência permeado pela luta de classes.

A temporalidade e a flexibilidade dos fluxos dos mercados, financeirizados ou produtores de mercadorias, demandam cenários estáveis, mas pouco resistentes a mudanças, a fim de onerar o mínimo possível o capital, seja ele estatal ou privado. Por cenários estáveis entendemos contextos locais representados por governos locais, instituições, mercados locais e sociedade civil organizada, pautados por princípios funcionais ao processo de acumulação neoliberal.

Para contrapor-se ao padrão de garantia de direitos e segurança do welfare state, Anthony Giddens propõe que

a nova proeminência do risco conecta a autonomia individual de um lado com a influência avassaladora da mudança científica e tecnológica em outro. (...) Oportunidade e inovação são o lado positivo do risco. (...) Um compromisso positivo com o risco é um componente necessário da mobilização social e econômica. Alguns riscos nós queremos minimizar tanto quanto possível; outros, como os envolvidos em nossas decisões de investimento, são uma parte positiva e inevitável de uma economia de mercado bem-sucedida (GIDDENS, 1999, p. 72-73).

Para Montaño e Duriguetto, o novo padrão de intervenção do Estado – neoliberal – requer mudanças em diversas esferas da sociedade, o que inclui uma instrumentalização de

² No decorrer da dissertação apresentamos a ideia de sociabilidade situando-a no debate sobre a instrumentalização de valores e práticas sociais compatíveis e fundamentadoras da lógica do mercado junto às diversas dimensões da realidade. Ver NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

(...) um conjunto e valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado ‘terceiro setor’, os valores altruístas de ‘solidariedade individual’ e do ‘voluntarismo’ e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por *instrumentalizar a sociedade civil* – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável; o conceito ideológico do ‘terceiro setor’ contribui para esses objetivos (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.307, grifos dos autores).

A “crise de governança” atinge o meio ambiente. A percepção dos limites e avanços em torno da aplicabilidade das convenções, dos acordos e dos protocolos na política ambiental global e da necessidade de garantir a apropriação de recursos naturais para a manutenção da produção, fez da sociedade civil organizada um ator fundamental na governabilidade ambiental internacional (ALIER, 2009). A potencialização do poder de mobilização com uma atuação em rede e uso eficiente de informações e da mídia a colocou como um ator fundamental na agenda da política ambiental.

A proposta de gestão de uma crise e dos problemas acerca da utilização sustentável da biodiversidade e seus efeitos para o planeta, sob a perspectiva apresentada anteriormente, de consenso e parcerias entre os interesses de diferentes atores, vêm ocupando importantes espaços tanto na esfera institucional como no plano de ação local. No Brasil, elevados a agentes de desenvolvimento local no final da década de 1988, os executivos municipais passam a incorporar em suas agendas temas como meio ambiente, gênero, direitos humanos, acesso a bens, enquanto etapa do processo de reforma e descentralização do Estado brasileiro. Presume-se que a proximidade dessa esfera de poder com a população seja o espaço onde os conflitos estão mais explícitos e necessitam ser resolvidos.

Nessa perspectiva, é criada a Agenda 21 Global, fruto de discussões na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Dessa conferência resultam também importantes acordos: Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. Um novo padrão de desenvolvimento permeia as propostas. O tema meio ambiente, visto sob uma perspectiva consensual, deve interligar-se ao econômico e ao social, resultando em eficiência econômica, conservação ambiental e justiça social.

A proposta da Agenda 21 apresenta-se como um programa de ação baseado em dinâmicas de construção de consensos e parcerias na sociedade. Pretende ser um caminho para estimular novas formas de planejamento e gestão, através da potencialização tanto do

capital natural como do capital humano enquanto fatores de desenvolvimento. Cada país tem autonomia para desenvolver suas agendas. Através da construção de espaços de participação chamados Fóruns locais, do uso de metodologias e dinâmicas de produção coletivas, são criadas as Agendas 21 Locais, enquanto espaços consultivos, que, no Brasil, dialogam com espaços deliberativos, por exemplo, como os Conselhos Municipais já existentes nas diversas localidades na orientação e construção de políticas públicas.

3. Agenda 21 Brasileira

A construção da Agenda 21 Brasileira foi coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), criada em 1997. Após vários processos de consultas, produziu-se um vasto material para ser utilizado na implementação das Agendas 21 Locais. Para o Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, a interlocução da sociedade civil com as esferas locais do governo é indispensável para lidar com os problemas do desenvolvimento social e econômico, como habitação, desemprego, exploração de recursos entre outros. A criação de uma cultura participativa e sustentável envolve processos permanentes de sensibilização e capacitação dos setores sociais que participam da Agenda 21. Através da reorganização dos sistemas de gestão, seria possível horizontalizar as instâncias de decisão, tendo os municípios como *locus* privilegiados dessa dinâmica e validação social das políticas públicas e de financiamento das mesmas.

Espera-se também que a criação e utilização dessas “(...) estruturas deliberativas e democráticas, devidamente institucionalizadas, atemporais, suprapartidárias e paritárias (...)” (Cadernos de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade; 2003 p.6) garantam uma mudança de comportamento com a internalização de novos hábitos e saberes através de processos educativos formais e não-formais como cursos de gestão socioambiental, de associativismo, de educação ambiental, capacitações e os próprios Fóruns das Agendas locais. Esses processos constitutivos da dinâmica da Agenda 21 Brasileira seriam promotores de uma reconstrução da qualidade de vida das sociedades, reconstrução esta “de baixo para cima” (idem) e ancoradas, agora, numa perspectiva da sustentabilidade ambiental e social, e princípios éticos para responder aos novos desafios. Essa reconstrução pressupõe um processo de reapropriação de saberes e práticas pedagógicas produtoras de novas dinâmicas políticas e

sociais nas esferas locais de atuação, a fim de obtermos uma participação qualificada da sociedade civil.

A Agenda 21 Global é um documento dividido em 40 capítulos e assinado pela maior parte dos países que participaram da Rio-92. Inserida na lógica das intervenções setorializadas, o terceiro setor tem uma importância estratégica para uma integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões que podem nortear as políticas públicas, principalmente aquelas que afetam diretamente a localidade. É importante ressaltar que a promoção das Agendas Locais dependeu, e ainda depende de iniciativas envolvendo as ações dos três setores da sociedade – Governo local (poder municipal); setor empresarial local e comunidade.

A participação da comunidade, considerada espontânea pelos documentos estudados, se dá através dos fóruns das Agendas locais, nos quais são feitas assembléias, deliberações sobre o funcionamento das reuniões e dos fóruns, consultas acerca de temas, propostas e tipos de atuação que possam permitir a inserção dos princípios do desenvolvimento sustentável na promoção das políticas públicas, em especial nos planos locais de desenvolvimento sustentável.

Esse tipo de participação é considerado um empoderamento, principalmente, do setor historicamente excluído dos processos de decisão. É, assim, uma proposta de governança local na qual os atores são idealmente portadores de uma igualdade nos processos de negociação e co-responsáveis pela elaboração dos diagnósticos, dos planos de ação e gestão em torno de metas comuns. A capacidade de trabalhar formando parcerias, ou seja, uma verdadeira “rede de cumplicidade” (Ações Prioritárias – Agenda 21 Brasileira, p.6).

A proposta de construção da Agenda 21 Local possui princípios e metodologia específicos que devem ser articulados com a realidade local. Seus princípios são: Parcerias; Participação e Transparência; Enfoque sistêmico; Preocupação com o futuro; Responsabilidade; Equidade e Justiça; Limites ecológicos. A produção e utilização de indicadores para realização de diagnósticos também é considerada uma importante ferramenta de análise e mapeamento da realidade por parte da Agenda 21.

Destaca-se o capítulo 27 da Agenda 21 Brasileira- Ações Prioritárias, dedicado ao terceiro setor, mais especificamente, às Organizações Não-Governamentais, consideradas

parceiras fundamentais para “estimular o sentimento” para a democracia participativa, entendida no documento como a busca por

um objetivo comum em nome de todos os setores da sociedade. As chances de forjar tal sentimento dependerão da disposição de todos os setores de participar de uma autêntica parceria social e diálogo, reconhecendo, ao mesmo tempo, a independência dos papéis, responsabilidades e aptidões de cada um (Agenda 21 Brasileira, capítulo 27).

Isso se daria através de uma comunidade de rede mundial buscando a máxima cooperação envolvendo organizações internacionais e esferas de Governos nacionais e locais não apenas via financiamento, mas também para utilização de seus conhecimentos especializados “sobre formulação, implementação e avaliação de políticas e programas”.

O documento Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias destaca no terceiro setor uma positiva e crescente profissionalização “melhorando o nível gerencial auxiliadas por um sistema de informações mais eficiente e adequado, para produzir indicadores de acompanhamento e monitoramento dos problemas” (p.77). Cita duas importantes leis para o setor: Lei nº9608/98, regulamentadora do Serviço Voluntário, e a Lei nº9790/99, sobre a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que estimulam uma parceria cada vez maior entre Estado e a presente definição de terceiro setor. Outro aspecto ressaltado é a criação de fundos para financiamento de ações voltadas para projetos de sustentabilidade, com utilização setorializada e estimulada por políticas públicas focalizadas, garantindo assim uma melhor eficiência na gestão dos impactos. (Ações Prioritárias – Agenda 21 Brasileira).

4. Educação ambiental e participação na Agenda 21

Os documentos oficiais sobre a Agenda 21 incorporam a educação ambiental como mais um instrumental capaz de produzir um empoderamento de setores socialmente excluídos para, através da produção de consensos entre os diversos segmentos da sociedade – Estado, empresários e organizações da sociedade civil -, construir coletivamente propostas e atitudes pautadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Através da construção de espaços de participação, como os Fóruns locais, do uso de metodologias e dinâmicas de produção coletivas, as Agendas 21 – Global, Brasileira e Locais – vêm ocupando espaços deliberativos tão importantes quanto, por exemplo, os Conselhos Municipais existentes nas diversas localidades. Em nome da construção de uma

(...) cultura de participação na formulação e gestão de interesses públicos (...) e, complementando o caráter de instrumento de planejamento participativo, a Agenda 21(local ou nacional) pode servir para sensibilizar a população e suas lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente sadias, contribuindo para fortalecer as responsabilidades individual e corporativa, sinais de cidadania planetária, assentadas na base das diversidades biológica, étnica, racial, religiosa, etc. (BORN, 2002, p.9).

Buscando compreender e explicar as contradições existentes na dinâmica social do modo de produção do sistema capitalista, o meu objeto de estudo passa a ser construído a partir de algumas percepções sobre as propostas de participação social e política dos atores sociais na esfera pública. Esse formato participativo chamado Agenda 21 adquire uma instrumentalidade funcional na construção de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na lógica da construção de consensos como forma de harmonizar os conflitos sociais inerentes ao sistema de produção capitalista.

A discussão pública e democrática acerca do projeto de crescimento e desenvolvimento para o Brasil é praticamente inexistente, inclusive nas décadas pós democratização. O que produzir, como, quanto e para quem não são questionamentos retóricos, mas necessários para promover um debate democrático.

Uma vez que recolocar no atual contexto as reflexões acumuladas sobre o que significa a nossa existência e o que é ser natureza, e levar isso a uma esfera pública de decisão dos caminhos a serem construídos pela sociedade, seja transformando-a radicalmente ou apenas reformando-a, não é das tarefas mais modestas que se possa pensar (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006, p.119).

O que vemos são esferas de debates sob a forma de Conferências internacionais, construção de protocolos norteadores de ações, mas pautados por uma agenda de temas e diretrizes que conferem ao mercado, e seus interesses, o papel de principal, se não o único, agente condutor ou responsável pelo processo produtivo e, conseqüentemente, pelas supostas soluções para os “problemas ambientais”.

São evidências desse tipo de processo as formas como as sociedades definem os contornos da “crise ambiental”, desde a década de 1970 até o momento, e as tentativas de construção de consensos em torno de respostas para a mesma com a proposição do *desenvolvimento sustentável* na década de 1990 e atualmente com a *economia verde*. Encontramos essas evidências em documentos produzidos por atores multilaterais como ONU (Organização das Nações Unidas), OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Banco Mundial, FMI. No Brasil, discussões e legislações, como a aprovação do

Novo Código Florestal em abril deste ano (2012), concessão de licenças ambientais para empresas que chegam a exportar para os países sedes 100% da produção (Thyssenkrupp CSA no distrito industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro) e um considerável investimento, através de consórcios públicos e privados, em empreendimentos (transposição das águas do rio São Francisco; Usinas Hidrelétricas de Belo Monte no rio Xingu, Pará, e de Jirau no rio Madeira, em Rondônia; o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) que impõem graves impactos sociais e ambientais reveladores de uma lógica desenvolvimentista, agora denominada de crescimento, referenda os princípios da eficiência, da segurança e da lucratividade, mas sob a forma de responsabilidades social e ambiental.

As questões que nortearam a pesquisa buscaram compreender, ao longo da reflexão teórica e de uma leitura interpretativa de um caso específico, a complexidade das dinâmicas sociais nos processos democráticos e a produção do conhecimento. Por que alguns agentes sociais são considerados estratégicos, dotados de uma visibilidade, em conjunturas históricas específicas? De que forma a participação política pode adquirir uma funcionalidade para a construção de hegemonias tanto do capital quanto da força de trabalho? Por que o meio ambiente se torna uma categoria estratégica para a construção de uma coesão social, sob a forma de consensos como mecanismo de controle dos conflitos de interesses, capaz de garantir a manutenção do modo de produção capitalista? Qual o papel desempenhado pela educação nesse contexto?

A educação ambiental pode ser funcional para a formação de novos padrões, valores, concepções, perspectivas sobre os quais as relações sociais se fundamentam possibilitando a construção de uma consciência crítica acerca dos agentes e interesses em conflito no modo de produção capitalista, mas também pode dar sustentabilidade teórica e prática para formas de produção e discursos que buscam uma “humanização e ecologização do (próprio) capitalismo, priorizando o desenvolvimento das forças produtivas, e particularmente da tecnologia e da ciência.” (LOUREIRO, 2012, p.65).

Quais saberes foram construídos ao longo do processo de participação do Terceiro Setor – associações de moradores – nos fóruns da Agenda21? De qual educação ambiental a proposta da Agenda 21 se apropria?

A partir de uma proposta de formato participativo que se apresenta como instrumento norteador do planejamento e da gestão territorial participativos, cabe questionar de que forma essa perspectiva de participação como espaço de organização e de luta para demandas de setores da sociedade pode ser incorporada/ desconstruída/ reapropriada e respondida a partir de processos de:

- 1) identificação de situações de possível conflito, principalmente para a construção de mega empreendimentos com impactos significativos para a localidade;
- 2) cooptação de lideranças;
- 3) produzindo e reproduzindo saberes e discursos como forma de despolitizar e neutralizar possíveis conflitos, mas com uso de formatos horizontalizados, técnicas de resolução de conflitos³ e propostas de ação;
- 4) reapropriação e releitura dos conflitos, com uma linguagem técnica, setorializada, despolitizante, utilizando técnicas de gestão de conflitos.

A proposta da Agenda 21 apresenta-se como um programa de ação para o desenvolvimento sustentável, com um desenho de política pública, buscando compatibilizar conservação ambiental, justiça social e eficiência econômica. Parte das premissas de que o capitalismo é o único modo de produção e de que os países têm poder para construir suas formas de inserção no mercado global a partir de uma ‘vocação nacional’ supostamente costurada pelas demandas locais. Embora possua uma proposta consensual, esta e seus desdobramentos estão inseridos em divergências e conflitos de interesses, tanto relativos aos conceitos como   sua metodologia.

Quando se fala sobre o conceito de ambiente não há referência a conceitos e categorias formais e unidimensionais. Há um complexo e dinâmico constructo de significados sociais sobre o meio ambiente, seus usos e as formas de apropria o da natureza, onde diferentes lógicas explicativas sobre os conflitos interagem produzindo consensos e antagonismos entre os atores envolvidos. “Nesses processos, os conhecimentos e os saberes jogam um papel instrumental ao potenciar a apropria o econômica da natureza, mas têm como

³ Ver BRONZ, 2011; UEMA, 2009; PEREIRA, 2011.

saberes que forjam sentidos e que mobilizam a ação com valores não mercantis e para fins não materiais nem utilitários” (LEFF, 2002, p.31).

Este trabalho tem como objetivo geral identificar e conceituar os saberes produzidos pelo chamado terceiro setor, treze participantes no total, envolvidos no processo de construção da Agenda 21 no município de Itaboraí, com o projeto intitulado “Comunidade Construindo sua Agenda: Itaboraí se mobiliza para a construção da Agenda 21 Local”, e posteriormente assimilada pela Agenda 21 Comperj.

Para tanto, é preciso analisar como os representantes das associações comunitárias, de moradores e uma liderança religiosa submetidos a cursos de capacitação e associativismo pelo Ministério do Meio Ambiente a partir de 2006, após frequentar os fóruns e a incorporar e a vivenciar as propostas teórico-metodológicas da Agenda 21, apropriaram e ressignificaram esses conhecimentos e saberes, e se a partir destes é possível qualificar a participação política na promoção de mudanças significativas para a população local.

Tomando como material empírico de análise, principalmente, as concepções de educação ambiental, participação política, consenso, conflitos, empoderamento, desenvolvimento sustentável, formas de utilização de recursos naturais, construídas por atores sociais que participaram como terceiro setor da Agenda 21 na localidade, o presente trabalho também tem como objetivo específico comparar as concepções construídas com aquelas propostas pela Educação Ambiental Crítica.

De acordo com o documento Agenda 21 Brasileira (2002), há um deslocamento conceitual cuja ênfase no papel da educação para a redução da desigualdade social cede lugar à educação para a inclusão social. A proposta da Agenda 21 desenha o conceito de inclusão social como um processo ancorado na produção de saberes práticos, através da educação de qualidade e de uma ética da solidariedade, com formação de habilidades promotoras de inclusão e de sustentabilidade social. Temos aqui uma ideia de sustentabilidade ampliada, incluindo uma dimensão social para o conceito, ressaltando também o papel da educação para o mercado de trabalho e para a resolução dos problemas sociais.

Ao longo das últimas quatro décadas, governos nacionais têm se mobilizado na construção de leis, regulamentos e convenções sobre meio ambiente. A Educação Ambiental se insere nesse contexto como uma importante ferramenta de conscientização, mas também

como qualificadora da participação dos atores sociais nos espaços de interlocução e produção de políticas públicas para o meio ambiente.

Tendo em vista o exposto acima, propõe-se uma investigação sobre o processo de construção de saberes, orientado pelas metodologias e conhecimentos trazidos pelos consultores, especialistas e técnicos, ao longo da dinâmica para a realização dos fóruns da Agenda 21. Essa proposta de ação será observada sob uma perspectiva dialógica, no sentido da valorização dos conhecimentos dos educandos, nesse caso, as lideranças comunitárias.

Sabendo que os processos de ressignificação e reapropriação de conhecimentos e saberes socialmente construídos envolvem uma permanente correlação entre teoria e prática, ação e reflexão, o fruto dessa dinâmica deve ser capaz de promover mudanças qualitativas nas concepções de mundo dos atores sociais envolvidos e nas formas de atuação política nas esferas locais de poder.

Nesse contexto, as organizações não-governamentais têm compartilhado um relevante espaço, juntamente com formas de gestão pública tuteladas pelo Estado. Muitas vezes assumem o papel de mediadores entre as políticas públicas e a população na construção de propostas de proteção e conservação de ecossistemas. Com uma área de atuação basicamente local, voltada para públicos específicos, na área ambiental, sua prática tende para a realização de projetos assistenciais, de educação ambiental e implementação de políticas públicas, as Agendas 21 Locais, por exemplo, que requeiram intervenções pontuais e certa mobilização social.

A institucionalização da Agenda 21 tem desdobramentos principalmente sobre políticas públicas nas esferas locais, municipais, na elaboração de planos locais de desenvolvimento sustentável. Por ter uma proposta ancorada na lógica de formação de consensos e com metodologias específicas, é fundamental uma investigação sobre o papel desempenhado pela educação, os saberes e conhecimentos produzidos por esse processo de institucionalização da Educação Ambiental.

A Educação Ambiental não possui um discurso único. Pelo contrário, encontra-se em um fértil campo de disputas teóricas, metodológicas e ideológicas, de onde emergem conceitos e práticas adotadas pela sociedade civil e políticas de Estado⁴.

Neste sentido, é demasiado importante construir análises que busquem compreender o papel do conhecimento produzido por essa proposta da ação e pelos espaços coletivos criados pela mesma enquanto contribuição para uma necessária problematização da educação, esta percebida aqui como instrumento de empoderamento e democratização da sociedade. A exclusão econômica é amparada por uma “(...) marginalização politicamente produzida e mantida” (DEMO, 1988, p.28). Ser portador da capacidade de construir e manejar conhecimentos transforma cidadãos de objetos de políticas públicas em sujeitos competentes e produtores da história.

A proposta de investigação dos saberes produzidos no processo de construção da Agenda 21 Itaboraí envolve também um questionamento sobre o caráter funcional da educação ambiental. Na medida em que aquela é considerada como promotora da inclusão social, capaz de criar competências e habilidades para um “agir local”, mas também para o mercado de trabalho, percebemos uma ausência da identificação das causas da insustentabilidade ambiental e social, ou até mesmo, um olhar para questões mais estruturais. O educando não deve ser visto como um depósito de novas regras de condutas ambientalmente aceitáveis ou como um ser capaz de assimilar um conhecimento já produzido e amparado num suposto consenso, envolto numa roupagem tecnicista garantidora de uma neutralidade.

Uma racionalidade instrumental muitas vezes presente tanto nos documentos como nas capacitações e discursos dos especialistas em gestão ambiental ou na promoção das Agendas 21, pode transformar essa proposta de ação em um tipo de adestramento onde “(...) ambientaliza-se a dimensão comportamental da sociedade industrial, em vez de socializar o *ethos* de uma sociedade ambiental” (BRÜGGER, 1994, p.144).

Para além da visibilidade das demandas da comunidade, o potencial transformador do saber ambiental pressupõe uma participação que inclua a reflexão e ação capazes de problematizar os conceitos e práticas. A participação nesses espaços públicos norteadores de

⁴ Ver KAPLAN, 2011; LOUREIRO, 2003; 2012; LOUREIRO, LAYRARGUES & CASTRO, 2006.

políticas públicas, tutelados ou não pelo Estado, envolvem além de um diálogo de saberes, processos de apropriação e reconstrução de conhecimentos potencializadores de mudanças nas formas de pensar, agir e sentir, que vão além da simples internalização de saberes. O processo de construção da Agenda 21 Local pode ser visto como um espaço de educação não-formal cuja participação, enquanto prática pedagógica, pode vir a produzir nos atores sociais envolvidos, saberes que os promovam a sujeitos competentes e organizados para o fazer histórico a partir dos princípios da igualdade econômica e justiça ambiental.

Para compreendermos a complexidade de correlação de forças, mapear a atuação de atores sociais e políticos (Estado), setor produtivo, instituições sociais (associações, sindicatos, conselhos municipais, fóruns populares) na luta por direitos sociais materializados sob a forma de políticas públicas a partir da década de 1990, a pesquisa recorreu a um campo de produção teórica que elegeu como tema de análise as determinações e determinantes materiais enquanto fundamentos/causalidade para os formatos de Estado e hegemonia de atores/sujeitos, para além das interpretações simplificadoras ou deterministas.

O materialismo histórico, campo teórico representado na pesquisa por Karl Marx, Florestan Fernandes, Antônio Gramsci, Mirian Limoeiro Cardoso, Carlos Nelson Coutinho, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Paulo Freire e Francisco de Oliveira permitiu, a partir do método dialético e da utilização de conceitos e categorias interpretativas, compreender o processo histórico em curso como resultado das dinâmicas próprias das lutas de classes no interior do capitalismo.

A produção do conhecimento científico se dá mediante múltiplas aproximações do desconhecido. O real diante do qual o pesquisador busca construir seu objeto e sua explicação já não é o real em si, mas uma formulação, construção social do objeto do conhecimento. Nesse contexto, a presente pesquisa se propõe a uma descrição e explicação do recorte feito sobre o real. Assume como premissa a perspectiva teórico-metodológica de que “a formação do conhecimento não se faz em qualquer tempo ou lugar, de uma forma pura e desinteressada, mas ao contrário, ela é produto de uma inserção determinada no real e nele encontra suas razões e seus objetivos mais profundos” (CARDOSO, 1978, p.26).

Partir da perspectiva de que o conhecimento científico produzido é uma aproximação e uma representação do real, e não a expressão fiel desse real, pois é a teoria, ou seja, uma

construção, que constrói os dados, “buscando nexos e relações, interpretando as aparências, tratando-as como sinais ou indícios parciais a que confere significado ao encontrar para eles um lugar em construções mais amplas, teóricas” (CARDOSO, 1978, p.26), coloca o pesquisador diante da historicidade do seu objeto e conhecimento, ambos produzidos, e das múltiplas dimensões que seu recorte do real pode assumir. Esse real já é uma construção não sobre o desconhecido, mas sobre o conhecimento historicamente acumulado, em que uma teoria elegeu como dados determinados elementos do real deixando ou desconhecendo outros.

O recorte analítico feito pela pesquisa sobre o real é constituído por conhecimentos/saberes construídos a partir de dinâmicas participativas, tomando um formato específico – os fóruns da Agenda 21 Local –, enquanto expressão de um modelo de política pública – setorializada – que se tornou padrão de resposta para as questões sociais implementado por um desenho de Estado – neoliberal – em uma conjuntura histórica pautada pelas características/necessidades inerentes ao processo de acumulação do capital – concentração do capital, flexibilização da produção, garantias para a manutenção dos processos produtivos dependentes de recursos naturais.

As categorias analíticas com as quais a pesquisa dialoga no campo da educação ambiental são: participação, poder, sustentabilidade, parcerias e estratégias de aproximação entre sociedade e Estado, desenvolvimento e meio ambiente, conflito, consenso⁵.

Quanto aos procedimentos de investigação, a pesquisa tem como proposta um estudo de caso - o processo de construção da Agenda 21 Local no município de Itaboraí, iniciado em 2006, com o projeto “Comunidade Construindo sua Agenda: Itaboraí se mobiliza para a construção da Agenda 21 Local” proposto e elaborado pela organização não-governamental RodaViva.

A construção dos dados se deu mediante breve reconstrução da história das experiências vividas nas reuniões e fóruns da Agenda, com a realização de entrevistas e análise documental das atas e material produzido pelos atores sociais envolvidos, especificamente, as associações de moradores, por meio de suas lideranças locais. Por ser um processo ainda em andamento, realizou-se a observação não-participante durante os fóruns locais, no período entre 2011 e 2012.

⁵ Ao longo do trabalho, essas categorias serão pontuadas e desenvolvidas usando como referência autores diversos.

A análise comparativa, de caráter qualitativo, entre os dados obtidos, os princípios e as propostas conceituais de educação ambiental contidos nos documentos Agenda 21 Global, Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão (2000), Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias e Resultado da Consulta Nacional, Lei nº 9795 de abril de 1999 que Dispõe sobre a Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental (MMA, 2005), Manual de Gestão Ambiental Compartilhada no Estado do Rio de Janeiro, Agenda 21 Itaboraí (2011)⁶, tem como objetivo identificar e analisar os conhecimentos elaborados e ressignificados pelos atores sociais envolvidos, assim como as possíveis mudanças sociais percebidas e vividas pela comunidade local.

Tendo como base as propostas teórico-metodológicas encontradas nos documentos acima, a análise da presente pesquisa possibilita uma investigação dos possíveis resultados produzidos pela institucionalização da Educação Ambiental ao longo desses vinte anos. Propõe-se aqui o estudo de caso de uma localidade – município de Itaboraí –, envolvida no processo de construção e fomento de sua Agenda 21 local e que teve inclusive, posteriormente, suas atenções voltadas para a escolha e construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e, também, da Agenda 21 Comperj. Os frutos desse processo foram buscados na investigação dos saberes produzidos pela comunidade – terceiro setor – em comparação com as diretrizes constantes nos documentos.

A ausência de espaço físico adequado e redução dos recursos destinados por lei municipal para a manutenção da Agenda 21 Local para que sua coordenação possa dar continuidade aos trabalhos e às discussões; pouca participação do setor empresarial; negociações sobre impedimentos legais para que o poder municipal reconheça a legitimidade da participação do terceiro setor são alguns dados reveladores da dinâmica conflitiva da participação da comunidade mediada por esse formato.

Diante de dados reveladores de altos índices de vulnerabilidades socioambientais no município de Itaboraí (Incid, 2012) e a partir dos resultados obtidos pela observação dos fóruns da Agenda 21 Local, sinalizamos para a necessidade de maior problematização e debates acerca do que representa a participação do terceiro setor em uma proposta de política

⁶Anexo II; disponível em Agenda 21 Itaboraí. 2011. Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/itaborai.pdf>

pública para a área ambiental que institucionaliza os princípios da parceria entre governo, mercado e sociedade civil, setorizando a sociedade.

O espaço que foi criado, a partir da Agenda 21 Local no município estudado, vem sendo ocupado cada vez mais por representantes do setor comunidade. Essa participação é permeada por debates e conflitos relativos aos problemas locais como violência, desemprego, transporte, educação e as consequências da instalação do Comperj na cidade.

Por mais que as reuniões do fórum, como são chamados os encontros da Agenda 21, contem sempre com um ou dois representantes do Comperj, enquanto segundo setor, a presença do terceiro setor é sempre em maior número.

Neste momento, após a elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, finalizado em 2011, a expectativa do terceiro setor é de implementação do mesmo. Dados obtidos ao longo da observação não-participante nas dinâmicas dos fóruns revelam que os conflitos envolvem uma ausência de diálogo entre o poder público local – prefeitura e câmara dos vereadores – no sentido de por em prática via políticas públicas as demandas diagnosticadas, debatidas e organizadas no PLDS. Portanto, a visibilidade já está posta. Embora isso possa representar, em determinados momentos, uma exposição arriscada e perigosa diante dos conflitos e dos interesses em jogo.

Os participantes do terceiro setor foram: Ana Maria de Oliveira e Vilma da Costa Barboza da Associação de Moradores do bairro Retiro São Joaquim; Carlos Marques Quirino e Dinarte Nunes de Oliveira da Associação de Moradores de Morada do Sol; Heleno de Jesus Cruz da Associação de Radiodifusão Comunitária, Cultural e Socioambiental de Itaboraí; Jorge Tavares Pinho da Associação de Moradores do Outeiro das Pedras; José Silva de Oliveira da Associação de Moradores do Bairro Esperança; Miriam Fernandes e Selene Campos da Associação de Moradores e Amigos de Sambaetiba; Pedro Paulo Belga de Souza e Rosilene Baranda da ONG Guardiões do Mar; e Zulmira C. F. da Rocha da Associação de Moradores do Outeiro das Pedras.

A dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro discute os pressupostos da reestruturação do Estado brasileiro sob o neoliberalismo enquanto conjunto de princípios e regras do modelo de desenvolvimento capitalista no contexto histórico em que se encontram(vam) as forças produtivas- recessão, queda das taxas de lucro e primazia pela

retomada das garantias da produção de mercadorias. Sem representar rupturas com as formas históricas de dominação, esse redesenho das funções e responsabilidades estatais para atender às demandas do capital pressupõe mecanismos de convencimento de uma suposta crise do Estado planejador, e que a condução dos conflitos inerentes ao modo de produção capitalista requer processos de descentralização política e promoção de políticas públicas setorializadas na busca de uma maior eficiência no atendimento das demandas sociais.

No Brasil, a ideologia do desenvolvimentismo fez

do desenvolvimento o meio de constituição de blocos de capital e de organização de mercados, capaz de absorver a crise através do financiamento inflacionário. O desmonte do Estado planejador – keynesiano-fordista nas economias centrais e desenvolvimentista no Brasil- veio colocar em novos termos as relações entre as esferas políticas nacionais e internacionais e os processos de produção/gestão/coordenação das crises no “capitalismo mundializado” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p.18, grifos dos autores).

A compreensão da atuação estratégica do Estado brasileiro, instituição permeada por conflitos e múltiplas determinações, requer uma investigação que se situe para além do “nível das leis mais gerais do modo de produção” que define abstratamente a esfera político-estatal “como aparelho de dominação da classe economicamente dominante”. Reconhecer que esse procedimento metodológico é necessário nos permite complexificar o concreto e evitar que “os resultados da dedução abstrata” sejam “projetados sem mediações, em níveis mais concretos da realidade social”, fetichizando e levando a deformações e erros (COUTINHO, 1996, p.14-15).

A escolha desse ângulo mais concreto de abordagem implica a introdução de novas determinações não apenas na esfera econômica (articulação hierarquizada de diferentes modos de produção) e na social (complexificação da estrutura e dos conflitos de classe), mas também na esfera do político (novas características do fenômeno estatal e maior especificação de seu papel na reprodução global das relações de produção) (COUTINHO, 1996, p.16).

O processo de descentralização do Estado brasileiro a partir da década de 1980 se concretiza sob formas específicas de políticas públicas focalizadas para determinados segmentos sociais, objetivando mitigar impactos das medidas neoliberais que restringem direitos, precarizam as relações de trabalho, desprotegem economias nacionais em nome de uma produção e consumo mundializado e de sua financeirização, e assim buscar evitar resistências e conflitos que onerem a reprodução do capital. Isso configura uma descentralização sem desconcentração do poder.

A defesa dos interesses privados e particularistas que asseguram a reprodução do capitalismo se faz também mediante a construção de espaços que garantam a hegemonia da pequena política. Esta permanece atualmente sob o domínio da lógica da “simples administração do existente” deixando de lado as lutas por projetos alternativos de existência e de sociedade. Difundindo um conjunto de valores e visões de mundo que reforçam o individualismo, o privatismo e a naturalização das relações sociais, é preciso parecer que os dominados dominam (COUTINHO, 2010).

O segundo capítulo tem como proposta analisar as estratégias construídas pela classe hegemônica, tendo seus interesses representados também no interior do aparelho estatal – federal, estadual e municipal – para garantir a manutenção do modo de produção de mercadorias, seu ritmo e os mecanismos de expropriação de classe como forma de aumentar a taxa de lucro. Padrões de produção e consumo estão ligados a formas de apropriação e distribuição de recursos naturais que por sua vez estão ancorados em relações sociais que sob a forma capitalista são desiguais, antagônicas e de exploração.

Para tanto, é preciso compreender não apenas as formas coercitivas de expropriação, mas também os formatos que têm no campo ideológico a sua esfera de atuação e produzem uma nova sociabilidade como condição para “criar uma política que fosse a tradução dos novos interesses criados pela intensa expansão capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação (...)” (OLIVEIRA, 2007, p.22).

A desresponsabilização do Estado no papel de garantidor de direitos, e da ampliação dos mesmos diante das demandas e conflitos, buscam uma legitimação na sociedade por meio da ideologia da responsabilidade socioambiental e do conceito de sustentabilidade (LAMOSA, 2010). Há a construção de uma caracterização da crise ambiental que culpabiliza não apenas o caráter predatório da exploração dos ecossistemas, mas também a população pobre do mundo por não serem portadores de conhecimentos supostamente produtores de sustentabilidade. Esta perspectiva está presente no ideário de alguns movimentos ambientalistas ao longo das décadas de 1980 e 1990. É interessante perceber como a questão da segurança começa a ser inserida nas abordagens sobre as questões ambientais.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento elabora o documento *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, conhecido como Relatório

Brundtland, propõe alguns princípios importantes, até hoje em discussão, na busca da segurança e do desenvolvimento sustentável. A perspectiva de interdependência dos campos econômico, ambiental e de segurança alterou o conceito de soberania nacional na gestão de ecossistemas que envolvem mais de um país, principalmente no sistema de produção e comercialização de commodities, proteção da biodiversidade e controle de emissões de carbono.

É no campo da produção do conhecimento formal e não formal, científico e tradicional, e de legislações e acordos sobre metas ambientais que os debates se politizam, evidenciando os sujeitos e seus interesses (LOUREIRO, 2006).

Fruto de discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 é criado um documento, Agenda 21 Global, interligando o econômico ao social e ambiental, ou seja, eficiência econômica, conservação ambiental e justiça social.

Esse documento desdobra-se no Brasil em várias produções governamentais envolvendo equipes do Ministério do Meio Ambiente no âmbito do governo federal. Na esfera do governo do Estado do Rio de Janeiro, órgãos como a Secretaria do Meio Ambiente e a Serla (Secretaria Estadual de Rios e Lagoas), hoje extinta, mobilizam-se envolvendo parcerias com ONGs para a realização das Agendas 21 Local (municipais).

A Lei estadual nº2787/97 cria o Fórum 21 para executar o Programa da Agenda 21 Local “com a finalidade de normatizar, facilitar e integrar as ações necessárias ao planejamento sócio-econômico-ambiental participativo”. Temos aqui a inserção no Estado do Rio de Janeiro de uma proposta de política pública para a área ambiental que institucionaliza os princípios da parceria entre governo, mercado e sociedade civil, setorizando a sociedade. Essa proposta parte dos pressupostos de que há um problema comum – a má ou ineficiente gestão dos recursos ambientais – e de que uma divisão consensual das responsabilidades – considerada como forma de participação – seria capaz de produzir um empoderamento dos segmentos explorados economicamente e excluídos dos processos decisórios da política, sendo materializado, por exemplo, por uma forma de participação na elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Neste capítulo será apresentada a análise da metodologia utilizada pela Agenda 21 (KRANZ, 2012) na promoção dos fóruns locais, buscando compreender o papel que o conhecimento ocupa nesse formato, e especificamente, a educação ambiental (TEIXEIRA, 2006).

No terceiro capítulo, a partir da análise das entrevistas buscaremos identificar as concepções de educação ambiental construídas pelas lideranças representativas do terceiro setor envolvidas na Agenda 21 do município de Itaboraí.

Sabendo que a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil (Lei 9795/99 e ProNea) criou positivamente um debate acerca das disputas ideológicas que envolvem conceitos, significados e interesses que estabelecem as relações sociais e as formas de apropriação da natureza, os conceitos relativos ao campo da Educação Ambiental fazem referência a temas como participação, justiça social, mudança social, processos de desnaturalização de concepções de natureza e das relações dos seres humanos com esta, gestão ambiental, delegação de autoridade, descentralização de decisões, entre outros. (ProNea, 2003).

A partir de uma abordagem interdisciplinar envolvendo uma perspectiva sociológica para compreender os processos educativos, os sujeitos e relações que determinam o que chamamos de real, este capítulo contextualizará os conhecimentos construídos pelos sujeitos estudados em um campo maior, a Educação Ambiental no Brasil, e as disputas políticas que perpassam esse campo e norteiam as políticas públicas no país.

O potencial crítico e transformador não é algo inerente aos processos educativos. O conhecimento não é neutro, mas sim socialmente construído por sujeitos históricos com interesses, práticas, ideologias em disputa e que orientam ações muitas vezes antagônicas e pautadas pela lógica da exploração. O modo capitalista de produção, em suas diversas etapas, caracteriza-se pela lógica da produção pela produção, sendo o trabalho, material ou imaterial, a condição para que a mesma exista (LOUREIRO e AZAZIEL, 2009). Neste sentido, as formas de apropriação da natureza são privadas e sustentadas por relações sociais de exploração do ser humano e dos recursos naturais que, por serem históricas e socialmente produzidas, são passíveis de reprodução ou transformação.

Na busca de uma inserção da economia brasileira na ordem capitalista globalizada e suas demandas por recursos naturais, humanos e simbólicos, uma determinada concepção de educação exerce uma funcionalidade nesse processo. No caso, processos educativos que promovam saberes e práticas necessários a um modelo de inclusão social que não questione ou represente riscos para a manutenção das formas de concentração e acumulação do capital nas frações da classe dominante tanto dos países centrais como periféricos.

A análise a ser desenvolvida busca problematizar e complexificar os usos da EA por uma proposta participativa com a finalidade de obter consenso a partir de situações de crise e/ou conflitos - Agenda 21 - que tem no Estado, enquanto poder público, seu principal articulador, mas, que no contexto estudado, permitiu que uma empresa – Comperj – se responsabilizasse e se apoderasse do formato participativo – Agenda 21 Comperj.

O caso estudado insere-se em um processo recorrente na vida política do Brasil redemocratizado que pode ser definido como uma estratégia das classes detentoras dos meios de produção em dotar de universalidade interesses privados. A forma como tem sido conceituada a sociedade civil, enquanto esfera neutra e acima de interesses particulares, é ideal para a legitimação do atual projeto de sociabilidade burguesa e um considerável grau de aceitação das “relações sociais vigentes como única solução possível de convivência social” (NEVES, 2005, p.32). O ‘Estado educador’, ao estimular ações na esfera da ‘pequena política’ (GRAMSCI, 2007), produz juntamente com os interesses e a voracidade ilimitada do grande capital na extração da mais-valia, áreas de consensos entre os diferentes segmentos da sociedade para legitimar uma forma de organização social e um modelo de desenvolvimento predatório e excludente.

Esses consensos possuem uma lógica que descaracteriza as relações entre os seres humanos e a natureza, pois deixam de ter o trabalho e a reprodução da força de trabalho como categorias centrais para uma compreensão crítica das relações sociais (LAMOSA, 2010). Também não permitem que os segmentos afetados pelos impactos possam questionar os pressupostos e as premissas do modelo, ou seja, não há uma discussão democrática que o complexifique e problematize permitindo uma crítica que aponte para alternativas transformadoras de relações. Dar visibilidade a determinados segmentos sociais não significa torná-los sujeitos históricos.

O que se busca com esse tipo de proposta é o final do processo: mudança de comportamento, mas sob a aparência de que os dominados dominam.

É preciso, contudo, chegar até elas para, pela conquista, mantê-las alienadas. Este chegar até elas, na ação da conquista, não pode transformar-se *num ficar com elas*. Esta ‘aproximação’, que não pode ser feita pela comunicação, se faz pelos ‘comunicados’, pelos ‘depósitos’ dos mitos indispensáveis à manutenção do *status quo* (FREIRE, 1987, p.136; grifos do autor).

CAPÍTULO I - Despolitizar a política: estratégias para informar e formar

O presente trabalho é uma investigação sobre os avanços e limites da proposta de ação da Agenda 21 local a partir dos saberes sobre EA, contidos nos documentos e também produzidos pelas principais lideranças comunitárias que participaram dos fóruns, entende a Agenda 21 como um tipo de construção de espaço participativo enquanto resposta dada pelos países, não apenas para o cumprimento de metas socioambientais acordadas em documentos, convenções, protocolos globais sobre a crise ambiental, mas, também, como expressão de novas formas de se conceber a sociabilidade e a participação política em um contexto de reestruturação do capital, caracterizado como um momento de crise do capitalismo, conceituado como neoliberalismo⁷.

A questão teórica, que permeia a construção dos dados e a análise, reside em compreender em que medida a ideia de se formular uma agenda de ‘transição’ (VITAE CIVILIS, 2010), contendo temas e ações norteadoras das práticas, mediadas pela educação ambiental, relativas a diferentes dimensões da chamada sustentabilidade – geoambiental, social, econômica, político-institucional e da informação e do conhecimento – a ser aplicada em diferentes realidades, pode ser considerada um tipo de resposta despolitizante para uma longa conjuntura, a segunda metade do século XX, em que demandas democratizantes estimuladas por movimentos políticos e sociais podem desestabilizar a “coesão social”, essencial para o processo de acumulação do capital.

A constituição de esferas de diálogos entre Estado e atores sociais, apresentadas como inovadoras e qualificadoras de cidadania, pode, em muitos casos, ser complementar à necessidade de o capital ter o controle sobre as modernas faces da força de trabalho no processo produtivo mundializado⁸.

Esse controle requer mediações de ordem cultural capazes de ressignificar categorias e relações sociais. Para tanto, é preciso estratégias de investimento social por parte do Estado em parceria com empreendimentos privados, o que Giddens denominará de *welfare* positivo. Neste, indivíduos passam a ser conceituados como recursos essenciais para a nova ordem

⁷ Ver ACSELRAD, 2004; MONTAÑO, 2001; NEVES, 2005; OLIVEIRA, 2007; PETRAS, 1995.

⁸ OLIVEIRA, 2001.

econômica. “Deveríamos nos esforçar para abolir a idade fixa para aposentadoria, e deveríamos encarar as pessoas mais velhas antes como um recurso do que como um problema” (GIDDENS, 1999, p.130).

Educar esse trabalhador para as novas formas de acumulação é investir no capital humano, que inclui aquisição de habilidades específicas necessárias para lidar com as inovações tecnológicas e aumentar a produtividade. Refere-se também a formas de socialização padronizadas, como políticas de governo, nas quais o desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais básicas dá à força de trabalho *portabilidade*.

Maior harmonização de práticas e padrões educacionais, por exemplo, é desejável para uma força de trabalho cosmopolita. Algumas corporações globais já estabeleceram requisitos padronizados de admissão, mas os governos devem assumir a frente. Como em outras áreas, a harmonização não é necessariamente a inimiga da diversidade educacional, podendo até ser a condição para sua manutenção (GIDDENS, 1999, p.136).

A cidadania ativa pressupõe “novas” relações entre os atores sociais e o Estado. “Na sociedade do *welfare* positivo, o contrato entre o indivíduo e o governo se transforma, uma vez que a autonomia e o desenvolvimento da pessoa – meio de expandir a responsabilidade individual – torna-se o foco principal” (GIDDENS, 1999, p.138-139).

A modernização da força de trabalho, o bem estar e a educação política para o exercício da cidadania são condições para o desenvolvimento das forças produtivas e reprodução das condições de existência da força de trabalho. O modo de produção capitalista, diante do antagonismo de classes, produz e reproduz relações sociais baseadas na exploração.

A construção de espaços participativos e de formação que tenham um significativo potencial na promoção de mudanças nas relações de forças não pode ser interpretada como transformações nas relações sociais de produção. Os novos formatos que os Estados neoliberais assumiram, incorporado demandas populares, promovendo políticas públicas descentralizadas e referendando espaços de participação e sujeitos sociais não podem ser tomados como evidências de uma mudança/transformação dos fundamentos econômicos, políticos e sociais do sistema capitalista. Os processos de descentralização política não significam necessariamente desconcentração de poder político e econômico⁹.

⁹ FERNANDES, 1986; CARDOSO, 2012.

Um resgate histórico dos fundamentos da natureza do Estado brasileiro, a partir de meados da década de 1970, afirmando o caráter de classe do fenômeno estatal no lugar de uma pretensa autonomia¹⁰. Entender o Estado enquanto um instrumento a serviço dos propósitos e interesses da classe ou das classes dominantes, a proprietária dos meios de produção, é condição para a produção de uma forma crítica de conhecimento acerca das relações e instituições, e de sua compreensão sob a perspectiva histórica, pois reconhece os limites de interpretações baseadas na esfera microssocial cuja análise acentua o caráter contingente da ordem social e a centralidade da negociação individual.

A perspectiva harmonizadora e conciliadora, sustentada por interpretações superficiais, propõe uma abordagem dos problemas e conflitos sociais responsabilizando os sujeitos sociais, isolando-os das determinantes históricas e de classe, permeia diversos espaços, institucionalizados ou não, de produção de conhecimento, informação e formação. Mas, ao generalizar e confundir o real pensado com o real concreto, produto de determinações, dinâmico, incorremos no erro de tomar a aparência sob a forma de definições a-históricas, atemporais e produzimos propostas interpretativas de caráter universalizante.

Tomemos como exemplo categorias como educação, gestão e consenso, que se tornam centrais e norteadores de comportamentos e sustentam uma abordagem tecnocrática e naturalista no processo de construção social dos riscos ambientais¹¹. Os usos diversos da educação ambiental e da participação têm uma funcionalidade na distribuição do poder na sociedade, especificamente no campo das políticas públicas ambientais, na medida em que negligenciam ou complexificam as dimensões políticas, sociais e culturais das questões socioambientais (LIMA apud LOUREIRO, 2008).

O papel que a educação ocupa nos debates acerca dos caminhos necessários para a promoção da sustentabilidade social e ambiental é significativo na medida em que o conceito de desenvolvimento se apropria das noções de sustentabilidade e propõe formas de enfrentamento da chamada crise ambiental, envolvendo, numa perspectiva economicista,

¹⁰ Ver COUTINHO, 2003.

¹¹ “Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se sobretudo um componente *futuro*. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral de confiança ou num suposto ‘amplificador do risco’. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje.” (BECK, 2010, p. 39)

capacitação, conscientização e mudanças comportamentais para novas formas de produção e consumo.

A proposta de ‘modernização ecológica’ para evitar o desperdício e promover uma utilização eficiente do meio ambiente prevê a necessidade de “conciliar crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (ACSELRAD, 2002, p.50). Para tanto, o manejo e a gestão da natureza para a produção de mercadorias requerem uma reeducação dos indivíduos redefinindo alguns aspectos básicos das relações sociais de produção.

Se a pobreza é apontada como uma das causas da crise ambiental (CMMAD, 1991), o ‘desenvolvimento de recursos humanos’ passa a ser uma das condições para ‘boas práticas’ e inclusão social. Falta de informação e mudanças de comportamento visando à proteção do meio ambiente podem ser transformados através da educação, capacitação e treinamentos visando principalmente mudança de hábitos e comportamentos relativos ao consumo.

A defesa de uma visão consensual e universalizante de desenvolvimento sustentável proposta em discursos e documentos oficiais da ONU ou do Banco Mundial não se evidencia na prática. Há importantes disputas e debates acerca dos limites e interesses contidos no conceito de desenvolvimento sustentável e sua aplicabilidade.

Uma perspectiva não simplificadora se faz necessária na medida em que percebemos o quão conflitiva é a arena de disputas legítimas em torno do tema desenvolvimento sustentável, nas políticas públicas ou nas ações de atores sociais como as organizações não-governamentais, o setor empresarial ou os grupos populacionais atingidos. A diversidade e antagonismo de interesses em torno das formas de utilização e acesso a bens naturais, culturais, materiais e imateriais implica no reconhecimento dos crescentes conflitos e diferentes projetos de sustentabilidade (LOUREIRO, 2012) e na crítica das tentativas de se construir um sujeito universal, a-histórico, descontextualizado.

1.1 As determinantes do Estado capitalista neoliberal enquanto produto da flexibilização das relações econômicas de produção

O redesenho do Estado brasileiro a partir de ajustes ao modelo neoliberal, na década de 1980, não representou uma ruptura na natureza de classe do Estado, que se apresenta como portador de interesses coletivos e universais, mas um movimento, sob forma de (re)inserção articulada, enquanto economia periférica, da economia brasileira às demandas do capitalismo globalizado que se financeiriza, no final da década de 1970.

O crescimento nacional autossustentado das economias latino-americanas foi por décadas inviabilizado, diante das demandas das economias centrais – Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão. Pois aquelas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’. “A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1973, p.11).

Esse processo de articulação não se configurou como um movimento impositivo de grupos internacionais sobre as economias periféricas. Essa dinâmica também não ocorreu de forma mecânica, com simples imposições externas diante das demandas do sistema produtivo. Estamos diante de mecanismos de reapropriações dessas demandas por parte de grupos nacionais/frações da classe burguesa nacional, e necessárias adequações aos interesses desses grupos no contexto brasileiro.

Entretanto, diante da construção de um contexto de crise do Estado intervencionista na esfera econômica, de uma suposta inviabilidade da manutenção de direitos sociais e acolhimento de novas demandas, de uma crise fiscal, novas formas de conservação/proteção senão das economias centrais, mas dos capitais, são difundidas, sob um conjunto de princípios liberalizantes buscando uma “reestruturação produtiva” (COUTINHO, 2010) que alterou modos de produção e circulação de mercadorias. Grandes grupos industriais ou operadores financeiros internacionais retomam “uma liberdade de ação que não conheciam desde 1929, ou talvez mesmo desde o século XIX(...)” (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Para Florestan Fernandes (1986), as esferas de atuação e rearticulações da burguesia nacional e internacional, nas décadas de 60 até 80, para a legitimação das novas

características do padrão de acumulação pressupunham certo enquadramento que redefinisse as formas ideológicas de compreensão das relações sociais. Havia por parte de determinados segmentos sociais em vários países, organizados ou não, um acúmulo considerável de conhecimento socialmente produzido capaz de potencializar resistências ao modelo de produção e acumulação.

A montagem do Estado de direito no Brasil, pós-ditadura, se fez no sentido de evitar mudanças institucionais significativas a fim de garantir a manutenção dos interesses do grande capital, tanto nacional como estrangeiro, sua concentração, mesmo sob a forma de um falso consenso nacional. No entanto, mobilizações sociais, como ‘Diretas Já’, movimentos de bairros lutando por educação pública, saneamento, participação política, sindicatos atuantes, no meio rural, trabalhadores envolvidos na luta pela reforma agrária promovem uma “turbulência” que se torna “persistente e contínua” (FERNANDES, 1986).

A compressão ditatorial forçou o aparecimento e a consolidação de órgãos de base que permitiram e deram eficácia às comissões de fábrica, aos comitês de bairro, às associações de camponeses e favelados, à politização parcial ou global de escolas de samba e associações recreativas, convertidas em frente de luta popular, do protesto negro, etc.) Se o governo possuísse uma política unificada de democratização da sociedade civil, do controle do Estado e da participação popular, poderia equilibrar-se na corda-bamba e sair por dentro da sua própria capacidade de ação e intervenção, reconhecidamente muito mais forte na tradição presidencialista brasileira. Todavia, ele não possui uma política: é um conciliador de políticas antagônicas, de interesses do capital nacional e estrangeiro em conflito. Como não pode criar *a sua política* (grifo do autor), é dilacerado e inviabilizado pelas políticas que é obrigado a absorver, mas não pode digerir, articular e pôr em prática. O máximo que logra consiste em neutralizar as pressões que vêm de baixo e em contemporizar com as pressões que vêm de cima.(...) O governo avança até uma posição de neutralidade aparente “favorável” aos operários e aos estudantes. Rouba-lhes a iniciativa dos movimentos e converte o debate espontâneo nas bases “em estudos de cúpula”, de comissões técnicas. Sob a aparência mais democrática possível, autocratiza a solução dos problemas e desmoraliza os próprios movimentos por meio de formas explícitas de cooptação governamental (FERNANDES, 1986, p.25).

Assim, a manutenção de uma dada estrutura de classes do sistema de produção – o capitalismo- deve ser compreendida a partir do entendimento não reificado das relações de cooperação, das formas de organização e lutas das classes sociais. O “agir de classe”, das burguesias locais, como articuladoras e fortalecedoras dos fatores externos e internos mantenedores das relações de dominação, pois “um não se fortalece sem ou contra o outro” (CARDOSO, 2012), será fundamental na construção das bases materiais e ideológicas do processo de redemocratização, sob a forma de “aparências constitucionais”, pois

(...) as classes dominantes perderam a confiança na ditadura, mas continuam a necessitar de um Estado semiditatorial, ou completamente ditatorial, para lidar com os descontentes, com as inquietações sociais, e para resolver com maior facilidade os problemas nascidos de um capitalismo de essência política, de rapina e de rapinagem, incrustado no Estado e criatura dele. Acresce que o capital estrangeiro e as nações imperialistas também temem a ‘instabilidade política’. O que uniformiza (se não unifica) a convergência no tope em favor de um *Estado forte*, de uma democracia dócil e instrumental aos mais iguais (FERNANDES, 1986, p.26, grifos do autor).

Evitar o deslocamento de poder, mas sob a bandeira de regras e formatos democráticos, foi a estratégia escolhida para esvaziar movimentos políticos capazes de promover mudanças estruturais na correlação de forças na construção de uma contra-hegemonia. Houve uma ‘pulverização do governo’ gerando “(...) vários centros de comando e de tomadas de decisão. No lugar de uma ditadura unificada pelo fuzil contra-revolucionário, temos uma miríade de pequenas ditaduras, zelosas pela consolidação de absolutismos nanicos desarticulados” (FERNANDES, 1986, p.29).

A instrumentalização desse processo político de construção do ‘novo’ Estado democrático, capaz de *gerenciar* o novo padrão de desenvolvimento, promove mudanças superestruturais que envolvem a incorporação de demandas sociais como formas de desmobilizar e centralizar a tomada de decisões, além de, sob a forma de cooptação, incorporar ao processo estratos da média burguesia a fim de alargar sua base social.

Florestan percebe nos conflitos a potencialidade de transformação a partir “de uma situação que configura uma verdadeira acumulação progressiva de forças, de conflitos e de antagonismos sociais, que amadurece no solo do ressentimento da humilhação longamente acumulada através da história” (CARDOSO, 1995, p.10). Esse acúmulo de forças de determinados segmentos sociais capaz de prover de conteúdo democrático, sob formas de conflito, o processo em curso é reapropriado, gerido pela burguesia e requalificado na forma de uma cultura da crise.

Esse ideário da crise econômico-política ao longo da década de 1970 criou a possibilidade de um deslocamento de natureza ideológica dos agentes causadores, das responsabilidades e das respostas para a mesma. Se ao longo das décadas de 1960 a 1980, tivemos, em vários países, o acirramento das formas coercitivas de Estado, percebemos também um acúmulo de forças por parte de movimentos sociais nas esferas dos direitos, do meio ambiente e do trabalho. A emergência de sujeitos coletivos nas lutas por participação

passou a representar uma possível desestruturação no sentido de permitir a ampliação de projetos societários democratizantes que comprometessem o projeto hegemônico do grande capital, não apenas produtivo, mas também financeiro, personificados pelo Banco Mundial, OMC, FMI e ONU.

Diante de conjunturas nacionais nas quais os conflitos estavam explícitos e tomando contornos de classe, foi preciso criar, para garantir seu controle, consensos com contornos ideológicos supraclassistas em torno das causas e respostas para a crise econômica e política que passa a ser ambiental e do trabalho. Esses consensos deveriam ser flexíveis o bastante para que pudessem ter ingerência nas realidades locais. O novo padrão de acumulação, agora flexível, requer formas de acesso a recursos naturais e humanos com o menor custo possível, tendo em vista que conflitos e resistências podem ser onerosos para o capital.

Para James Petras (1995), o ciclo de política de ajustes estruturais nos países periféricos, sob os princípios do neoliberalismo, ao longo da década de 1980, resultante do Consenso de Washington, pode ser complexificado a fim de evitar análises simplificadoras, se levarmos em conta a herança das ditaduras na América Latina e os processos de descolonização do continente africano para as lutas de classes no plano político e social.

Com relação a esses processos, vale ressaltar que, mesmo tendo construído movimentos de resistência, apresentava um refluxo mundial da esquerda revolucionária, assim como as consequências políticas e sociais dos Acordos de Ampliação de Crédito e dos Acordos de Ajuste Estrutural do Fundo Monetário Internacional enquanto materialização da política de estabilização proposta pelo Banco Mundial para as economias do chamado Terceiro Mundo, na busca por uma acomodação das mesmas ao ambiente econômico mundial de crise do petróleo, declínio do crescimento econômico dos países centrais e altos níveis inflacionários (PETRAS, 1995).

De acordo com este contexto, para o FMI:

O empréstimo de ajuste estrutural tem como alvo as mudanças de prazo mais longo nos dispositivos políticos e institucionais do país tomador, que promoverão o crescimento e evitarão crises futuras da balança de pagamentos. As condições para um empréstimo de ajuste estrutural em geral envolvem uma certa mistura de políticas cujo objetivo é (1) enxugar o Estado – a redução dos déficits do governo central através de reformas fiscais e corte nas despesas tais como privatizações, suspensão de subsídios etc.; (2) política fiscal sadia e desvalorização para obter uma ‘taxa de câmbio competitiva’ com o propósito de promover as exportações e

desencorajar as importações; (3) liberalização das importações – redução de tarifas e das restrições quantitativas à importação – para promover a eficiência e a indústria competitiva (PETRAS, 1995, p.193).

James Petras (1995) propõe uma ênfase analítica na ideia de ciclo político – neoliberal – decorrente dos processos de ajustes estruturais a partir de uma visão global que considere o conflito social e político. Este ciclo seria composto por fases características no decurso de sua implementação. As fases estabeleceriam parâmetros para o reconhecimento de determinados atores sociais na sociedade civil – internos e externos – considerados funcionais para o processo em curso. Neste mesmo movimento, as forças sociais em luta em cada contexto/país são ora fortalecidas ora enfraquecidas na medida em que se busca uma administração dos conflitos sociais para a implementação do modelo sociedade em curso. Um modelo de Estado que se apresenta como solução/resposta supostamente diferente ao modelo anterior responsável por “fracassos econômicos (que) são atribuídos às massas, cujo apetite estimula os políticos populistas a optarem por programas macroeconômicos errôneos, com consequências irracionais e destrutivas” (PETRAS, 1995, p. 207).

As medidas de ajuste estrutural são apresentadas sob a lógica do consenso, incluindo como condição de existência sua aplicabilidade em diferentes realidades em torno de um modelo de desenvolvimento. Como tornar possível sua aplicabilidade diante da multiplicidade de atores sociais, de demandas específicas de cada contexto e controlar as respostas locais a fim de obter uma estabilidade mínima para garantir a eficácia dessas políticas?

James Petras (1995) percebe, como significativa característica do período de reformas neoliberais, um processo de desqualificação, na América Latina, da esfera de atuação política via poder Legislativo, partidos e sindicatos, principalmente com os cortes de subsídios. Em contrapartida, há um hipertrofia do poder Executivo, via decretos e “medidas provisórias”, em decorrência de uma suposta demanda por medidas e decisões de caráter técnico. Despolitizar a política, redistribuir responsabilidades e formar parcerias entre o poder público e o capital privado são os passos necessários para delinear o novo modelo de ação estatal e a legitimação de uma sociabilidade pautada em relações sociais mercantilizadas por uma perspectiva de cidadania do consumo, em que direitos sociais foram transformados em serviços e podem ser supostamente *ofertados* por atores não estatais, como empresas, associações profissionais e organizações não-governamentais.

Um ator começa a ocupar um espaço até então pertencente à esfera estatal, mas que foi reduzido para concretizar os ajustes estruturais propostos pelo Banco Mundial e FMI e também para garantir uma estabilidade social sob a forma de assistência e prestação de serviços sociais. Essa espécie de descentralização como forma de administrar as demandas sociais faz das Organizações Não-Governamentais um ator estratégico para o processo de adequação local de um modelo imposto externamente aos países como foi o receituário neoliberal.

Quais são (...) os atrativos das ONGs a financiadores como o Banco Mundial? Em muitos países, o principal atrativo é sua complementaridade com os programas de ajuste estrutural. Fornecem recursos a uma parte da população atingida pelo ajuste, reduzindo assim o potencial de revolta gerado por ele. Ao mesmo tempo, os programas das ONGs operam de acordo com os parâmetros da ideologia do ajuste. Esta ideologia tem uma desconfiança particular das medidas de bem-estar social patrocinadas pelo Estado que podem alimentar o desenvolvimento de coalizões distributivas na sociedade civil (PETRAS, 1995, p.232).

Para Francisco de Oliveira (2007), os discursos acerca da redefinição do papel do Estado, do mercado e da sociedade civil na garantia de direitos estão inseridos em arenas de disputas políticas permeáveis a contextos históricos e conjunturas específicas. No tocante à relação sociedade-natureza, um modo de produção que requer uma quantidade ilimitada de recursos naturais para garantir um desenvolvimento associado ao crescimento e expansão do mercado para atender concretamente às necessidades de consumo de uma minoria da população mundial, produziu e continua produzindo uma lógica desigual e excludente.

A proposição de projetos conciliatórios por meio de documentos, protocolos, legislações e segmentos sociais como educadores, associações, governos locais e organizações não-governamentais, muitas vezes, é genérica e norteadas, de acordo com Loureiro (2003),

por uma perspectiva humanitária baseada na *cooperação mútua de boa-fé* (grifos do autor) e na gestão racional e ética dos recursos naturais como saída para a salvação planetária, permite que ambientalistas o(s) (grifo nosso) entendam como uma solução para desigualdades sociais, preservação de recursos e da diversidade cultural e da integridade ecológica (p. 36).

A proposta de uma nova racionalidade instauradora de formas de sociabilidade que garantam legitimidade política e social para os interesses de grupos econômicos específicos através da mudança de comportamentos de segmentos específicos da sociedade – os pobres – carece de fundamentação teórica quando nos debruçamos sobre seus efeitos no que tange à perspectiva de avanço para uma justiça social e *natural* (LOUREIRO, 2003, grifo do autor).

O que está em disputa são formas excludentes de produção e reprodução da sociedade.

Ou seja, como para a expansão da monocultura do eucalipto, perdem os quilombolas suas terras e fontes de água; como para a expansão da soja transgênica, são inviabilizadas as atividades dos pequenos agricultores orgânicos; como, por causa da produção de energia barata para as multinacionais do alumínio, perdem os pescadores e ribeirinhos do Tocantins sua capacidade de pescar; como, para a produção de petroquímicos, perdem os trabalhadores sua saúde pela contaminação por poluentes orgânicos persistentes (ACSELRAD, 2010, p.6).

Para tanto, estratégias e atores entram em cena principalmente para tornar a aparência desses interesses difusa, como se fosse de todos. As disputas em torno do que é cidadania, com a produção de índices de desenvolvimento humano e dados que supostamente permitem medir níveis de qualidade de vida (de quem e para quem?), provoca um deslocamento do foco das disputas, dos sujeitos envolvidos e da questão central que é a efetivação de processos democráticos de participação política e tomada de decisão acerca do que produzir, para quem e como. O mesmo é evidenciado no que concerne à real garantia de direitos, mas não sob a forma de intervenções focais que se limitam a demandas temporárias como forma de controlar e gerir possíveis conflitos que venham a perturbar a produção de tecnologias e a livre circulação e reprodução do capital.

1.2 O papel estratégico do *agir localmente*

Conceder a esfera local um nível de responsabilização, envolvendo um grupo limitado da população sob a forma de comunidade, bairro e território atingido por empreendimentos, sob um tipo de vulnerabilidade, teve sua sustentação teórica gerada, tanto no espaço acadêmico como sociopolítico, pelos teóricos da Terceira Via – Anthony Giddens e Hayek – e executada por projetos políticos governamentais sob *orientação* das agências de fomento para ensino e pesquisa acadêmica – Fundações Ford e Rockefeller – e para políticas públicas – Banco Mundial, FMI, ONU.

No debate acerca do papel do Estado na garantia de direitos e solução dos problemas sociais e o reino dos interesses do mercado, uma instância harmonizadora e com uma pretensa neutralidade de interesses, embora específicos, a sociedade civil seria um importante instrumento de pressão para o atendimento de demandas específicas. “Na medida em que a lógica do mercado e do Estado, simultaneamente, colocam pressão na sociedade civil, a

capacidade da sociedade civil de fazer com que o mercado e o Estado funcionem, começa a se enfraquecer.” (WOLFE, 1991, p.43).

Sob esta perspectiva, de acordo com recomendações das agências de fomento internacionais, como as Nações Unidas, o planejamento do território, a lógica de apropriação e de uso dos espaços rurais e urbanos, sob a ótica do desenvolvimentismo, devem ocorrer de forma descentralizada, portanto, nas municipalidades e mais próximas da sociedade local.

Um suposto avanço para uma nova forma de se pensar o desenvolvimento para além da esfera puramente econômica, enquanto um processo social, significa eleger o local, a comunidade, como produtor de formas de sociabilidade a partir dos sentidos e significados que a categoria espaço constrói (WOLFE, 1991, p.53), sem, necessariamente, negar determinações ou orientações inseridas na lógica da apropriação privada desse mesmo espaço.

As práticas sociais e as escolhas, a partir dessa nova forma de sociabilidade na qual a sociedade civil é o campo de atuação, seriam/são determinadas por identidades de caráter essencialmente local, regional, fornecendo sentidos que, outrora, estavam descolados da realidade mais imediata. Este esforço nos é apresentado como uma contribuição na tentativa de reconstrução de um sujeito dotado de certa concretude e distinto de um sujeito abstrato. Isso configura uma pretensa universalidade de interesses dos sujeitos (interesses comuns, consensuais na preservação do meio ambiente, por exemplo), mas a partir da localidade.

De acordo com esta perspectiva, o fortalecimento da democracia local a partir de formas de gestão do território e dos recursos públicos requer um tipo de envolvimento sob a forma de parcerias entre os diversos atores com suas potencialidades para ‘harmonizar’ os interesses do mercado. As organizações não-governamentais, enquanto entidades auto-reguladas, consideradas independentes da lógica do Estado (visto como ator que desconhece as necessidades locais) e do mercado (ator que utiliza a natureza de forma predatória), que, por esta condição, teriam a capacidade de conhecer e reconhecer as demandas de uma localidade, portanto seriam mais capazes de desempenhar o papel de mediadoras entre os interesses antagônicos que colocam em lados opostos sociedade civil e Estado/mercado.

Os conflitos resultantes de formas de exploração inerentes ao sistema capitalista, produtoras e reprodutoras de pobreza e, conseqüentemente, apropriações e consumos desiguais dos recursos naturais, devem ser ressignificados enquanto estratégia para a

construção de uma sociabilidade que se sustente como um padrão de resposta para as demandas do sistema produtivo tal qual, por exemplo, políticas públicas setorializadas, voltadas para um público específico e não mais uma universalização dos direitos.

Para André Martins, a proposta, acima citada, de se redefinir o papel do Estado e da sociedade civil, se impôs sob a forma de uma ‘redemocratização da democracia’ e de uma ‘repolitização da política’(MARTINS, p.1) no capitalismo contemporâneo mundializado. O fim das ditaduras e as novas democracias foi o contexto no qual se configurou, a partir da década de 1980, a ‘transição conservadora’ confirmando a hegemonia da classe burguesa, mas agora sob novos formatos participativos, em que a palavra civil, semanticamente despolitizada e despolitizadora, contrapõe-se dicotomicamente no ideário popular a tudo que faz referência ao Estado.

Essa perspectiva dual, e não dialógica, descontextualiza e mantém inalteradas as estruturas de dominação – concentração do capital, alienação do trabalho e extração de mais-valia. Sem uma profunda alteração nessas formas de dominação, e, ante propostas *modernizadoras* para se repensar a ação estatal, incluindo a relação sociedade-natureza, conforme aponta nossa Constituição Federal no artigo 225 e legislações posteriores, a defesa de novas responsabilidades dos sujeitos pode ter uma funcionalidade na regulação dos conflitos.

Conforme observa Loureiro,

destacar a sociedade civil ou o Estado ou o mercado, como se fossem esferas independentes, facilita a despolitização do debate e a defesa romântica de ações pontuais como as capazes de gerarem mudanças sistêmicas, desconsiderando a interdependência entre o local e o global, entre a ação voluntária e comunitária e a ação coletiva que resulte em políticas públicas universalizantes e democráticas. (LOUREIRO, 2003, p.55).

Portanto, nos contrapomos ao conceito de cidadania liberal que pressupõe o não-conflito, uma harmonia, uma ordem sob o nome de paz social. Ao falarmos de cidadãos, referimo-nos a indivíduos autônomos, críticos e reflexivos (OLIVEIRA, 2001) com capacidade política para se constituírem protagonistas, na complexidade e no conflito de interesses, do desenvolvimento local.

Negar a perspectiva do antagonismo de interesses em uma sociedade de classes, incluindo a causa ambiental, e defender uma perspectiva supraclassista, ao contrário do que

possa parecer, não democratiza e universaliza soluções. Ao confrontar organizações estatais e ‘sociedade civil’, deslocamo-nos do campo coletivo (o dos direitos) e inserimo-nos no reino do particular. Na divisão da sociedade em setores – setorialização –, o terceiro setor, assim chamada a sociedade civil organizada, estaria se *fortalecendo*. Segundo Montañó (2011), a *instrumentalização da sociedade civil* pelo capital torna este setor apto a

justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do estado na intervenção social; desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da ‘questão social’ mediante políticas sociais estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as lutas ‘contra a reforma do Estado’ em ‘parceria com o Estado’; criar a cultura/ideologia do ‘possibilismo’; reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego, produto da reestruturação produtiva; a localização e trivialização da ‘questão social’ e a autorresponsabilização pelas respostas às suas seqüelas (MONTAÑO, 2011, p. 307; grifos do autor).

Essa distorção ideológica permitirá que diversos setores da sociedade e seus múltiplos e antagônicos interesses – empresários, organizações multilaterais, sindicatos, poder público, acadêmicos, militantes, a população, organizações sociais – concebam e identifiquem a sociedade civil como espaço de construção de diálogos sob a perspectiva do consenso em uma pretensa harmonização dos interesses. A recorrência à construção de novas categorias não apenas como forma de estabelecer uma visão de mundo e de futuro comum e compartilhada assim como de comportamentos considerados social e ambientalmente responsáveis – “consumo sustentável”, “parcerias”, “ação local”, “comunidade”, “consenso”, “empoderamento”, “governança” – produz também um apagamento da historicidade de conceitos como conflitos, participação e luta de classes.

Para Luis Acanda (2006), o conceito de sociedade civil foi reapropriado com um sentido messiânico. A compreensão de seus atores e de sua dinâmica permitiria explicar determinados mecanismos sociais de disputas e consensos que permeiam as permanências e transformações das sociedades (ACANDA, 2006, p.16). Por ser um conceito permeado por diversas interpretações permite múltiplas aplicações, inclusive por autores com perspectivas antagônicas.

O conceito de sociedade civil também tem sido utilizado para compreender e explicar tensões entre o público e o privado. No contexto latino americano da década de 1980, passa a ser utilizado para contrapor os interesses do Estado aos interesses privados, ou seja, de segmentos e frações de classe representados fora da esfera estatal como associações,

sindicatos, partidos e, por que não, empresas. A esfera de atuação do Estado é tida, nesse contexto, como limitadora de processos de emancipação e de efetivação de direitos sociais. Esse tipo de perspectiva dará sustentabilidade para discursos em defesa das privatizações da proposta neoliberal.

Outro tipo de utilização do conceito apontado por Meschkat (MESCHKAT apud ACANDA, 2006) é que o “emprego da noção de ‘sociedade civil normalmente tende a encobrir diferenças reais na sociedade; com ela, desaparecem da percepção do social fenômenos como classes sociais, grupos de poder econômico, monopólios, capital transnacional etc.’” (ACANDA, 2006, p.40).

Para Acanda (2006), os usos teóricos do conceito tiveram rápida adesão por causa das múltiplas releituras do papel do Estado no atual contexto, a partir da década de 70, tanto pela esquerda como pela direita, assim como, pelos conflitos, não necessariamente novos, do modo capitalista de produção. Releituras que responsabilizam o Estado na implementação de políticas setoriais e focais em detrimento da universalização dos direitos sociais e também ampliam as esferas do privado no interior do público.

O discurso antiestatizante problematiza a esfera pública a partir de uma perspectiva dicotômica de interpretação do real, dotando-a de significações negativadas e, enquanto espaço de coerção, de poder antidemocrático e de barganha individual. Para Acanda (2006), esse tipo de interpretação tem como origem o positivismo, enquanto corrente do pensamento filosófico presente em interpretações sociológicas acerca da dinâmica social. A utilização de dualismos e dicotomias para compreender a sociedade e seu funcionamento constrói espaços supostamente autônomos e independentes como a esfera política e o conceito de sociedade civil.

Essa interpretação dicotômica é possível porque antes se havia entendido a sociedade como um agregado mecânico de espaços bastante definíveis, delimitados e rigorosamente diferenciados entre si: o espaço da política, o da economia, o da arte etc. A relação que se concebe entre tais espaços é de exterioridade, ou seja, cada espaço tem sua dinâmica de funcionamento e sua lógica específica, e a vinculação com outros espaços é percebida como contingente. Esses espaços são entendidos como independentes em seu funcionamento (e muitas vezes também em sua origem) (ACANDA, 2006, p.42).

Outra percepção para o conceito de sociedade civil, distanciando-se de um espaço de lutas e disputas, é aquela que lhe atribui uma áurea de neutralidade ideológica, como se os

interesses e relações em disputa não estivessem permeados por visões e explicações acerca de diferentes formas de organizar a sociedade. Ou seja, estaria isenta de interesses de classe, portanto, a-histórica. Seria então o espaço ideal para uma suposta universalização de interesses, onde diferentes sujeitos sociais pudessem resolver conflitos (de classe) e antagonismos inerentes ao sistema produtivo.

“O ‘civil’ não é entendido aqui como o apolítico ou antipolítico, mas como espaço de descoberta e concepção de formas mais amplas e profundas de realização da luta política, que enfatizam a ressocialização dos indivíduos e a construção de novas subjetividades” (ACANDA, 2006, p. 49).

Para Acanda (2006), o uso do conceito de sociedade civil nos escritos de Marx é permeado por traduções e apropriações de diversos autores, inclusive marxistas, provocando dúvidas, erros e ambiguidades. Porém, esse tema foi objeto de estudo ao longo de suas obras, quando o entendimento do conceito de sociedade civil burguesa passa a ser utilizado como “o modo de divisão e organização social do trabalho em condições de predomínio do capital”, mas também como “formas de inter-relações sociais” (ACANDA, 2006, p.137).

Em Coutinho (2012), referenciando-se em Antônio Gramsci, encontramos o conceito de sociedade civil enquanto

uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social onde se dá uma intensa luta pela hegemonia; e, precisamente por isso, ela não é o ‘outro’ do Estado, mas – juntamente com a ‘sociedade política’ ou o ‘Estado-coerção’- um dos seus inalienáveis momentos constitutivos (COUTINHO, 2012).

Se o Estado capitalista requer o consenso e o ‘educa’ instrumentalizando para tal objetivo associações políticas e sindicais, e a burguesia possui a capacidade de perpetuar um movimento “capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado se transforma: o Estado torna-se ‘educador’(...)” (GRAMSCI, 1989, p. 147). Para além da sociedade política, que por intermédio de seus aparelhos coercitivos de Estado (forças armadas, policiais e aqueles responsáveis pela imposição das leis), o Estado, na organização da vida social e na reprodução das relações de dominação, também se constitui por uma “esfera da ‘superestrutura’”, a sociedade civil. Um

conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos,

as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico (COUTINHO, 1996, p.53-54).

Portanto, perceber a sociedade civil, sob a perspectiva da teoria gramsciana, é tomá-la como momento onde se dão processos dinâmicos de disputas por hegemonia, conflitos e expressões das contradições, que podem levar à transformação ou à conservação do Estado e das relações de poder na sociedade.

1.3 O Estado e a “nova” cidadania

Na busca por formas apropriadas para a legitimação social dos processos de reprodução do capitalismo, no sentido de controlar possíveis expressões, organizadas ou não, de resistência aos mesmos, o Estado se propõe a uma atuação pedagógica na esfera dos direitos ao ampliar sob sua tutela os espaços de atuação, incorporando demandas e criando responsabilidades sobre a garantia de direitos que extrapolam as práticas tradicionais.

As necessidades criadas pelas características da mundialização do capital – desregulamentação das relações entre capital e trabalho; abertura das economias; realocação da estrutura produtiva – vai demandar dos Estados envolvidos, periféricos e centrais, a gestão de uma nova sociabilidade sob a forma de uma cidadania capaz de criar consensos em torno das questões sociais.

O conceito de cidadania entendido como processo coletivo e dialógico de acesso igualitário a bens, materiais e imateriais, por sujeitos históricos que atuam sob a perspectiva de ampliação do bem-estar via conquista de direitos que garantam sua reprodução social, foi redefinido para acompanhar o novo modelo do Estado burguês neoliberal.

O que aparentemente é apresentado no Brasil como processos de universalização de direitos e acesso a bens, como educação, saúde, meio ambiente, consumo, e que foi concomitantemente promovido via mecanismos de descentralização das políticas públicas e de novas “responsabilizações” de novos sujeitos, produziu como resultados acessos qualitativamente diferenciados a bens materiais e imateriais. Mas, foi funcional para a institucionalização de “novas” estratégias para responder as questões políticas e sociais.

Começando pelo Estado que deixa de ser o promotor dos direitos sociais e passa a assumir o papel de coordenador ou certificador de processos de oferta de serviços essenciais para a reprodução da força de trabalho, o deslocamento promovido pela atual forma de expansão do capital ressignificou o acesso aos direitos. Estes são chamados de serviços que são ofertados a públicos específicos, os excluídos, via políticas compensatórias e focais, e não mais exclusivamente pelo Estado (NEVES, 2005).

A desuniversalização se concretiza por formas de privatização das políticas sociais que diante da construção de discursos acerca da ineficiência do Estado, ‘mau gerente’, garantem a concentração do capital promovendo políticas assistencialistas e a ‘filantropização’ da pobreza (OLIVEIRA, 2007). A atuação do “(...) Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe.” (NEVES, 2005).

Neste processo, dois sujeitos sociais são fundamentais para esta forma de privatização das políticas públicas: os proprietários do capital e as Organizações Não-Governamentais. A presença das ONGs como intermediárias ou como agentes promotores da própria política social assumindo o papel de instituições - partidos, associações, conselhos comunitários- que historicamente atuaram na organização coletiva das massas, vem promovendo a pacificação dos conflitos pois ao descentralizar a relação capital e trabalho, esvazia o caráter de classe das mobilizações.

Uma dispersão de microcentros de organização do social simulacra a sociedade civil: é uma ‘onguinização’ da política social que concorre com o Estado e com os partidos desde a formulação locais e focalizada até a distribuição de alimentos. Nascidas como porta-vozes da nova complexidade na época em que a ditadura militar tentava conter a própria criatura que brotou da expansão capitalista, essas organizações se transformaram em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer ‘social’ e ‘política’ (OLIVEIRA, 2007, p. 22).

Estamos diante de mecanismos indiretos de intervenção do Estado não apenas na aplicabilidade das políticas, mas também de formas de intervenção nas dinâmicas organizativas da população, retirando-lhes, muitas vezes, sua capacidade de autogestão. Isso ocorre pela multiplicação de especialistas e técnicos em gestão, promovendo assessorias e um tipo de mediação nas áreas ambiental, habitacional, educacional e da saúde, concretizando, em muitos casos, uma pedagogia para o consenso.

Na contramão do método democrático, investe-se na descaracterização do caráter conflituoso da participação política e das relações de classe ao se promover intervenções de natureza ‘cirúrgica’ e messiânica. O método democrático constrói regras reconhecendo os conflitos, as alteridades, os sujeitos coletivos ao longo de um processo de complexificação e desnaturalização das estruturas sociais, das classes e dos interesses (OLIVEIRA, 1991).

Dessa forma, temos um Estado educador com intervenções pedagógicas diante de uma imaginária incapacidade política dos sujeitos para a promoção de um desenvolvimento com contornos e regras que aparentemente emergem do local ou das realidades locais por mecanismos de participação que buscam uma construção consensual de um ‘pacto social’ ou ‘compromissos’ de segmentos sociais com responsabilidades diferenciadas nas esferas tanto do consumo como da produção e destruição. A constituição de espaços públicos pode assumir uma funcionalidade para o próprio processo de acumulação enquanto esferas educadoras, legitimadoras e reprodutoras de discursos e práticas.

CAPÍTULO 2 – Agenda 21: educando o consenso

A ampliação do debate, a partir da década de 1960, acerca das consequências do modelo produtivo e de consumo, mobilizou as sociedades no sentido de questionar as possíveis causas de desastres naturais e os limites do consumo de recursos da natureza. A necessidade de ir além de produções, relatórios e discursos, fez-se perceber em novas propostas sob a forma de protocolos e agendas. Estes passaram a ser vislumbrados como instrumentos capazes de instituir ações e atitudes como expressão de transformações de paradigmas e de mentalidades. Para tanto, deveriam ser acompanhados por um deslocamento de uma racionalidade estritamente econômica, sustentadora da lógica de apropriação da natureza e também das relações humanas, e pela instituição de um paradigma mais justo do ponto de vista ecológico e, sobretudo, das relações sociais.

No entanto, os questionamentos travados pelas lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, impondo limites para a extração da mais-valia, foram incorporados estrategicamente pelo capital e seus estados nacionais, na esfera ambiental, sob a forma de uma ‘maquiagem verde’. Diante das necessidades de globalização do capital e da ampla divulgação de evidências científicas comprovando a relação entre produção e degradação ambiental, empresas buscam construir e ‘vender’ suas imagens como ‘ecologicamente corretas’(BRÜGGER; ABREU; CLIMACO, 2003), sustentadas por uma responsabilidade socioambiental. Na esfera institucional, Estados nacionais e governos locais, com suas temporalidades específicas, ampliam restrições e regulamentam as formas de consumo dos recursos naturais.

Nesse contexto de mudanças, ainda que superficiais, mas resultado de pressões sociais, a sociedade civil passa a ser considerada o espaço onde se travam lutas e consensos. Sabendo ser a sociedade civil um conceito em disputa, este passa a ser apropriado pelo mercado, e internalizado em políticas públicas neodesenvolvimentistas, sob uma perspectiva homogeneizadora, como se dotada de autonomia em relação aos interesses privados.

A sociedade civil passa, então, a significar a esfera dos espaços públicos autônomos, do discurso, da ação comunicativa, da cultura. Sua dinâmica associativa difere daquela presente nas instâncias estatais e mercantis, por se caracterizar pela tematização, publicização e discussão das questões que atingem o conjunto da sociedade (MONTAÑO, 2011, p. 346).

Pensar a política ambiental a partir da década de 1980 é buscar entender um deslocamento do papel tutelar do Estado e sua articulação com uma determinada forma de se conceber a sociedade civil no delineamento do desenvolvimento sustentável. A construção de modelos de gestão ambiental envolvendo participação social vem ampliando ao longo das últimas décadas o universo dos sujeitos sociais envolvidos: populações locais, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Esse campo formado por novas propostas e discursos sobre desenvolvimento, utilização e conservação dos recursos naturais, insere-nos em arenas de disputas sobre definição de territórios, territorialidades, utilização de recursos essenciais à vida e à produção de mercadorias.

Em um contexto de internacionalização intensificada dos fluxos econômicos, financeiros e discursivos (BEZERRA, 2006), um conjunto de novas formas de gestão territoriais e práticas governamentais é disseminado em escalas locais e globais (idem, p. 98). O novo desenvolvimentismo, momento posterior ao predomínio da liberalização e desregulamentação das economias conhecido como neoliberalismo/Consenso de Washington, já na primeira década do século XXI, é desenhado no chamado Pós-Consenso de Washington ou consenso de Washington Ampliado. Este se apresenta como uma crítica liberal ao neoliberalismo. Entre suas premissas para o crescimento econômico estão reformas institucionais para obter maior eficiência do mercado e eficácia do governo (GONÇALVES, 2012).

Importa-nos compreender algumas diretrizes de estratégia do novo desenvolvimentismo para percebermos as condicionantes históricas em que são produzidos discursos e práticas sobre o meio ambiente, o social e as novas institucionalidades capazes de fazer esse modelo funcionar. A partir de Gonçalves (2012, p. 657) destacamos as seguintes diretrizes: i) mercados geram alocação eficiente e crescimento, mas precisam ser completados (com) regulação financeira, políticas de concorrência e políticas tecnológicas; ii) crescimento deve basear-se na exportação, associando-se com um mercado interno forte; iii) desenvolvimento requer objetivos mais amplos (como) qualidade do meio ambiente (e)

redução da desigualdade; iv) desenvolvimento requer aperfeiçoamento institucional: processo democrático e independência do judiciário (GONÇALVES, 2012, p. 657).

Nesse novo modelo

“a política macroeconômica é mais importante do que a política industrial e as outras políticas estruturantes. Portanto, o novo desenvolvimentismo superestima a importância macroeconômica no desenvolvimento econômico de longo prazo e negligencia as questões estruturais. Inúmeras questões não são sequer tratadas: mudanças na estrutura da propriedade; estrutura tributária e distribuição de riqueza; vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; influência de setores dominantes (agronegócio, mineração e bancos); e viés no deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário. (GONÇALVES, 2012, p. 660)¹²

O papel do Estado no novo desenvolvimentismo é revestido de uma suposta autonomia na defesa dos interesses coletivos, sendo ‘complementar ao mercado’ e ‘promotor do bem-estar social’. Um ‘reformismo social’, que não compromete a estrutura social reprodutora de desigualdades, está presente em uma “concepção de Estado (que) negligencia a influência das classes e setores dominantes, (que) supõe a separação entre rentistas e industriais, e desconhece os conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade” (GONÇALVES, 2012, p.661).

Como exemplo, Gonçalves (2012) recorre às políticas de distribuição de renda, mas não da riqueza, pois naquelas o aumento do consumo é que é fundamental para o sistema. A apologia a um modelo de crescimento econômico com tecnologias ‘limpas’ sem pôr na arena de debate a quantificação dos ganhos, sua apropriação (quem ganha, o que ganha e quanto ganha) e uma qualificação que incorpore transformações na relação dos seres humanos com a natureza, tem apoio de uma parcela do movimento ambientalista. Um exemplo disso é o discurso de que o crescimento deve ‘beneficiar’ a todos, cuja presença se dá nas apologias ao mercado de crédito de carbono e nas políticas de REDD (Reduce Emissions for Deforestation and Degradation ou Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação), que agregam

¹² Desde 2006 tem se intensificado a compra e o arrendamento de terras para cultivo por parte do capital financeiro e de governos nacionais. Essas terras estão localizadas na África, na América do Sul e na Ásia “En septiembre de 2008 grandes procesadoras de aceite vegetal de India solicitaron tierras a los gobiernos de Uruguay y Paraguay para cultivar oleaginosas, trigo y lentejas. La principal refinadora de azúcar y productora de alcohol de India Shree Renuka Sugars adquirió 130 mil hectáreas en Brasil, en tanto que el grupo Walbrook compró cerca de 600 mil hectáreas en Argentina(...)En Paraguay ascienden a 1,8 millones de hectáreas las compradas entre 2006 y 2010 por empresarios brasileiros, franceses, alemanes, portugueses, japoneses y españoles, según el investigador del Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos Luis A. Galeano, quien calcula que en las últimas dos décadas las empresas extranjeras adquirieron entre nueve y 10 millones de hectáreas de tierras paraguayas, es decir entre el 25 y 30% de la superficie productiva del país”. Disponível em www.Ecoportal.net. Acesso em 12 jan.2013.

valor econômico à natureza, sob a forma de ‘floresta em pé’ ou de ‘desmatamento evitado’. Esse posicionamento desconsidera as questões causadoras da insustentabilidade: concentração da propriedade, exploração do trabalho no campo, produção voltada para monoculturas e pecuária intensiva ou os desmates ‘legais’ garantidos pelo novo Código Florestal. A ‘economia verde’ justifica assim as desigualdades da propriedade do capital e cria novas formas de relação com a natureza para compensar minimamente segmentos sociais – agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, pequenos extrativistas e indígenas – que perdem ou têm cada vez menos controle sobre o seu acesso à natureza.

Na geopolítica dos recursos naturais, esses recursos materiais e energéticos, escassos ou de lenta renovação, são estratégicos para manter os níveis acelerados de produção e consumo de mercadorias.¹³

O mapeamento do planeta em zonas vitais, zonas estratégicas e zonas de reserva tem revelado estratégias e disputas por recursos. Michael Klare (MICHAEL KLARE apud CANTOR, 2012) chamou de uma guerra não declarada que ganha novos contornos de acordo com a entrada de novos atores. Reproduzindo a mesma lógica do capitalismo do século XVIII, que caracterizou a revolução industrial inglesa, o controle das fontes de energia, de minerais e de outros recursos, resulta em disputas.

¹³ A título de exemplo Maurício Waldman escreve que “a população norte-americana cresceu quase 2,5 vezes entre 1960 e o ano 2000. Porém, o já magnânimo descarte dos Estados Unidos praticamente triplicou desde 1960. Adicionalmente, outras peritagens mostram que no ano 2020 a União Europeia estará descartando 45% mais rebotalhos do que em 1995. Na União Europeia, um pormenor candente é que o lixo domiciliar se expandiu inclusive em países com evolução populacional pouco expressiva. No caso espanhol, sete anos (1996-2003), foram suficientes para incrementar os refugos em 40%. No caso brasileiro, o país vivencia nos últimos 20 anos uma escalada na desova de descartes de uma forma que não têm precedentes. Entre 1991 e 2000 a população brasileira cresceu 15,6%. Porém, o descarte de resíduos aumentou 49%. Sabe-se que em 2009 a população cresceu 1%, mas a produção de lixo cresceu 6%. Quanto à questão do lixo domiciliar faz-se importante lembrar – no que causaria espécie a um difuso senso comum – que os rejeitos residenciais perfazem não mais que 2,5% do total do lixo mundial. Na realidade, o que é descartado pelas residências é suplantado de longe, em ordem de importância, pelos rejeitos da mineração, da indústria e da agropecuária.

Note-se que esses três segmentos são responsáveis pela geração de aproximadamente 91% do lixo planetário, cabendo tanto para a pecuária quanto para a mineração algo mais que a terça parte do total, e para a agricultura cerca de 20%. Na sequência, temos o lixo industrial, com 4%, o entulho, com 3%, e os resíduos sólidos urbanos, com 2,5%. a reciclagem tem se articulado com a dinâmica maior do sistema de produção de mercadorias responsável pela depleção dos recursos naturais e gerador de rejeitos.

Ou seja, foi cooptada pela lógica da produção incessante; terceiro, a reciclagem não contesta a espiral de consumo e apenas a apresenta sob nova roupagem, agora adornada com afetações ambientais e beatificada pelo evangelho do desenvolvimento sustentável” (Entrevista com Maurício Waldman, 2012. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2012/12/05/a-civilizacao-do-lixo-entrevista-com-mauricio-waldman/>. Acesso em 27 dez 2012.

O discurso do esgotamento dos recursos minerais e vegetais reproduzido pela mídia e por uma parcela do movimento ambientalista, de acordo com Leonardo Neves (2012), está inserido em um conjunto de interesses descolados de uma ideia de utilização mais equilibrada desses recursos, mas é funcional para a atual fase da globalização do capital. As negociações em torno da utilização desses recursos está inserido em um conjunto maior de negociações que envolvem acesso à mão-de-obra, isenções fiscais, flexibilização de limites de poluição e contaminação, e escoamento da produção. São interesses especulativos do capital financeiro no mercado de commodities, que tomam como variável “os efeitos desconfortáveis da substituição dos minerais tradicionais pelos metamateriais, os sintéticos, resultado da inovação tecnológica e da pesquisa científica”¹⁴ (NEVES, 2012, p. 1). A fetichização da técnica – inovação tecnológica, mercado de carbono, ‘poluição ótima’ – e da sociedade civil são artifícios recorrentes para o silenciamento sobre as implicações ambientais e sociais do processo produtivo.

Esse processo de financeirização da natureza permitiu que capitais ‘estranhos ao setor produtivo’ ganhassem força política nas economias nacionais e, conseqüentemente, nas políticas públicas. O meio ambiente deixa de ser uma barreira ao crescimento e passa a ser seu motor.

Estratégias, que criam novas quantificações, denominações para a natureza e para a degradação ambiental, revelam o empenho do setor produtivo mundial – estatal e não estatal – em manter os níveis de crescimento das economias, ou seja, da riqueza, mas com uma “sensibilidade” socioambiental (diante das demandas da lógica de crescimento das economias). São estratégias que passam ao largo da identificação e real responsabilização dos atores ou questionam formas de quantificar a natureza, no sentido de transformar padrões de consumo insustentáveis em longo prazo, mas que apontam para formas de mitigação das conseqüências devastadoras do ritmo de produção do capital.

Denominações como economia verde, modernização ecológica ou governança global, aliadas a inovações institucionais – gestão pública, ecoimpostos, créditos públicos, por exemplo, – são respostas “com base na suposição de que a crise ecológica pode ser superada

¹⁴ Leonardo Neves evidencia essas novas modalidades de negociação que até então não constavam das carteiras de investimento no mercado de futuros. “O Deutsche Bank negocia rutênio, um obscuro metal usado em cnetas tinteiro, e está se expandindo para negociar o ródio, usado em catalisadores. Há contratos para o lítio e outros metais raros empregados nos carros híbridos e elétricos. Uma lista do Crédit Suisse parece um livro de ciências: alumina, cobalto, molibidênio, ferrocromo e vanádio.” (NEVES, 2012, p. 5)

através da inovação tecnológica e processual, de instrumentos de mercado, da colaboração e da construção do consenso.” (FURTADO; STRAUTMAN, 2012, p.39).

Partindo do pressuposto de que a qualidade e a eficiência são categorias construídas socialmente (ALIER, 2009), e mantendo a lógica do capital, a

(...) estratégia para convencer os setores empresariais a adotar práticas “sustentáveis” é, em geral, a de apelar para a própria lógica de mercado, que hoje em dia beneficiaria mais, em termos econômicos, aquele que não “desperdiça” recursos, contendo seus gastos em energia, água e em matérias-primas extraídas do meio ambiente (BEZERRA, 2006, p.94).

O canal que legitima essa lógica, produzindo nova sociabilidade a partir do conceito de gestão, é a parceria entre o setor produtivo e o já abordado terceiro setor, que pode estar organizado e institucionalizado sob a forma de associações de moradores, entidades filantrópicas, organizações não-governamentais, entre outros. Essa forma de atuação redesenhará a “(...) nova esfera simbólica da política: a ‘pós-democracia consensualista’” (BEZERRA, 2006, p. 98).

O conceito de pós-democracia (RANCIÈRE, 1996) nos permite entender as dinâmicas assumidas por formatos tanto institucionais como discursivos presentes em programas de gestão pública. Esse conceito se caracteriza pela “extensão dos poderes políticos de instâncias não-responsáveis (peritos, juízes, comissões...)”, que historicamente, foram objeto de questionamento por seu caráter essencialmente formal na luta por uma democracia “real”. A celebração da regra, como contraponto ao arbitrário, da extensão do Estado de direito e do campo do direito engendra formas de submissão presentes no Estado moderno.

Saúda-se então nisso uma refundamentação da democracia com base nos princípios fundadores do liberalismo, a submissão do político, na pessoa do Estado, à regra jurídica que encarna o contrato, que coloca em comunidade as liberdades individuais e as energias sociais. Mas essa pretensa submissão do estatal ao jurídico é antes uma submissão do político ao estatal pelo viés jurídico, o exercício de uma capacidade de desapossar a política e sua iniciativa, pela qual o Estado se faz preceder e legitimar. (RANCIÈRE, 1996, p.111).

A “cena política de exposição e tratamento do litígio”, do conflito, com as inovações institucionais jurídicas, administrativas, gerenciais, somadas a reificação do saber perito – jurídico, técnico – é ressignificada, repolitizada e descolada das contradições sociais.¹⁵

A pós-democracia, para tornar o *demos* ausente, deve tornar a política ausente, nas tenazes da necessidade econômica e da regra jurídica, até o ponto de unir uma e outra na definição de uma cidadania nova na qual a potência e a impotência de cada um e de todos venham a se igualar. (idem, p.112)

A tentativa de tornar universais causas particulares nas disputas faz da lógica consensual pós-democrática uma estratégia de apagamento das diferenças de interesses, das marcas, tornando invisível a divisão (RANCIÈRE, 1996), pré-definindo os papéis a serem desempenhados pelos atores sociais sob a forma de parcerias. Para que tenha êxito essa lógica consensual, “(...) é compreensível que a noção de ‘parceria’ não configure, em última instância, um método para se atingir resultados, mas um fim em si mesmo, a fim de gerar uma nova forma de relação política entre estado, iniciativa privada e sociedade civil.” (BEZERRA, 2006, p.104). O “(...) Estado se envolve com o setor empresariado e com as mais variadas organizações da sociedade civil na trama que busca despedir da política justamente os atores que pressionam pelo controle social sobre a esfera mercantil” (idem).

A submissão do Estado à lógica mercantil faz deste ator um elemento importante no “disciplinamento dos atores” potencializadores do conflito. Na nova pedagogia da hegemonia do capital, a “disseminação das tecnologias de tratamento do litígio” (idem, p.104) é funcional para o processo educativo criador de uma sociabilidade que subordina trabalho ao capital.

Em nome da preservação dos recursos naturais e do controle social sobre as políticas públicas mais eficientes, as novas formas de ação para a implementação das políticas de governo são agora focalizadas, pensadas sob a forma de projetos e programas pontuais para públicos e problemas específicos e aplicadas via parcerias entre o poder público e atores não estatais.

A saída dos partidos políticos e dos sindicatos da cena principal da arena de representações políticas permitiu uma maior visibilidade para movimentos sociais e ONGs, muitos tendo como bandeira causas parcelares, específicas, na contramão da luta de classes

¹⁵ Assim, a prática das “ações de inconstitucionalidade” é menos a submissão do legislativo e do executivo ao “governo dos juizes” do que a declaração do não-lugar da manifestação pública do litígio. (Rancière, 1996, p.111)

tradicional. Esse movimento representa um descolamento da perspectiva de totalidade, ou seja, dos determinantes das relações sociais, produz um processo de repolitização da política, a partir de *novas práticas políticas* onde os conflitos podem ser supostamente contornados em processos de negociações com sujeitos cada vez mais isolados – seringueiros, pescadores, atingidos por barragens, etc. – na defesa de direitos específicos. A mediação do conflito pode ser realizada por ONGs, patrocinadas por empresas, legitimada por pesquisadores e intelectuais ou diretamente por empresas sob a forma de responsabilidade social.

As “novas” bases da democracia participativa sob a forma de “métodos racionais de gestão” propõem, de acordo com Souza Lima (2002), “(...) o *desenvolvimento (sustentável)* como meta; a “desestatização” como via, e as organizações não-governamentais como instrumento.” (SOUZA LIMA, 2002, p.18).

A abertura desse espaço “participativo” para segmentos sociais – ONGs, fundações privadas e organizações sociais (LEHER, OLINDA, 2012) –, outrora em conflito com o Estado ou exercendo funções filantrópicas, cria esferas de diálogo e ação ora capazes de legitimar as propostas e interesses de determinados grupos, ora dotadas de poder de mobilização com força suficiente para inviabilizar ou viabilizar programas e projetos tanto governamentais como empresariais.

O mercado pode ser parâmetro regulador das relações sociais tendo como um dos efeitos desta lógica a produção de uma sociabilidade pautada por uma racionalidade mercantil? Aceitar tal mediação é pôr em primeiro plano estratégias que viabilizem investimentos, mesmo que inseridos em projetos de desenvolvimento local, apresentando-se como interesses difusos ou parcerias público-privado.

2.1 Grandes empreendimentos, seus impactos e a produção de invisibilidades

Os impactos socioambientais decorrentes da instalação das empresas, como as ocorridas desapropriações compulsórias, aumento da demanda por água, a poluição das águas e do ar, os riscos à saúde, que afetarão de forma desproporcional a localidade e as formas de subsistência da população, podem ser relativizados a partir da construção de uma suposta visão comum e harmônica em torno das ideias de progresso, desenvolvimento econômico,

definição de sustentabilidade, já dada a priori ao município e materializada com a Agenda 21. A fim de evitar ou controlar possíveis dissonâncias que possam comprometer ou onerar a realização dos interesses de classe do grande capital e de suas frações locais, um jogo semântico com implicações nas ações políticas se dá, no sentido de produzir maior ou menor controle sobre as formas de resistência em decorrência dos possíveis impactos.

Podemos destacar algumas transformações recorrentes em regiões onde ocorreu a instalação de empreendimentos desse porte: favelização, migrações, aumento da criminalidade, falta de infra-estrutura urbana para comportar o adensamento populacional e ocupação desordenada do território.

Thereza Carvalho (2010) realizou uma análise dos ‘impactos territoriais da geração de riqueza do petróleo’ no município de Macaé. Identificou um ‘intenso crescimento urbano, econômico e demográfico; melhoramento de índices e indicadores sociais; espraiamento urbano¹⁶; segregação social no espaço; dificuldade de leitura da cidade enquanto fenômeno de relações complexas’ (Oficina sobre impacto das atividades petrolíferas em Macaé, 2010).

Pela Resolução nº 001/86 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), impacto ambiental

“é *qualquer* alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota (conjunto de seres vivos de um ecossistema); as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos ambientais” (RIMA Comperj, p. 93).

O Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) do Comperj, elaborado pela empresa de consultoria Concremat Engenharia, apresenta a análise dos principais impactos do empreendimento para a região ao longo das fases de planejamento, construção, operação e desativação. Elencaremos alguns:

. “limpeza do terreno e destocamento: alteração da paisagem natural com supressão do atual ambiente agro-florestal (interferência com APPs (Áreas de Preservação Permanente) e

¹⁶ Espraiamento ou espalhamento é a “expansão horizontal da cidade antes de se atingir uma densidade demográfica ideal. São bairros ou cidade dormitório que surgem numa região mais afastada ou na área metropolitana de uma grande cidade. São chamados assim porque não possuem uma oferta mínima de empregos e serviços gerando um deslocamento diário de boa parte dos seus moradores até a área urbana central” (Disponível em <http://transportehumano.wordpress.com/2008/12/20/espraiamento-de-cidades/>. Acesso em 30 dez. 2012).

FMPs (Faixas Marginais de Proteção). Este impacto é inevitável e será atenuado/compensado pela implantação do projeto Corredor Ecológico do Comperj, que faz parte do Programa Ambiental de recuperação de Áreas Degradadas” (RIMA Comperj, p. 93);

. “Movimentação de terra e escavações – Alteração de relevo pela criação dos platôs previstos e alteração da drenagem natural” (id., p. 96)

. “Geração de processos erosivos, assoreamento dos cursos de água e dispersão de poeiras com alteração da qualidade do ar. Em decorrência da engenharia do projeto Comperj e do Plano Ambiental de Construção, não são esperados impactos *significativos* na fase de construção relativos À instabilidade de encostas, com erosão e assoreamento” (id., grifos nossos. 94);

. “Implantação e operação dos canteiros de obras – geração de efluentes e resíduos com gerenciamento inadequado e conseqüente poluição do solo e das águas. (...) Estas interferências *temporárias* também serão *reduzidas* pelo Plano Ambiental de Construção.” (id., p. 97, grifos nossos);

. “Uso da água e lançamento de efluentes. Tanto o fornecimento de água como o emissário submarino para lançamento de efluentes serão levados a licenciamento ambiental individualmente. O fornecimento de água bruta será proveniente de sistema de captação e tratamento, que contribuirá para o abastecimento de água potável à região. Estudos sobre possibilidades de locais de lançamento de efluentes do Comperj serão pouco significativos, por causa de suas características de volume e níveis de contaminantes e a capacidade de tratamento do ambiente marinho” (id. p. 98);

. “Pressão demográfica” (id. p. 101);

. “Aumento dos índices de comportamento anti-social” (id. p. 101);

. “Aumento da ocupação irregular de áreas urbanas/ acentuação de carências sociais” (id. p.101);

. “Aumento do tráfego local e regional” (id. p. 102);

. “Dinamização temporária das atividades de comércio e de prestação de serviços em Itaboraí” (id. p. 102);

. “Aumento da arrecadação tributária” (id. p. 102);

. “Aumento dos níveis de emprego e renda na área de influência do Conleste (Consórcio Leste Fluminense), Região metropolitana do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro” (id., p. 102).

As empresas, principalmente do setor industrial, precisam cumprir uma série de requisitos e condições estabelecidos pela legislação ambiental, presentes na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, e suas posteriores alterações, para obtenção de licenças por parte do Estado. Sob a perspectiva, que busca ‘harmonizar’ um modo de produção de mercadorias com preservação do meio ambiente e a ideia de equilíbrio ecológico, essa política estabelece instrumentos de planejamento e gestão ambiental de caráter corretivo e preventivo.¹⁷ Além do poder público, toda a sociedade passa a ter responsabilidade sobre a preservação do meio ambiente, nesse sentido, a educação ambiental é considerada como um princípio “a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (Lei nº 6938/81)¹⁸.

Assim como a gestão ambiental não é neutra, a educação ambiental também não está isenta de ideologias podendo ter uma funcionalidade para propostas de transformações sociais ou para a reprodução das desigualdades e injustiças sociais, principalmente, dos custos do processo de acumulação da riqueza. Para Quintas (2006), praticar a gestão ambiental é mediar interesses e conflitos entre atores sociais e seus reflexos sobre o meio. É um processo de definição e redefinição de práticas que provocam alterações sobre o meio ambiente e que consequentemente distribui os custos e os benefícios da ação antrópica sobre o meio.

¹⁷ “Os instrumentos corretivos são, por exemplo, as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação do meio ambiente, podendo ser convertidos em multas. Há também a auditoria ambiental, que é um instrumento de avaliação do comportamento das empresas em relação ao meio ambiente. Os instrumentos preventivos – zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento ambiental, entre outros – são ações que visam à prevenção dos danos através da implementação de uma política de planejamento que alia visão técnica e científica sobre o meio ambiente à racionalidade política fundamentada nos preceitos do *desenvolvimento sustentável*” (BRONZ, 2011, p.30, grifos da autora).

¹⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm.

Neste sentido, a inserção da educação ambiental em políticas públicas e programas de responsabilidade socioambiental das empresas não é um processo resultante de um comprometimento do capital com as consequências do modo de produção, mas de avanços em torno de disputas que estão

além de ‘ideias racionalizadas em planos escritos’ e de procedimentos de ‘rotinização’, (pois) os processos de licenças ambientais se constituem a partir de ações, formas de intervenção social, práticas, apreendidas no cotidiano das relações sociais, em espaços informalmente regulados por uma complexa rede de agentes e organizações que operam em diversas escalas (BRONZ, 2011,p.33).

No entanto, nessa ‘complexa rede de agentes e organizações’, estão inseridas as múltiplas formas de articulação das empresas para responder aos danos sociais e ambientais causados por seus investimentos. Sem pôr em questão a otimização dos lucros e, em nome deste, consumir de forma eficiente a fim de evitar desperdício de capital, nas estratégias para a obtenção de licenças ambientais para empreendimentos, muitas vezes, é feita uma apropriação da educação ambiental de forma acrítica e ingênua (QUINTAS, 2006), pois através de práticas prescritivas, buscam-se mudanças comportamentais, individualizando os sujeitos e omitindo ou descaracterizando as condições históricas e políticas das ações sociais. A proposição de uma visão fragmentada da realidade, setorializada dos sujeitos e de seus interesses, presente em projetos patrocinados por empresas ou resultantes de TAC (Termos de Ajustamento de Conduta), é funcional para o enfraquecimento e organização das lutas e ações coletivas e para a ampliação da sociabilidade hegemônica do capital. A aceitação e adesão a essa nova sociabilidade do capital, por parte da classe expropriada dos benefícios do modelo de desenvolvimento, pode ser realizada por estratégias pedagógicas.

O Programa de Educação Ambiental que faz parte do Relatório de Impactos Ambientais do Comperj (Rima Comperj) está voltado para um grupo específico, ‘as comunidades vizinhas ao empreendimento’, que por meio da educação podem realizar ‘um trabalho sistemático, planejado e controlado’. Para tanto, as oficinas a serem realizadas nas escolas contarão com ‘material didático adequado, apresentação de vídeos e realização de debates’. ‘O objetivo do programa é despertar a sensibilização sobre a proteção e respeito ao meio ambiente, visando à conservação de recursos naturais’(Rima Comperj, p. 125).

Mesmo a realização efetiva de projetos voltados para a educação ambiental, conforme abordado acima, não é garantia de um conjunto de relações mais justas e ambientalmente mais responsáveis entre capital e trabalho, nem entre capital e natureza. Determinados usos de

projetos, cuja temática é a educação ambiental, podem ter uma caráter assistencialista (LAYRARGUES, 2006), pois nem sempre se definem os pressupostos políticos e ideológicos dos conceitos utilizados, sendo, dessa forma, seus fins permeados por uma fragilidade conceitual e voltados para o ‘despertar’ e para o ‘respeito’ ao meio ambiente buscando igualar poluídos e poluidores, explorados e exploradores.

Também percebemos que, ao longo do RIMA, há um deslocamento semântico do conceito de impacto, que pela legislação significa *qualquer alteração*. Ao longo do documento notamos o uso das palavras *significativo, atenuado, inevitável, compensado, minimizado* - ampliando seus sentidos polissêmicos para os riscos e os impactos do empreendimento. A utilização de termos legais atrelada a uma linguagem simplificada, requisito para a elaboração do Rima, faz-se acompanhar, neste caso, de adjetivos e verbos que representam ações compensatórias diante da irredutibilidade da lógica predatória. O que seria um dano *significativo* para um pescador e para um gerente diante das diretrizes de exportação de uma empresa produtora de petróleo?

Por outro lado, setores ligados ao movimento ambientalista, pescadores e gestores das áreas protegidas, são outros atores que têm posto os impactos na arena de debates sob a perspectiva do conflito, evidenciando que a disputa está nas formas excludentes de produção e de reprodução social.

A crescente utilização da Baía da Guanabara, e de seu entorno, por empreendimentos não apenas altamente poluidores, mas também especuladores, vem provocando problemas urgentes para as condições de vida das populações locais. Alexandre Anderson, importante liderança da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), que tem garantido o direito de escolta junto ao governo do Estado, afirma que

“a instalação de dutos e terminais na lâmina d’água da Baía espantou o pescado, criou zonas de exclusão proibidas a embarcações pesqueiras - justamente nos espaços que costumavam ser mais piscosos - e está praticamente inviabilizando a pesca artesanal, ocupação que garante o sustento de cerca de três mil famílias na região.” (Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2012, p. 8).

Breno Herrera, gestor da APA Guapimirim, denuncia, em 2012, a pressão psicológica e moral que vem sofrendo para ser condescendente com as violações e impactos sobre a região. Embarcações de grande porte terão que passar pelo rio Guaxindiba e para isso será necessário dragar o rio, removendo sedimentos contaminados com metais pesados, além de

cortar as margens dos rios, estreitos para as grandes embarcações, o que significa cortar áreas de manguezais de um sistema protegido por legislação federal (Vídeo *Rio: baía de todos os perigos*)¹⁹.

Em agosto de 2011, a refinaria da Petrobras em Duque de Caxias – Reduc – descartava poluentes no Rio Iguaçu, atingindo a vegetação e manguezal (353 hectares) que margeiam a região. De acordo com as substâncias coletadas pelos fiscais da Delegacia de Crimes Ambientais da Polícia Federal, nas águas do rio estavam sendo lançados “níveis de óleo, graxas e fenóis ‘muito acima’ dos limites legais. A origem dos detritos era o petróleo da refinaria.” Três meses depois, no retorno dos fiscais à refinaria, verificou-se o despejo de água negra no mesmo rio: óleos, graxas, sólidos sedimentáveis, fenóis, nitrogênio amoniacal (ESCOSTEGUY; ROCHA; RAMOS; LOYOLA, 2012).

Nesse recente episódio, onde foi comprovada a desativação das estações de tratamento²⁰ de dois dos principais terminais da Petrobras, entre declarações²¹ e reconhecimento de falta de *fiscalização* e de *funcionários* por entidades governamentais, é construído o desenvolvimento sustentável no país.

Questões ambientais e sociais *não pode ser* obstáculo²² e dificilmente o foram, para o desenvolvimento do capitalismo. A centralidade da produção do petróleo para o sistema

¹⁹ Disponível em <http://www.arte.tv/fr/Rio---la-baie-de-tous-les-dangers/6743068.html>

²⁰ As estações de tratamento – de Ilha Grande e de Cabiúnas – tem a função de “retirar o máximo possível da água negra que lá chega misturada ao petróleo extraído das plataformas. Desses dois terminais, o óleo segue para as refinarias. Quanto mais puro chegar a elas, menor o custo de produção da Petrobras – e, potencialmente, maior o lucro. Como elas armazenam petróleo e água negra nos mesmos tanques, a água negra apenas ocupa o espaço que deveria ser do petróleo. Portanto, quanto mais água negra misturada aos tanques, menos a capacidade de produção da refinaria. De modo que empresas como a Petrobras têm todo o incentivo para se livrar dela sem o devido cuidado”. (ESCOSTEGUY; ROCHA; RAMOS; LOYOLA, 2012)

²¹ Declaração do gerente executivo da Petrobras na área de meio ambiente em seu depoimento dizendo “não saber que as estações de tratamento de dois dos principais terminais da Petrobras estão desativadas”. (idem)

²² Em março de 2012, o analista ambiental do Instituto Chico Mendes - ICMBio, Breno Herrera, é exonerado da chefia da Área de Proteção Ambiental – APA de Guapimirim, pela Ministra do Meio Ambiente(MMA), Izabella Teixeira. Fontes do MMA revelaram que a medida visa “rever posição da equipe da APA sobre a passagem de embarcações para transporte de equipamentos pesados para o COMPERJ pelo leito dos rios da APA de Guapimirim, e às margens da Estação Ecológica - ESEC Guanabara – outra unidade de conservação federal existente na mesma região.”. Esse tipo de intervenção, para alguns consensos ou visão comum, resultou de uma articulação em função da resistência criada pela negação do IBAMA, em 2006, do pedido de licença ambiental para o transporte fluvial dentro das unidades de preservação. À época foi emitida autorização com a ressalva de não haver intervenções na área. Esse conteúdo foi reproduzido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA – no licenciamento ambiental para o empreendimento. Na busca por uma alternativa, a empresa solicitou, e obteve, licença para a construção de um porto no município de São Gonçalo, de onde o equipamento pesado seria transportado via terrestre até o Complexo. Com a posterior sub-utilização desse porto, o mesmo seria utilizado como possível terminal de barcas entre São Gonçalo e Niterói e como escoadouro para os pescadores da região.

(SERRÃO, 2012), muitas vezes, é tornada invisível, assim como seus efeitos para a natureza e para a existência humana. Da ausência de massificação de fontes de energias menos poluentes às tentativas de dotar de certa invisibilidade os impactos e as populações atingidas pela indústria do petróleo, temos uma gama de atores sociais e estratégias em disputas.

Entretanto, desses espaços dialéticos podem surgir forças sociais com capacidade política para assumir o fazer histórico sobre bases socialmente mais justas.

Parceria, consenso e diálogo andam dialeticamente de mãos dadas com o enfrentamento, a dissensão e o conflito. Democracia é saber trabalhar estas dimensões numa relação entre aparato estatal e sociedade civil em que a identidade destes seja preservada e a autonomia da segunda seja estimulada diante de uma história opressora, autocrática, paternalista e assistencialista do Estado brasileiro (LOUREIRO, 2003, p.142).

O alto custo socioambiental da indústria petroquímica, em relação aos seus benefícios, provoca conflitos e resistências que podem comprometer a suposta harmonia presente no ‘novo paradigma’ da atual etapa do capitalismo. Dessa forma podemos questionar: Sob que condições sociais, políticas e ambientais e com quais mecanismos se constrói o atual padrão de produção e de acumulação?

Na construção da sustentabilidade capitalista

A Agenda 21 Global até hoje é considerada por aqueles que atuam no campo do desenvolvimento sustentável como um dos documentos de referência que orientou e orienta ainda governos nacionais e locais, bem como outros segmentos sociais (empresas e organizações da sociedade civil, por exemplo) no planejamento e execução de ações que buscam promover um novo paradigma de usos de ativos ambientais nas sociedades contemporâneas. (CRESPO, 2011, p.3)

Nesse ‘novo paradigma’ o papel do Estado é fundamental, não como garantidor de direitos universalizantes e bem estar, mas como ‘gestor dos interesses’ em nome das futuras gerações. Sob esta perspectiva, o desenvolvimento sustentável no Brasil se fará por “meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de garantir o uso racional de nossos recursos (...)” (Agenda 21 brasileira – avaliações e resultados, 2012, p.10).

Contudo, a empresa realizou novo pedido de utilização dos rios em 2011. “Em reunião do conselho Consultivo da APA para discutir o assunto, os responsáveis técnicos pelo projeto da Petrobras apresentaram seus estudos ambientais, nos quais afirmam textualmente que as intervenções no interior e nas margens das unidades de conservação produziram apenas ‘impactos indiretos’. Na ocasião, foram repreendidos pelo ICMBio pela possível prática de prestação enganosa de informações.” Disponível em <http://rogeriorocco.blogspot.com.br/2012/03/ministerio-do-meio-ambiente-cede.html>. Acesso em 18 jan. 2013.

O discurso oficial assume a racionalidade do mercado como parâmetro de mediação entre ser humano e natureza, garantindo assim práticas que representam a monetarização da natureza e das relações sociais.²³

Entender os usos de algumas dessas estratégias – materiais e discursivas – e construir uma perspectiva sobre as relações determinantes e determinadas por esses usos são nosso objetivo. Reconhecemos que esses usos estão imersos em um conjunto de relações. São essas relações que buscamos compreender e dar visibilidade.

O que está em jogo nesses usos são formas de internalização das questões sociais, políticas, econômicas e ambientais derivadas dos processos de socialização inerentes ao conjunto da sociedade, mas que, diante de disputas por hegemonia, sob um modo específico de produção, os sujeitos sociais constroem e reconstróem suas representações sociais norteadoras de novas práticas.

2.2 Uma agenda para um cenário de crise e uma “nova” governança

Diante de um cenário de “crise”, “novas” práticas ajudam a compor o quadro geral no qual nosso objeto se encontra. A palavra agenda deriva de *agere* cujo significado é “colocar em movimento, fazer, agir”²⁴. Após a Rio 92 e com a composição de documentos como a Carta da Terra, as Convenções da Biodiversidade do Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e o Tratado de Educação Ambiental, a questão que se colocava era como agir para realizar o desenvolvimento sustentável para o século 21?

²³ Em 2009, o então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse sobre o Comperj: “Não vai fazer uma gota de poluição na Baía de Guanabara. Zero poluição química (...). Montamos 15 processos de Agendas 21 em todos os municípios do entorno e, como vai ter muita concentração ambiental – digo isso como alguém que licenciou o Comperj -, essa Agenda 21 já surge com bala na agulha, com sustentabilidade econômica.(...) Elas vão resultar em um plano de desenvolvimento da área do Comperj. E isso vai significar uma prioridade, por que você não vai conseguir fazer um hospital em cada município, uma escola técnica em cada município. Três municípios vão ficar com uma escola, outros três com o hospital, mais três com um museu. Na verdade, você vai distribuir, a partir das Agendas 21, locais e dos planos de desenvolvimento sustentável de cada um desses municípios e mais quatro.(...) Não há necessidade de cada um ter uma escola técnica.(...)” (Entrevista ao Jornal *O dia*, 27/06/2009. Disponível em <http://www.forumcomperj.com.br/noticias.asp?param=ver&idNoticia=66&busca=Agenda>. Acesso em 27 dez. 2012)

²⁴ www.origemdapalavra.com.br

Buscava-se um modelo que compatibilizasse “a preservação do meio ambiente, a justiça social, o crescimento econômico, a participação e o controle da sociedade como elementos para democratizar o direito à qualidade de vida”.²⁵

A aposta na Agenda 21 foi concretizada, em nível nacional, quando esta foi incorporada ao Plano Plurianual do Governo 2004/2007, instrumento de planejamento e gestão, enquanto política pública, tendo como meta realizar 1500 experiências de Agendas 21 Locais em todo o país até o final do governo de Luis Inácio Lula da Silva, tendo como forma de fomento o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Até 2011 integrava o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2008/2011 (MMA, 2012).

Intitulado Programa Agenda 21, possuía três ações fundamentais: implantação das Agendas 21 Locais; criação de um Programa de Formação para a Agenda 21 e internalização da Agenda 21 Brasileira nas políticas de governo (Caderno de Debate Agenda 21 e sustentabilidade).

Dados do Ministério do Meio Ambiente mostram que em 2002 foram realizadas 225 experiências de Agenda 21 municipais, estaduais e regionais e que atualmente foram contabilizadas 544 iniciativas, sob tutela da Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21(CPDS).²⁶

A implementação das Agendas 21, consideradas instrumentos de planejamento participativo para o desenvolvimento local, inicia-se sob a lógica de uma parceria entre governo e sociedade civil e da construção de “propostas pactuadas com diferentes segmentos sociais” (idem).

Prestar serviços sociais faz parte do processo de metamorfose pelo qual passaram frações da chamada “sociedade civil ativa” entre as décadas de 1990 e 2000. A ampliação do financiamento privado de políticas públicas, viabilizado por um arcabouço jurídico pós-Constituição de 1988, uma produtiva parceria entre as ONGs e os “(...) institutos e fundações empresariais, que, em troca de isenções fiscais governamentais e de prestígio social, realizam

²⁵ Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/programa>. Acesso em 01 dez. 2012.

²⁶ Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em 01 dez. 2012.

a tarefa ético-política de construção de um novo padrão de sociabilidade, segundo seus objetivos de classe.” (NEVES, 2010, p. 187).

O estabelecimento de uma “concorrência” por recursos financeiros “(...) vem forçando o estabelecimento de rede de parcerias e, ao mesmo tempo, transformando as ONGs tradicionais em subsidiárias das instituições empresariais prestadoras de serviços sociais.” (idem, p. 187).

Sabendo que “os processos de intervenção pública em diferentes áreas (rural e urbana) tem-se tornado cada vez mais um instrumento de instauração da ‘modernidade’, a partir da ideia de re-ordenamento dos espaços públicos (...)” (CASTRO, 2002, p.229), na década de 1980, novas orientações apontam para a consolidação de democracias representativas de caráter cada vez mais participativo. Nelas a questão do controle social estabelece-se como um campo de disputas acerca de sua efetivação, no sentido de permitir que segmentos sociais tornem-se sujeitos históricos na concretização de interesses coletivos, mas também funcionais para a domesticação dos conflitos.

2.3 Agenda 21 Itaboraí – premissas conceituais

Construída em um município cujos indicadores sociais e ambientais foram elaborados não em 2011, mas desde o início dos trabalhos da Agenda 21 Local no município em 2002, a Agenda 21 Itaboraí foi elaborada sob supervisão do Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj cujos membros são Petrobras, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Ambiente. É fruto de uma metodologia desenvolvida pela empresa para “estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações” (Agenda 21 Itaboraí, p. 7).

A Agenda 21 Local do município de Itaboraí foi abraçada pelo terceiro setor como forma de mobilizar politicamente a população local e criar mecanismos de participação e de controle social sobre as ações do executivo no sentido de criar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local.

Porém, esse instrumento é dotado de uma ambiguidade permitindo sua utilização na implementação da política de responsabilidade socioambiental de empresas, pois no caso

estudado, a Petrobras fez dela “(...) parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj” (Agenda 21 Itaboraí, 2011, p.16) e “uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região” (idem, p. 17).

Por mais que tenha sido concebida como uma ferramenta de ação, possui premissas que buscam uma forma determinada de caracterização das causas e soluções para os problemas ambientais. O viés mitigador e compensatório desse instrumento adquire uma extraordinária funcionalidade enquanto estratégia de controle dos conflitos já existentes e que podem ser potencializados com um empreendimento altamente poluidor e insustentável sob o ponto de vista socioambiental, a partir de uma ideia de gerenciamento adequado da natureza.

Uma visão que naturaliza as desigualdades econômicas nos é apresentada na medida em que a pobreza é colocada em igualdade com categorias e representações sociais como idade e gênero – “pobres, indígenas, idosos e jovens, mulheres, camponeses, deficientes e outros grupos ‘minoritários’”. O reconhecimento de direitos básicos como saúde, abrigo, alimentação, qualificados como condições para a realização do potencial humano e de vidas dignas, e do direito à voz nos processos decisórios, refere-se à uma contribuição bem delimitada por esse instrumento que se dará “(...) em termos de conhecimento tradicional, valores, experiência de vida (...). Assim, a AGENDA 21 é profundamente democrática e igualitária.” (KRANZ, 2012, p.7).

A distribuição de riqueza aparece como um valor dentro do conceito de sustentabilidade (idem, p.13), que independente de causas históricas e estruturais das sociedades, dependerá de certo espírito de solidariedade.

2.4 Metodologia da Agenda 21

A metodologia utilizada pela Agenda 21 foi criada pelo ICLEI (*International Council for Local Environmental Initiatives*), uma agência técnica e de treinamento que produz programas cujo objetivo “é prover apoio direto aos governos locais, para ajudá-los na gestão das tarefas técnicas e administrativas de implementação de projetos de desenvolvimento

sustentável, incluindo a coordenação com os participantes locais.” (KRANZ, 2012, p.18). A criação de instrumentos e procedimentos de gestão visava sua aplicabilidade em diversas localidades.

Neste modelo de gestão, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “(...) o desenvolvimento que distribui os serviços básicos ambientais, econômicos e sociais a todos, sem ameaçar a viabilidade dos sistemas dos quais estes serviços dependem.” (idem, p. 20).

A partir de uma ideologia que elege a técnica como parâmetro para a construção do consenso, pois repolitiza categorias sociais, vontades, visões de mundo sob a forma de diagnósticos descolados de qualquer causalidade histórica, e, quando as vocações históricas da localidade são trazidas para o presente, estas são ao mesmo tempo traduzidas, pela Agenda, como competências, recursos e produtividade local, reforçando uma visão pragmatista e empreendedora (Agenda 21 Itaboraí, p, 35).

O seu enfoque sistêmico que requer ir “às causas subjacentes aos problemas e englobam todo a sistema fechado” (KRANZ, p. 22) permanece no campo discursivo, além de contribuir para a adesão ao ‘novo paradigma de uso dos ativos ambientais’ (CRESPO, 2012). A abordagem presente nos documentos da Agenda 21 reforça, sob uma perspectiva ideológica individualizante, uma concepção de ser humano a-histórico. Um homem abstrato, genérico, indeterminado pela estrutura de classes em sua ação social.

Outra estratégia de apagamento de qualquer perspectiva de leitura crítica e dialética da sociedade que considere os processos históricos, culturais e econômicos na formação de sujeitos coletivos, são as categorias sociais utilizadas pela Agenda 21 e seus ‘lugares’ ocupados na mesma.

Consta na proposta do documento a divisão da sociedade em grupos eleitos como ‘principais’ e ‘outros’ grupos. Os ‘principais’ têm a tarefa de ter “comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos” (Agenda 21 Itaboraí, p. 93): são mulheres, crianças, jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários.

Os ‘outros’ terão suas necessidades e interesses ‘considerados’, pois uma das prioridades é ‘diminuir’ as desigualdades sociais. Esses outros grupos são os afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias (idem).

É esse conceito de ‘cidadão globalizado’ que permite ressignificar as relações sociais desiguais, negando as lutas como motor da mudança social, situando-se, portanto, no processo de ‘apagamento’ dos conflitos. A utilização de uma linguagem figurativa contendo expressões coletivo-participativas tais como “estamos todos no mesmo barco”, “nosso futuro comum”, “espaçonave Terra”, “visão de futuro” é essencial para criar discursos e práticas que não problematizam responsabilidades causadoras da ‘crise’, mas ‘socializam’ os prejuízos (SOUZA & VIEIRA apud LAYRARGUES, 2002).²⁷

Com esse procedimento, omite-se a responsabilidade dos processos produtivos desde o industrialismo, mascarando a origem da dinâmica do sistema de produção que visa a garantia do lucro, isentando o processo de qualquer custo adicional para controlar as externalidades ambientais materializadas na poluição industrial (LAYRARGUES, 2002).

“Formular soluções para problemas considerados emergenciais” (Coleciona, 2010, p.27)²⁸ é um dos principais objetivos da Agenda 21 Local. Como é definido o que é emergencial e para quem? Sabendo que os problemas ambientais não afetam de maneira uniforme os diferentes segmentos sociais em uma sociedade de classes, as definições de risco e emergência não são sinônimas de enfrentamento dos problemas.

Partindo do pressuposto de uma equidade no processo de responsabilização pelos danos ambientais, no qual, por exemplo, as empresas e os pequenos consumidores têm a mesma responsabilidade pelos impactos ambientais, a ideia de **mobilização** trazida por esse instrumento pode ser funcional para reforçar nas relações de poder local a racionalidade econômica/mercantil que é potencialmente causadora da crise ambiental. Apesar dos inúmeros exemplos concretos dos danos das indústrias mineradora, siderúrgica, petrolífera e

²⁷ LAYRARGUES, P.P. “A crise ambiental e suas implicações na educação”. Disponível em http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_25.pdf. Acesso em 10 dez.2012.

²⁸ “Coleciona. Fichário d@ educador ambiental”. Vol.12/Ano 3, Especial Agenda 21, outubro/novembro 2010. Ministério do meio Ambiente. Disponível em http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Coleciona_12.pdf. Acesso em 02 jan. de 2013.

do agronegócio sobre o ambiente local, são as populações locais as potencialmente responsabilizadas pela proteção e conservação da natureza.

Uma ‘integração subordinada das comunidades locais’ (ACSELRAD, 2010), que diante de empreendimentos potencialmente geradores de emprego, renda e melhorias sociais, ambientais, é a condição para a realização do crescimento econômico nos moldes atuais. “A ‘chantagem locacional dos investimentos’ é o mecanismo central, nas condições de liberalização hoje prevalentes, para a imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas” (idem, p.9).

No município de Itaboraí, apenas 30 % da população tem acesso à água potável e ao tratamento do esgoto doméstico, um direito fundamental. O Complexo petroquímico instalado na região necessitará de um volume de 1500 litros de água por segundo e promete viabilizar o fornecimento de água para os habitantes. O argumento empregado pela Petrobras e pelo governo estadual acerca da utilização de água de reuso, em um território com tão precário fornecimento e tratamento, significa desonerar o poder público de garantir um direito e transferir a gestão da água para a esfera privada.

Estamos diante de um instrumento norteador de políticas públicas que discursivamente reconstrói e reelabora a realidade – produzindo diagnósticos do ambiente local – ‘filtrando’ a linguagem coloquial, produzindo novas representações sociais onde o fazer político, a própria ideia de pólis, cuidar do que é público, se descaracteriza para produzir uma perspectiva consensual diante de quadros de extrema desigualdade e conflitos.

O papel dos especialistas na elaboração das Agendas 21, que, no caso em estudo, são contratados pela Petrobras, é realizar o produto final aplicando a metodologia específica.

“Entendendo a Agenda 21 como um programa de percepção, verificamos que ela cria princípios de classificação, divisão e ordenação do mundo social, a partir de uma estratégia da neutralidade ética e de uma retórica imbuída de cientificidade. Por ser um discurso aparentemente coerente, enunciado por especialistas e que veio ao encontro das expectativas políticas implícitas de muitos grupos sociais, a retórica da Agenda 21 produz um *efeito teoria*: trata-se de uma prescrição capaz de contribuir com sua própria verificação, uma vez que favorece a realização daquilo que enuncia e anuncia.” (MELLO, 2006, p. 35).

Sabendo que processos de construção de conhecimentos não são neutros, a aplicação de uma metodologia específica e apresentada para os grupos já traz um conjunto de conceitos e seus determinantes, apesar de uma aparente espontaneidade e dialogicidade.

Se

“não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas” (Agenda 21 Itaboraí, 2011, p.14),

Temos, então, a oferta de abordagens que são representações de mundo pré-concebidas, assim como, em sua metodologia, a utilização de vocabulário do empreendedorismo é crescente na mesma proporção em que a ação política de resistência é descaracterizada. Esta também é frequentemente desqualificada na medida em que prevalece a visão de que “(...) empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas” ou que “(...) a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.” (idem, p.22)

A metodologia da Agenda 21 Itaboraí é composta por cinco etapas: 1. mobilização da sociedade; 2. construção coletiva; 3. consolidação municipal; 4. formalização dos fóruns locais e 5. finalização das Agendas. O processo de **mobilização** dos setores (primeira etapa) e a facilitação das oficinas foram executadas pelas seguintes ONGs: Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais (ASA).

Reconhecemos nestas organizações um ‘caráter para-administrativo’, pois desempenham o papel de ‘nós de redes’, que, em determinados momentos, é o Estado – com investimentos públicos – e em outros serve “como correia de transmissão para a execução de suas políticas, via práticas pedagógicas ou de consultoria, (oscilando) entre um pragmatismo paraestatal ou paraempresarial” (ACSELRAD, 2010, p. 3).

O conceito de *mobilização social* utilizado na Agenda 21 Itaboraí consistiu em

“apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; identificar lideranças e atores estratégicos locais; sensibilizar e mobilizar os setores; envolver a comunidade no processo; e divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21” (Agenda 21 Itaboraí, p.19).

De acordo com os dados, esse processo ocorreu em 11 meses, entre março de 2007 e janeiro de 2008.

A *construção coletiva*, realizada entre janeiro e setembro de 2008, envolveu as seguintes atividades:

“seis reuniões por setor (para) fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; elaborar Planos de Ação Setoriais; eleger sete representantes de cada setor” (id. p.19)

A etapa de *consolidação municipal*, novembro de 2008 a junho de 2009, consistiu em

duas oficinas com os representantes dos quatro (em Itaboraí três) setores (...) para integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos setores; obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos setores; identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades da implantação do Comperj; elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação” (idem, p. 20).

A *formalização dos Fóruns Locais* ocorreu de julho a dezembro de 2009, também com

duas oficinas (...) para orientar os fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; desenvolver o Regimento Interno; aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; realizar a análise técnica das propostas de ação (idem, p. 20).

Importante ressaltar que nesta etapa foi realizada a primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável e uma segunda versão da vocação e da visão de futuro do município.

Para a *finalização das Agendas*, de janeiro de 2010 a junho de 2011, foram contratados

consultoria e serviços para pesquisar dados estatísticos e informações técnicas, levantar e produzir material visual, redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. Duas oficinas para validar os textos de diagnósticos; atualizar e validar as propostas de ação. Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para: promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns Locais. Encontros, reuniões locais e contato permanente para: fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; desenvolver e fomentar o Fórum Local (id. p, 21).

Nesse período,

foi estabelecido um “Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais”, as Agendas foram lançadas, passa a funcionar o site do Fórum Local e foi realizada a produção de um vídeo da Agenda 21 Local (id. p.21).

A palavra *conflito* aparece na Agenda 21 Itaboraí ao se referir à manufatura cerâmica apontada como importante fonte arrecadadora de impostos e de geração de empregos, mas

causadora de conflitos socioambientais por degradar o solo, assorear rios e poluir a atmosfera (idem, p.26/43).

O texto logo em seguida faz alusão ao *receio e temor*, não do Comperj, mas de ‘que as empresas que virão se instalar no município não tenham *preocupação* com a degradação do solo’ (id. p. 43, grifos nossos). As soluções viriam, então, da elaboração de planos e programas de prevenção, e da conscientização e maior envolvimento das comunidades para o desenvolvimento sustentável. Esses projetos – um Corredor Ecológico, um horto florestal e reflorestamento de áreas – serão realizados ou melhorados, em tese, pelo Comperj como consta no Relatório dos Impactos Ambientais do Complexo.

O reconhecimento de uma fraca atuação do Estado no controle e fiscalização ambiental atualmente, assim como sobre as indústrias poluidoras após a instalação do empreendimento, é motivo de *aflição* por parte da população, *temor* que pode ser solucionado por uma medida técnica, a utilização de filtros (id. p.55). Outras medidas colocadas na pauta de ação em relação às mudanças climáticas são: i) o estímulo à conversão dos veículos para o combustível a gás natural, pois, segundo a Agenda 21 Itaboraí, há na localidade grande quantidade de postos GNV; ii) diante da percepção nos moradores da ‘vontade de desenvolver projetos de crédito de carbono’, o município incentivar o intercâmbio entre os poderes público e privado e a sociedade civil organizada para se inserir no comércio de crédito de carbono; iii) incentivo ao desenvolvimento de políticas de responsabilidade ambiental empresarial, através de Termos de Ajustamento de Conduta e Termos de Compensação; iv) utilização da educação ambiental para conscientizar a população sobre as mudanças climáticas (id. p. 56).

O conceito de sustentabilidade nas propostas revela-se também sob necessidade de adequação das ações do poder público local às políticas públicas nacionais, através da promoção de treinamento de funcionários, de alterações na legislação sobre licenciamento local com a preocupação para formas de compensação ambiental e de incentivos fiscais para práticas sustentáveis. Já na esfera da comunicação, deve-se ‘solicitar acesso aos parâmetros e ao monitoramento da bacia aérea realizado pelo Comperj, através de sua rede interna’ (id. p. 57), entre outros.

É importante perceber a recorrente referência às parcerias entre as Secretarias Municipais e os Conselhos: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

(COMDEMA), o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (ITAURB) e o Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA). São entidades reconhecidas como fortalecedoras do Fórum da Agenda 21 Local, pois essas parcerias são fundamentais na formulação de políticas públicas e de códigos de conduta municipal. (id. p.56).

O fortalecimento dos Conselhos Municipais é considerado como alta prioridade no conjunto das propostas da Agenda 21, estando na ordem da gestão pública o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), a criação de uma função relativa a uma secretaria executiva nos conselhos municipais e a transformação dessas instâncias em espaços consultivos, deliberativos e normativos.

A constante alusão a uma suposta incapacidade, ineficiência ou ‘falta de vontade política’ do Estado remetem para a importância das ‘análises comunitárias (...) do desenvolvimento e das questões relacionadas aos serviços’. Essas análises – ‘percepções das necessidades, preocupações e preferências expressas pelos usuários dos serviços’ – são consideradas importante contribuição no sentido de se construir ‘estratégias de provisão de serviços’ que contém

com a contribuição do conhecimento e dos recursos dos moradores e instituições locais para a resolução dos problemas. Ao mesmo tempo, o processo de análise de questões pode ser usado para educar os parceiros sobre as condições técnicas e as limitações à provisão dos serviços, tais como a capacidade de suporte dos ecossistemas ou limitações financeiras (KRANZ, 2012, p. 25).

Mello (2006) chama nossa atenção para o processo de incorporação, por parte da Agenda 21 Local, de atribuições que competem ao Estado e órgãos de regulação e fiscalização. Ao longo desse processo que envolve capacitações, produção de diagnósticos, avaliações técnicas e elaboração de propostas de ações, a ausência do Estado inviabiliza o processo, impedindo ‘qualquer mudança efetiva na regulação dos usos do meio ambiente comum na cidade’.

As propostas elaboradas pela Agenda 21 Itaboraí estão divididas em eixos estruturantes sob cinco ordens: ambiental, física, social, econômica e meios de implementação, relacionados a temas que compõem os capítulos da Agenda 21 Global.

As demandas são transformadas em propostas de ações na esfera da gestão pública para o cumprimento e reavaliações de planejamentos, planos diretores e contratos, elaboração de novos planos, assim como para a ampliação de programas existentes e elaboração de novos programas e projetos, sempre ressaltando a necessidade de fiscalizações. Entre os financiadores e parceiros para realização dos mesmos estão o poder público e o setor privado.

Todas as ações têm como característica nas fontes de seu financiamento parcerias público-privadas, com destaque para as ‘Empresas Associadas ao Comperj’. Temos, portanto, um modelo de planejamento e gestão que incorpora uma ideia de sociedade civil, sob a forma de parcerias, enquanto lugar do bem comum, onde os interesses contraditórios são capturados e reelaborados como consensos supraclassistas. Esse modelo permite que a oferta de serviços, e não direitos – sob a forma de programas e projetos – a fiscalização e o controle sejam exercidos tanto por instituições públicas como privadas, a partir de uma perspectiva gerencial e de concorrência, sob os signos da inovação, do empreendedorismo e da eficácia.

A elaboração desses planos e ações, de curto e longo prazos, contidos na Agenda 21, deve ser guiada pela ideia de ‘uma missão, uma visão e princípios’, sendo recomendado, “iniciar um processo de criar uma Visão para toda a comunidade e avaliar as tendências ambientais com o auxílio da comunidade”, incluindo seus conhecimentos (KRANZ, 2012, p. 22).

Planejamento para o desenvolvimento sustentável reúne moradores, instituições parceiras e grupos de interesse, normalmente chamados de ‘stakeholders’ (ou aqui, de parceiros) no planejamento e implementação de planos de ação. O planejamento é realizado coletivamente por este grupo. É organizado para representar os desejos, valores e ideais dos diversos interessados da comunidade. Há uma imensa variedade de tipos de parceiros que diferentes comunidades envolveram no planejamento. Geralmente, um primeiro passo importante é a criação de um Grupo de Parceiros, para coordenar e supervisionar o envolvimento de todos no planejamento. Normalmente a primeira tarefa deste Grupo é formular a Visão de Futuro da comunidade que descreveu seu ideal de futuro e expressa um consenso local sobre as pré-condições fundamentais à sustentabilidade (id. p. 25).

O consenso prévio, sendo considerado como pressuposto para as ações, revela-se um mecanismo inibidor, em determinados momentos, de respostas diversas de interesses em conflito. Se reconhecemos, inclusive, as disputas em torno das categorias de realidade local, desenvolvimento sustentável, participação e democracia, por exemplo, isso fica ainda mais perceptível.

Recuperando um pouco a história da Agenda 21 Global, sua redação final, ao tocar em pontos conflituosos como redução do uso de combustíveis fósseis, controle populacional e as dívidas dos países em desenvolvimento, Kranz (2012) nos revela que

algumas destas divergências só foram *resolvidas* pela adoção de formas de redação intencionalmente sem sentido ou contraditórias. Assim, as questões mais importantes da Agenda 21 são as mais mal redigidas (KLANZ, 2012, p.6, grifo nosso).

O entendimento de que a participação de lideranças locais e as parcerias de instituições públicas e privadas são algumas das condições para se estimular o acesso a informações sobre recurso naturais, distancia-se de uma concepção que qualifica a participação em torno de questões conflitivas e não de assimilação de conhecimentos ancorados sobre o mesmo paradigma (do progresso).

A pacificação do conflito é buscada a partir da internalização de uma definição de consenso que é supraclassista e por isso “(...) fala-se insistentemente em reconstruir no plano local – nas comunidades – tudo o que o global vem destruindo em nível nacional, a saber, a ‘solidariedade’ e a ‘cidadania’” (ACSELRAD, 2004).

Essa capacitação para o consenso direcionada aos segmentos sociais considerados vulneráveis envolve a construção de discursos e argumentos em torno das supostas potencialidades dos empreendimentos: empregabilidade, investimentos privados, mais segurança, recuperação de áreas ambientalmente degradadas.

2.5 A Educação ambiental na Agenda 21 Itaboraí

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD), conhecida com Rio-92 ou ECO-92, e o Fórum Global, que ocorreu paralelo ao evento, consagraram a sociedade civil como co-responsável, juntamente com o Estado, pela preservação ambiental. Da realização da Jornada Internacional de Educação Ambiental durante o fórum, resultou o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*²⁹ que, após um processo mundial de consulta, ratifica o caráter pedagógico para a emergência de novos padrões de relações envolvendo as sociedades e a natureza.

²⁹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em 07 jan. 2013.

Buscando delinear uma identidade para a Educação Ambiental que perpassasse os documentos produzidos pelo poder público dos países envolvidos e demais atores, o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* é composto por princípios e propõe diretrizes sob a forma de planos de ação. Estes devem trabalhar os princípios

(...) a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação. Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal, para todas as faixas etárias. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global).

Reconhece a natureza política dos processos de construção do conhecimento. “A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social” (idem).

No entanto, o processo de institucionalização da EA (Educação Ambiental) pelo Estado brasileiro é anterior³⁰ e encontra na Constituição Federal de 1988, no artigo 225, inciso VI, sua materialidade para promoção da “educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Constituição Federal, 1988).

A recente institucionalização da educação ambiental pela PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental –, Lei n° 9795/99, regulamentada pelo Decreto n° 4281/02 e pelo ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) de 2005, ampliou e reconheceu os espaços da educação ambiental não-formal nos atuais modelos de gestão e planejamento sob formatos de programas e projetos para ‘desenvolver’ a consciência ambiental, sensibilizar, capacitar, instrumentalizar ou empoderar segmentos, atores, agentes, população vulnerável ou em ‘desvantagem’.

O ProNEA apresenta a Agenda 21 como uma proposta capaz de atribuir “poder aos grupos comunitários por meio do princípio da delegação de autoridade, assim como o estímulo à criação de organizações indígenas com base na comunidade, de organizações

³⁰ A Lei n° 6938 /81 institui a Política Nacional de Meio Ambiente buscando preservar, melhorar e recuperar a qualidade do meio ambiente. A educação ambiental entra como princípio norteador – artigo 2°, inciso X - a todos os níveis de ensino, formal e não formal (comunidade) visando à capacitação ‘para a participação ativa na defesa do meio ambiente’.

privadas de voluntários e de outras formas de entidades não-governamentais capazes de contribuir para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda” (ProNEA, 2005, p.23).

Os significados políticos desses avanços são objeto de questionamento por KAPLAN (2011) e introduzidos em nossa análise, como norteadores para compreendermos determinados usos da educação ambiental em espaços não-formais: “em que medida as políticas públicas em EA (educação ambiental) estão respondendo a pressões sociais, quais os sentidos dessas pressões (...)”? (KAPLAN, 2011, p. 150).

O desequilíbrio de poder, a falta de transparência e controle social sobre o processo democrático no país, e no poder público local, é traduzido na Agenda 21 como incompetência técnica para gestão pública e pouco comprometimento com a participação social. Por outro lado, apesar de haver mobilização via associações de moradores, conselhos municipais, partidos, sindicatos, essa mesma população é vista como frágil, pouco participativa e dotada de pouco conhecimento sobre seus direitos e deveres, assim como de como participar da elaboração de políticas públicas. Essa situação mudaria a partir da participação desses mesmos segmentos no processo da Agenda 21, mas agora como ‘parceiros’, possibilitando efetivar o princípio da delegação de autoridade.

No caso da Agenda 21 Itaboraí, essa leitura justifica uma nova institucionalidade com espaço suficiente para que empresas, instituições e ONGs desenvolvam projetos e programas a partir de sua avaliação decorrente das questões ‘analisadas pela comunidade’ ao longo de seu processo de participação no instrumento. São programas para a região que envolvem “tanto medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.”(Agenda 21 Itaboraí, p. 143).

O papel que a educação ambiental encontrou no documento está na esfera dos programas sociais. A proposta de *fortalecer as ações de educação ambiental* é considerada média prioridade pela Agenda 21 Itaboraí, assim como o próprio *fortalecimento do Fórum da Agenda 21 Local*. No entanto, são consideradas como alta prioridade as propostas voltadas para a *promoção de mudanças nos padrões de consumo*, criação de *mecanismos para promover a integração entre os diversos setores da sociedade civil* ou, na esfera da gestão ambiental, o *acompanhamento das atividades realizadas no Comperj*.

A educação ambiental é definida na Agenda 21 Itaboraí como

“processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Agenda 21 Itaboraí, p. 85).

Essa definição dialoga com a contida na Lei 9795/99 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com uma exceção, pois retira a qualificação para a palavra meio ambiente, que na lei refere-se a ‘bem de uso comum do povo’.

Esse texto legal reconhece que por meio da educação ambiental é possível “promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável”. O documento aponta para sua importância nos processos formativos que envolvam espaços formais – escolas – e não-formais de educação.

O município conta com um projeto para a criação de um Centro de Educação Ambiental (CEA), e se dispôs, em carta³¹ à Rede de Centros de Educação Ambiental, a sediar o 4º Encontro de CEAs em 2012. O documento sinaliza para os prováveis impactos do Comperj na região e objetiva desenvolver propostas para “preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais, no sentido de despertar a consciência da população para os graves problemas relacionados à degradação do meio ambiente e má utilização dos recursos naturais.” (Carta para a Rede de Centros de Educação Ambiental, 2012).

Para além da implementação do Programa ‘Os 5 ‘Rs’(Reciclar, Reduzir, Reutilizar, Reaproveitar e Repensar) pela Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Educação e Cultura, o documento sinaliza a *ausência* de programas no campo da educação ambiental que atinjam ‘públicos diversos’.

Sabendo que atualmente a educação ambiental é parte constitutiva dos projetos de responsabilidade socioambientais de empresas, o mercado pode assumir esse espaço, por isso “uma contribuição neste sentido poderia vir de empresas com poder econômico e de

³¹ **Carta para a Rede de Centros de Educação Ambiental.** Itaboraí, 01 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Carta%20para%20a%20Rede%20CEAs.pdf>. Acesso em 12 dez. 2012.

organização para implementar projetos de Educação ambiental (responsabilidade socioambiental) voltados para o comércio e a indústria.”(Agenda 21 Itaboraí, 2012, p. 85).

Sob a forma de projetos e programas, a Petrobras vem desenvolvendo ações a fim de “capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região” (Agenda 21 Itaboraí, p. 145), nos quais a educação ambiental tem adquirido um sentido cada vez mais prático para o desenvolvimento de ‘ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento’(idem). Sua atuação está voltada para o seguinte público: sindicatos, escolas, associações de trabalhadores rurais, sob a forma de capacitações, cursos profissionalizantes, ou *atividades* para despertar o interesse sobre a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade ou sobre questões relacionadas às mudanças climáticas.

Os usos desse campo teórico de conhecimento – a educação ambiental – encontraram nas Agendas 21 Locais um papel específico, de acordo com as propostas apresentadas no documento e nos vários programas, planos e centros de integração e informação que serão desenvolvidos, que é o de minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento (idem, p. 143).

Em diversos programas e projetos da Petrobras³², a educação ambiental aparece como tema transversal obrigatório, mas sob o seguinte enfoque: ‘consumo consciente’, ‘eficiência energética’ e ‘conservação de recursos naturais’ (Roteiro de Elaboração de Projetos do Programa Petrobras Ambiental, 2012). A condição para uma instituição inscrever um projeto, se este for desenvolvido na área de influência do Comperj, é sua *apresentação* ao Fórum Local da Agenda 21, pois o mesmo deve estar alinhado ‘às demandas prioritárias apontadas pelo plano de ação da Agenda 21’ (idem). Esses projetos devem conter uma metodologia caracterizada pela possibilidade de ser ‘reaplicável; sistematizada; participativa; multi-institucional e multidisciplinar’(idem).

³² HERCULANO, Selene. Desenvolvimento local, responsabilidade sócio-ambiental e royalties: a Petrobras em Macaé(RJ). In: Impactos sociais, ambientais e urbanos das iniciativas petrolíferas: o caso de Macaé, 2010. Disponível em http://www.uff.br/macaeimpacto/OFCINAMACAE/pdf/12_SeleneHerculano.pdf

Em muitos casos, a realização de ações junto ao poder público local envolve a escola como um espaço fundamental para a pedagogia da hegemonia³³. São projetos de educação ambiental com um objetivo bem delimitado: convencimento ideológico.

A evidência está na utilização de espaços formativos como, por exemplo, a presente na proposta apresentada pelo Espaço Conhecer Petrobras, parte do programa institucional de Relacionamento Corporativo da empresa. Envolvendo os municípios de Maricá, Magé, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, ela disponibiliza uma *ação* do Espaço Conhecer Petrobras realizada no primeiro semestre de 2012. Envolvendo estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental à 2ª série do Ensino Médio, o programa tem como objetivo

apresentar a indústria do petróleo, propiciando conhecimento e aproximando os jovens desta realidade que influi diretamente na sua região. A ação escolar será uma gincana para 300 alunos, com tarefas relacionadas ao universo e às atividades da indústria do petróleo. A escola receberá uma caixa, com uma semana de antecedência, contendo material explicativo das atividades a serem realizadas pelos estudantes. O resultado dessa atividade é apresentado na gincana, que dura aproximadamente 45 minutos, e pode ser realizado em ginásio, campo ou outro local semelhante, dentro da escola ou nas proximidades. Assim sendo, disponibilizamos para os Prefeitos e Secretários dos municípios (...) às informações sobre o projeto, a fim promovermos sua realização com sucesso e obtendo o maior benefício possível para os jovens dos municípios.³⁴

2.6 Mobilização e participação enquanto estratégias do capital para educar o consenso

A problemática ambiental, apesar de estar em evidência, tem múltiplas abordagens. Há efetivamente uma participação qualificadora de ações capazes de redefinir, sob bases democráticas de poder, um modelo sustentável de desenvolvimento? A participação e a educação ambiental, sem uma contextualização e uma perspectiva de totalidade que envolva reconstrução das causalidades dos conflitos socioambientais, podem, em determinados casos,

³³ Lúcia Neves (2005) apresenta uma leitura crítica do projeto societário de cunho neoliberal baseado em ideias de autores como Anthony Giddens e Friedrich August von Hayek chamado Terceira Via. Esse projeto propõe uma reinvenção da sociedade civil a partir de uma sociabilidade neoliberal. Para Neves esses novos padrões de socialização supõem “o afastamento, portanto, de uma leitura da realidade como processo e síntese de múltiplas determinações que permite à Terceira Via idealizar a sociedade civil como esfera autônoma de mercado e do Estado, um espaço da colaboração e da promoção do bem comum. Ela confunde a forma aparente com o movimento dos complexos processos hegemônicos que buscam tornar os ideais a as práticas da classe dominante e dirigente as ideias dominantes de um tempo. Em outras palavras, tomam-se as representações de uma dada mudança desvinculadas de sua historicidade por intermédio da pura generalização, , projeta-se uma faceta da realidade como a realidade em si desvinculada da totalidade, para depois concluir que no capitalismo contemporâneo não há lugar para antagonismos de classe.” (NEVES, 2005, p. 54).

³⁴ Exemplo de projeto desenvolvido e fomentado pela empresa Petrobras na região. Disponível em www.petrobras.com.br/minisite/espacoconhecer/. Acesso em 9 jan. 2013.

promover o controle social, ou seja, o controle sobre o pequeno consumidor retirando de forma pedagógica qualquer possibilidade de controle social sobre os grandes produtores e consumidores de recursos naturais.

A participação (...) se coloca como instrumento de controle do Estado pelos cidadãos, um instrumento de controle social e político. Portanto, controle social pode ser entendido tanto no sentido do controle do cidadão pelo Estado quanto no sentido inverso, de controle do Estado pelos cidadãos. No primeiro caso, o Estado exerce o controle dos cidadãos por meio de normas, regulamentos ou, se necessário, da força, na perspectiva de coibir ações individuais que ameacem a sociedade como um todo (UEMA, 2009).

A técnica social de reunir os três setores não significa que, qualitativamente, a participação realize a horizontalização do poder. São três etapas para o controle social: mapear os conflitos, identificar as lideranças e ressignificar o conflito.

Contudo, sob a forma da tríade sociedade civil, Estado e mercado, e sob as condições de reprodução do capital das formações capitalistas, são os interesses de mercado que dão os contornos políticos e sociais para a esfera pública. Para tanto, utiliza diversos meios e mediações para tornar hegemônicos seus interesses, sob a forma de projetos sociais pontuais, e, porque não, ambientais, que venham a propor formas de sociabilidade que garantam tal hegemonia.

O estudo de Bronz (2011), acerca dos rituais e dos modelos de estratégias utilizados pelo meio empresarial nos processos de licenciamento ambiental para grandes empreendimentos, reconheceu a existência de ferramentas pedagógicas de planejamento a partir das quais as empresas buscam “estabelecer o roteiro da performance de consultores e empreendedores e adequá-los aos pressupostos morais da ‘nova’ ética empresarial da *responsabilidade social* e do *desenvolvimento sustentável*” (BRONZ, 2011, p.81, grifo da autora) .

Essa ‘adequação moral’ que, no meio empresarial chama-se posicionamento socioambiental, orientará e ‘moralizará’ ações e discursos de empresários e consultores em momentos de aparição e debates públicos, buscando adequá-los ao ideário da sustentabilidade ambiental, social e corporativa capitalista.

No nosso entendimento, essas práticas não estão limitadas aos processos de licenciamento ambiental, mas estão presentes nas estratégias de relacionamento das empresas

junto ao consumidor – sob o signo das responsabilidades sociais e ambientais – e junto ao Estado, na forma de parceiros para o desenvolvimento, nos inúmeros projetos contidos nas políticas públicas, principalmente, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e trabalho.

Embora tais ‘práticas’, muitas vezes, limite-se a discursos sobre a prática, estas desempenham um papel pedagógico, pois supõe-se ‘levar’ conscientização e conhecimentos para atores carentes ou demandantes desses saberes necessários à sustentabilidade. No entanto, nesse processo são “transmitidos certo número de representações para guiar” (idem, p.87) ações dos atores sociais a respeito das ‘boas práticas’ acerca da participação, do papel das lideranças locais, acesso a direitos, mobilização, consensos e conflitos, entre outros.

No I Encontro dos Fóruns da Agenda 21 Comperj realizado no hotel Windsor Guanabara, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2012, cujo tema foi *Desenvolvimento regional sustentável, mobilização, comunicação e novas perspectivas*, reuniram-se os três setores dos quatorze municípios que formam o Conleste, ou seja, as cidades sob influência do Comperj. A ausência de qualquer representante do primeiro setor foi sentida pelos cinco representantes do terceiro setor da Agenda 21 Itaboraí presentes no encontro, que contou, também, com a participação de secretários municipais das demais localidades.

Após uma apresentação dos consultores e representantes da Petrobras, foram compostas duas mesas de debates que aconteceram ao mesmo tempo: “Mobilização para a sustentabilidade” e “Planejamento para o desenvolvimento sustentável”. O público foi dividido pela comissão organizadora entre as duas mesas, sem possibilidade de escolha do tema.

Na mesa “Mobilizando para a sustentabilidade” foram apresentadas algumas estratégias de mobilização, já que “em um mundo em que a informação não precisa mais ser local, é preciso saber como aproximar-se da comunidade e engajar pessoas para uma causa.”³⁵. Houve um debate sobre dicas de como atrair o público de interesse. Foi utilizado pela palestrante Mariana Melo, consultora em gestão socioambiental, o programa *Bombando Cidadania*, como exemplo de mobilização. Referiu-se a um projeto de Agenda 21 Local realizado em Bomba do Hemetério, na cidade de Recife e lançado pelo Instituto Walmart. Esse projeto foi desenvolvido pela OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse

³⁵Projeto Agenda 21 Comperj / Notícias. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/noticias/mobilizacao-e-chave-para-o-sucesso-das-aco-es-sustentaveis>

Público), Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano³⁶, em parceria com Walmart Instituto, no qual defenderam que

a participação social e a capacitação ocorreram continuamente, de modo associado ao propósito do empoderamento da comunidade como sujeito da estratégia de desenvolvimento. (...) (Pois), o princípio metodológico da gestão participativa, articulada com a capacitação, faz parte de um *processo estendido* pelas suas diversas frentes de atuação, como o desenvolvimento da economia criativa, a comunicação comunitária, a ação ambiental e a incubação de empreendimentos sociais.³⁷

Importante destacar as estratégias e os usos dos problemas ambientais por empresas interessadas em “limpar sua imagem” junto a determinado público ou inserir-se em projetos sociais “transformadores”, como se fosse um princípio da empresa o respeito pela força de trabalho.

As denominadas políticas de responsabilidades socioambientais empresariais inserem de forma problemática a lógica do capital nas formas de mediação dos conflitos sociais e na reconfiguração das novas territorialidades. Nesse contexto, os usos da Agenda 21 no campo socioambiental podem tornar-se um instrumento para a legitimação da lógica do capital e de seus processos de reificação dos territórios e das relações sociais, permitindo, assim, a manutenção de um paradigma econômico predatório e excludente com feições de uma nova ética, mais responsável sob o ponto de vista social e ambiental.

A abordagem multissetorial, promovida pelo formato da Agenda 21 Local e no caso específico exemplificado aqui com a Agenda 21 Local da Bomba do Hemetério, recorre a termos mercantilizados associados a ações mobilizadoras como: “conjugação entre mobilização e produtividade territorial”; “ações moleculares de sensibilização e mobilização de toda a comunidade”, “capital social” ou “ampliação de lideranças, no que inclui a maior participação da juventude local, com um foco mais nítido na formação profissional e empreendedora”.

Apropriando-nos das ideias de Lima & Martins (2005), os termos exemplificados acima, são característicos da nova pedagogia da hegemonia. Por meio deles, constroem-se as estratégias do capital para educar o consenso com importante capilaridade social promovida por instituições privadas ou até mesmo ONGs.

³⁶ www.iadh.org.br

³⁷ Disponível em:

http://iwm.org.br/arquivos/A/Ava/Avaliacao/690_AvaliaAAoIntermediAriaBombandoCidaniapdf.pdf

Para Lima & Martins,

Terceira Via e doutrina liberal compartilham os mesmos princípios. Isso fica mais evidente quando a Terceira via defende que tanto a promoção da igualdade com inclusão social quanto a do bem comum deveriam ser asseguradas pela produção de ‘políticas [sociais] gerativas’ que desenvolvam o chamado ‘capital social’ dos indivíduos para a ação, inculcando neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos e rompendo em definitivo com a cultura da dependência criada pelo Estado de bem-estar e suas políticas sociais universais (LIMA & MARTINS, 2005, p. 57).

2.7 Poder e participação na Agenda 21 Itaboraí

A partir desta perspectiva e reconhecendo na Agenda 21 Local um espaço pedagógico, buscamos entender e complexificar os possíveis usos das dinâmicas e dos conceitos presentes nos principais documentos norteadores da Agenda 21 Local, evidenciados por suas premissas e metodologia. Contextualizamos no município estudado, a presença da Agenda 21 e sua possível contribuição para um dos seus principais objetivos: o empoderamento social ou uma delegação de autoridade da sociedade civil.

O tema participação é central nessa nova institucionalidade e considerado fundamental desde a criação dos diagnósticos locais para se reconhecerem as ‘preocupações e potencialidades’ do local até a execução dos planos locais. No entanto, a forma como a participação se legitima na Agenda 21 está condicionada aos conceitos de parceria e consenso. Participação é construir o consenso com base na ideia de harmonização social tão necessária para a estabilização do conflito, no enfoque funcional-positivista.

Entendemos que o tema da participação possui significativos avanços ao constituir arenas de debates mediadas por atores com significativo empoderamento para construir pautas acerca dos problemas sociais. Mas, em determinados casos, técnicas para identificação de lideranças são utilizadas para trazê-los para a arena. E, a partir da perspectiva da parceria e do consenso, um fim em si, é que se possibilita o controle do conflito, pois comportamentos de enfrentamento, politizadores de discursos e práticas, são considerados, dentro dessa metodologia, formas de ‘atravessar o samba’(KRANZ, 2012), porque impediriam a harmonização dos interesses.

Para Mello (2006), a participação na Agenda 21 está atrelada a

Uma caracterização paradoxal sobre as posições dos agentes: por um lado, a metodologia da Agenda 21 define que a diversidade dos pontos de vista (denominada ‘afinidades diferenciadas’) dos diferentes atores é legítima e característica da ordem democrática; por outro. E por isso mesmo, as diferenças de posicionamento entre os diversos parceiros são vistas como devendo ser obscurecidas, em nome de uma visão de futuro comum que os uniria em última instância (MELLO, 2006, p. 77).

Essa harmonização de uma visão e das relações sociais é considerada um dado da realidade e que ‘deve’ ser alcançada como condição para a existência do próprio formato institucional. As bases sobre as quais se realizam os acordos e as negociações para formar os consensos da Agenda 21 não são a visão de totalidade nos processos de escolhas dos sujeitos em um conjunto de relações assimétricas de poder político e econômico. O controle dos comportamentos politizantes nesse instrumento impede, muitas vezes, um questionamento crítico e transformador das relações sociais. Neste caso, dar visibilidade ao conflito, mas de forma contida e ressignificada, representa na prática, subordinar os interesses locais aos interesses do mercado.

A perspectiva processual e complexificadora das relações decorrentes de uma estrutura produtora e reprodutora de desigualdades sociais é apagada, pois há ‘passos’ e ‘prazos’ a serem seguidos para a execução da Agenda 21 Local. Muitas vezes a temporalidade proposta pelas Agendas 21 não coincide com a temporalidade dos movimentos associativos de caráter local ou mesmo nacional.

Os diagnósticos e os indicadores justificariam políticas assistencialistas, mitigadoras, para os ‘problemas’ diagnosticados por este instrumento, somados a um discurso deslegitimador do Estado, enquanto instituição ‘incapaz’ de garantir o bem-estar. As políticas podem assim ser pensadas e aplicadas não pelo Estado, mas, via parcerias público-privadas, por organizações da sociedade civil – empresariais ou não – mantendo através dos ‘projetos’, inseridos nos programas governamentais, uma pedagogia da hegemonia de classe.

Ao reconhecer a desigualdade na distribuição do poder na sociedade, a entrada na Agenda 21 empoderaria os grupos sociais em ‘desvantagem’ a ponto de fazer desaparecer essas desigualdades entre os, agora, parceiros.

Entretanto, nossa pesquisa de campo identificou durante a participação como ouvinte nas/das reuniões dos fóruns da Agenda 21 de Itaboraí, que a participação é permeada por interesses específicos dos setores. Essas especificidades são enriquecedoras no sentido de nos

lançar no universo da cultura política onde o embate de ideias, visões e projetos distintos é capaz de transformar as instituições e os sujeitos diretamente envolvidos por elas.

Reconhecemos que os processos de socialização da política na retomada da democracia no Brasil vêm criando e, em alguns casos, retomando espaços participativos, renomeando muitas vezes a participação, agora gestão. Tomamos esses instrumentos – conselhos municipais, conselhos gestores, organizações não-governamentais, Agenda 21, entre outros – como espaços pedagógicos do fazer social. São instituições que fomentam ações voltadas para coletivos e para questões públicas, mas perpassadas por relações entre os sujeitos sociais – lideranças, Estado, mercado, comunidades, instituições – e práticas diversas – assistencialismo, militância, educação, direitos, financiamento – que lhes fornecem configurações particulares.

Nesses espaços pedagógicos, as ações sociais são permeadas por motivações e expectativas dos sujeitos sociais envolvidos. Não são indivíduos ou instituições com um grau de abstração e generalidade que impede de perceber e reconhecer antagonismos e conflitos, “mas sim preenchidos de valores, interesses, intencionalidade e intervenções físicas no mundo bastante diferenciadas.”(LAYRARGUES, 2006, p. 80).

Assim, a Agenda 21 Local é um instrumento com premissas e uma metodologia específica que busca nortear a ação social para questões socioambientais. Como tal, propõe intervenções de caráter pedagógico quando, a partir do diálogo entre diversos segmentos sociais, intenta construir ações a partir de espaços participativos – os fóruns, os grupos de trabalhos – que contemplem múltiplos interesses de todos os setores, mas sob um tema supostamente comum e consensual que é o desenvolvimento sustentável.

O processo de construção das ações que fazem parte da Agenda 21 é resultado de um aprendizado mediado por valores, sentidos e conhecimentos usados, trocados e também reelaborados pelos sujeitos sociais envolvidos. Essa dinâmica é capaz de produzir saberes que ultrapassam os limites desse formato e podem ser utilizados no cotidiano e em outras esferas de atuação. Salientamos que esses saberes são apropriados de forma diferenciada pelos sujeitos sociais e podem também ser incorporados a diferentes projetos políticos de sociedade.

Buscamos aqui realizar uma análise que contribua para a construção de uma visão da sociedade civil e do Estado que forneça elementos para que se construa um espaço que

possibilite discussões promotoras de ações discursivas ou práticas que estimulem uma ruptura com a perspectiva homogeneizadora (DAGNINO, 2004) destas instituições, ampliando e reconhecendo a pluralidade de sujeitos e suas diversas expectativas, motivações e estratégias em torno de projetos políticos congruentes ou distintos.

CAPÍTULO 3 – O Terceiro setor, a construção do conhecimento e a nova sociabilidade do capital

Entender as dinâmicas e as dimensões do tema participação, o envolvimento de sujeitos sociais e as novas institucionalidades criadas pela sociedade moderna é uma forma de dar visibilidade a uma gama de ações e tensões inerentes às relações que envolvem as práticas sociais.

A partir da ideia de *crise ambiental*, lutas nas esferas política e social ambientalizam-se, trazendo para o centro dos debates as relações das sociedades com a natureza a partir de múltiplas dimensões. A abordagem dessas relações vem incorporando aspectos culturais – ética, valores – implicando em possibilidades de se redimensionar os aspectos materiais – econômicos – determinantes das relações sociais.

Nesse contexto, não apenas o processo de democratização do Estado vem sendo moldado, mas também são fomentadas e percebidas mudanças nas ações individuais, comportamentais, na busca de padrões alternativos de relação entre ser humano e natureza.

Os desafios que envolvem a ampliação da participação da sociedade na formulação e execução das políticas públicas são vários, porque diversos os grupos e classes sociais, e diferenciadas as realidades, as necessidades e os interesses em disputa.

A partir da leitura que elaboramos da Agenda 21, entendemos que esse documento se propõe a incorporar as dimensões sociais e ambientais para construção de ações, dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável, produzidas por “parceiros do desenvolvimento sustentável, isto é, os diferentes atores econômicos e sociais e os formadores de opinião vinculados, não apenas diretamente à questão ambiental, mas também pela participação democrática e pela representação civil”³⁸. Porém, a apropriação do conceito de sociedade civil nesse ‘arranjo institucional’, visando à promoção de uma cultura da participação, envolve duas premissas que vão nortear o tipo de participação engendrado por esse instrumento, que ainda encontra limites para o enfrentamento das causas estruturais do atual contexto de superexploração das forças produtivas.

³⁸ O que é Agenda21? Disponível em http://www.agenda21local.com.br/agenda21_brasileira.php. Acesso em 19 fev.2013.

A tendência em responsabilizar uniformemente poluidores e poluídos parte da premissa de que “a degradação do meio ambiente dá-se principalmente na cotidianidade, fruto de hábitos e costumes adquiridos por uma tradição ocidental baseada no lema evangélico ‘ide e dominai os povos’(e a natureza) (...)” (GADOTTI, 2002, p.25). Para concordarmos com tal afirmação é preciso responder às seguintes questões: Quem domina quem? Por que existe dominação? Quais são os mecanismos de reprodução da dominação? A degradação que põe em risco parcela considerável da população mundial é resultado das práticas cotidianas ou manifestação de um modo de produção humana e ambientalmente insustentável? Estas são questões reveladoras da lógica que sustenta a insustentabilidade.

A segunda premissa refere-se a um momento anterior à criação de ‘arranjos institucionais’ que incorporam a sociedade civil, que é o próprio entendimento do conceito de sociedade civil. Este aparece, nos documentos Agenda 21 Global, Brasileira e Local, entre outros, de forma pouco precisa:

O terceiro setor compõe-se de uma heterogênea gama de organizações não-governamentais registradas como associações ou como fundações. Estas entidades vêm desenvolvendo inúmeras parcerias com os três níveis de governo, mas precisam profissionalizar-se ainda mais, melhorando o nível gerencial auxiliadas por um sistema de informações mais eficiente e adequados, para produzir indicadores de acompanhamento e monitoramento dos problemas (Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias, 2002, p.77).

Ancorada em uma perspectiva neoliberal de descentralização das políticas públicas, há uma crescente desresponsabilização do papel do Estado na garantia dos direitos³⁹. Empoderar a sociedade civil é fortalecer uma gama de instituições que atuam em defesa de causas consideradas legítimas tanto para a classe trabalhadora quanto para o capital, portanto, não possui autonomia, pois é o espaço onde transitam as mesmas forças que atuam no mercado e no Estado.

Nessa perspectiva, Estado, sociedade civil e mercado (produtivo e comercial) são esferas da mesma realidade social e histórica, portanto, todas espaços de lutas e demandas sociais, todas passíveis de conflitos e disputas. As ações sociais, e os movimentos sociais, podem se organizar em torno de demandas pontuais, e podem se desenvolver em espaços localizados, mas isso não retira o fato, nessa perspectiva, de terem vinculação com a forma dada no sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza (fundada na relação de exploração entre as classes antagônicas, capital e trabalho), e seu acionar ter impactos (positivos ou negativos,

³⁹ Neste sentido, a Agenda 21 é considerada uma institucionalidade ideal para enfrentar os ‘desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente saudáveis’, capaz de ‘sensibilizar a população e suas lideranças’ e ‘fortalecer as responsabilidades individual e corporativa, sinais da cidadania planetária’(BORN, 2002).

transformadores ou mantenedores) das relações e estruturas nas esferas estatal, mercantil e da sociedade civil (MONTAÑO, 2011, p. 324).

3.1 Mapeando conceitos nas Agendas 21: do global ao local

A institucionalização desses conceitos se manifesta em diferentes setores e produtos sociais, a Agenda 21 é um deles. Esse produto que atua em contextos globais e locais situa-se em consonância com a lógica vigente. Vejamos:

O documento norteador das Agendas 21 – Brasileira e Local – foi a Agenda 21 Global dividida em 40 capítulos. Este documento, considerado fruto de um amplo consenso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, vem inspirando práticas participativas e ao mesmo tempo reflete propostas elaboradas em outros espaços.

Se um dos objetivos da Agenda21 Global é ‘mudança dos padrões de consumo’ e para isso é preciso basicamente i) ‘um exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo’; ii) e o ‘desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulos a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo’, sua proposta mitigadora revela-se ao responsabilizar a pobreza pela degradação e pressão ambiental, apesar de reconhecer, com ‘séria preocupação’, que são os padrões insustentáveis de produção e consumo dos países industrializados os principais causadores da ‘deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial’ e do ‘agravamento da pobreza e dos desequilíbrios’(Agenda21 Global, capítulo 4). Sabemos que 20% da população mundial, situada principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e em pequenas frações das classes dominantes dos demais países, são responsáveis pelo consumo de 80% dos recursos naturais. Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial.⁴⁰

Preocupado em adotar medidas para a proteção do meio ambiente, este documento, sem romper com a racionalidade que prima pelo aumento da própria produção, reifica a técnica e a eficiência como formas de reduzir o desperdício, e não diminuir a produção e o consumo. Ainda no capítulo referente à esfera da produção e do consumo, propõe,

⁴⁰ Dados disponíveis em http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/ Acesso em 12 dez. 2012.

contraditoriamente, o ‘estímulo a uma maior eficiência no uso da energia e dos recursos’. Como? Afirmado que “a redução do volume de energia e dos materiais utilizados por unidade na produção de bens e serviços pode contribuir simultaneamente para a mitigação da pressão ambiental e o aumento da produtividade e competitividade econômica e industrial” (Agenda21 Global, capítulo 4).

O capítulo 36, intitulado “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”, baseia-se em dois documentos: a *Declaração e recomendações da conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental* de 1977 e o *Relatório Final da Conferência Mundial Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* realizada em Jomtien na Tailândia em março de 1990 sob coordenação da Comissão Interinstitucional composta por PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Banco Mundial (Agenda21 Global, capítulo 36) ⁴¹.

A ‘adesão a uma consciência ambiental’(ACSELRAD, 2006) reconhece a necessidade de uma reorientação do ensino para a “promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento” (Agenda21 Global, capítulo 36).

O ‘aumento da consciência pública’ implica em ‘sensibilizar o público’ acerca de ‘problemas de meio ambiente e desenvolvimento’, pois a suposta carência de informações é responsável pela ‘pouca consciência da inter-relação existente entre todas as atividades humanas e o meio ambiente’, agravada, nos países em desenvolvimento, pela também carência ‘de tecnologia e especialistas competentes’. A sensibilização é entendida aqui como forma de responsabilização individual para fazer com que o público, enquanto categoria abstrata e a-histórica, participe das soluções dos problemas e fomente “o senso de responsabilidade pessoal em relação ao meio ambiente e uma maior motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável” (idem).

Dessa forma, a dada ‘universalização’ da educação, enfaticamente defendida pelo Banco Mundial e outras instituições multilaterais, presente nos documentos relacionados ao

⁴¹ Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap36.pdf

movimento *Todos pela Educação*, incluindo a ingerência do PREAL (Programa de Promoción de La Reforma Educativa em América Latina y el Caribe)⁴² sobre as agendas públicas na área de educação no Brasil, requer uma análise crítica, sobre seu arcabouço conceitual, que seja capaz de entender a funcionalidade que o conhecimento assume nas formas de integração da economia brasileira ao capitalismo globalizado.

Uma leitura realizada por Rabelo, Segundo e Jimenez (2009) sobre a Declaração de Jomtien (1990), atenta para que

além da tolerância expressa no documento em foco quanto à redutibilidade da qualidade da educação a um padrão mínimo (sic!), não podemos deixar de assinalar que, via de regra, a defesa dos chamados métodos ativos acaba por sobrepor os elementos didáticos relativos ao incentivo da atividade e da participação, sobre o conteúdo da aprendizagem. Dito de outro modo, o conhecimento de caráter necessariamente mais universal, a ser incorporado pelo aluno – idealmente de forma ativa e participativa, é bem verdade – com respeito às diversas dimensões da realidade física e social, ao lado das ferramentas da comunicação oral e escrita etc. subsume-se ao princípio do atendimento de interesses colocados no aqui e agora da sala de aulas. (...) Ao contrário, opera-se nesse contexto, um esvaziamento do conteúdo⁴³, em nome de um conjunto de habilidade, aptidões e valores apegados ao plano da imediatividade e do utilitarismo, temperados com abstrações mistificadoras, deslocados de suas determinações ontológicas. Reeditam-se, em suma, concepções pedagógicas instrumentais e pragmáticas, em nome da adequação, em última análise, às demandas do mercado.

O ensino informal adquire assim o estatuto de elemento formador tão importante quanto os espaços formais – escolas e academia – para se ‘alcançar os objetivos mundiais para o ensino’⁴⁴. Sem um questionamento sobre quem produziu e quais são esses objetivo mundiais, estamos nos referindo à produção de conhecimentos que reorientam as ações para as ‘responsabilidades e controle locais sobre as atividades de conscientização’. Para tanto, propõe-se ‘um esforço mundial de ensino para reforçar atitudes, valores e medidas compatíveis com o desenvolvimento sustentáveis’, como uma receita previamente elaborada. Entende-se então que o fortalecimento de organismos consultivos, a “participação do público

⁴² <http://www.preal.org/>

⁴³ “É interessante verificar a vigorosa denúncia às diversas estratégias vigente de negação do conhecimento no espaço escolar que vem sendo construída por Duarte (2000)” In: Duarte, N. Vigotski e o “Aprender a Aprender”. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da Teoria Vigotskiana. São Paulo: Autores Associados, 2000.

⁴⁴ Citemos algumas medidas sugeridas pela Agenda 21 Global para apoiar ‘atividades de ensino, treinamento e conscientização relacionadas com meio ambiente e desenvolvimento’: “(...) (c) promover condições em que as comunidades locais participem mais dos gastos e as comunidades mais ricas ajudem as mais pobres; (...) (f) eliminar as restrições sobre o ensino privados e aumentar o fluxo de fundos de e para organizações não-governamentais, inclusive organizações populares de pequena escala; (...) (g) promover a utilização das instalações existentes, por exemplo, com vários turnos em uma escola, aproveitamento pleno das universidades abertas e outros tipos de ensino à distância; (h) facilitar a utilização dos meios de comunicação de massa, de forma gratuita ou barata, para fins de ensino; (...)”. (Agenda 21 Global; capítulo 36). Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/cap36.pdf>. Acesso em 12 dez 2012.

nos debates sobre políticas e avaliações ambientais são importantes formas de socialização de conhecimentos ou informações” (RABELO; SEGUNDO & JIMENEZ, 2009).

O papel do conhecimento e da educação ambiental para a promoção de mudanças de caráter local, nacional e internacional vem se consolidando ao longo de conferências, encontros e produção de documentos relativos ao tema conscientização e educação. É crescente também o destaque dado às organizações não-governamentais enquanto mediadores fundamentais para a elaboração e aplicação, juntamente com os governos, das políticas públicas necessárias para as mudanças.

Apesar de possuírem um viés ainda genérico, essas produções trabalham sobre conceitos que, para Loureiro (2012), são fundamentais por serem macroorientadores na construção da dimensão cidadã e ética para a “formação de novos códigos morais e de comportamentos condizentes com as perspectivas ecológicas de mundo” (LOUREIRO, 2012, p. 83). No entanto, para o autor, há limites para o enfrentamento e a superação dialética das condições historicamente dadas diante da ausência de discussões acerca da “base epistemológica e filosófica do corpo teórico utilizado e a dinâmica societária, política e econômica do que é questionado (...)” (idem).

A liquidez conceitual presente nos textos da Agenda 21 – Global, Brasileira e Local - é entendida aqui como forma de apresentação de conceitos despojados de sua historicidade. A construção de conceitos envolve negações, referências, limitações, relações – suas determinantes fazendo daqueles uma construção social – em um dado contexto. A não explicitação de suas múltiplas determinações pode implicar em apropriações conceituais dotadas de uma imprecisão revestida de neutralidade, portanto supostamente apolítico, permitindo sua aplicabilidade em contextos antagônicos, permeados por interesses antagônicos.

Os conceitos-cabide, em referência à Zigmund Bauman (2001; 2003), com suas ‘comunidades-cabide’, podem ser utilizados parcialmente, de modos diversos em múltiplos contextos, e por vários sujeitos sociais portadores de diferentes interesses. Isto é significativo na medida em que estamos nos referindo à produção de conhecimentos norteadores da ação e de projetos políticos de sociedade. Nossa proposta não significa um tipo de ‘policimento ideológico’, mas,

O fato é que todo conceito que é apropriado indistintamente deve ser analisado com maior cuidado por quem trabalha em educação, verificando-se o significado implícito nas afirmações mais consensuais. Questionar e refletir sobre aquilo que na aparência é muito evidente é um exercício indispensável ao educador (LOUREIRO, 2012, p.84).

A Agenda 21, enquanto instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, é orientada por conhecimentos e saberes dos agentes participantes e das relações por eles travadas, sendo assim, lugar de potencialização da contradição e do conflito, mas também de negociações e consensos.

Ao propor a *pedagogia da sustentabilidade*, considera importante regular a ação humana tendo em vista a preocupação funcionalista com o “bom funcionamento do corpo social”. O documento busca fomentar ações para a *boa governança*, comprometida com a ética para assim “fixar limites para o comportamento individual, (...) estabelece(ndo) condições de previsibilidade necessárias ao bom funcionamento do corpo social, inclusive no mundo privados e dos negócios”(Agenda 21 – Ações Prioritárias, 2002, p. 80).

Neste sentido, a Agenda 21 é considerada uma institucionalidade ideal para enfrentar os ‘desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente sadias’, capaz de ‘sensibilizar a população e suas lideranças’ e ‘fortalecer as responsabilidades individual e corporativa, sinais da cidadania planetária’ (BORN, 2002).

O ‘vazio político’ gerado pela suposta crise do Estado, entenda-se Estado neoliberal, requer uma ‘cultura cívica’ para que o terceiro setor divida responsabilidades e conduza as ações sociais de interesse público. Este processo é entendido como uma forma de ‘delegação de poder’(*empowerment*). Para tanto, precisa estar fortalecido e capacitado, ou seja, tenha acúmulo de capital social (Agenda 21 – Ações Prioritárias, 2002, p.76).

No contexto do município de Itaboraí, entendemos que a participação na Agenda 21 permitiu que as lideranças locais pudessem construir conhecimentos – teóricos e práticos – sobre os eixos temáticos típicos desse tipo de documento. O conceito de sustentabilidade socioambiental é considerado na presente análise como um processo e por isso resultado construído da relação entre pensamento e ação, reflexão e prática, teoria e práxis. Sendo um processo dialógico e democrático, os conflitos, as diferenças e as contradições são partes instituidoras desse processo.

A investigação das correspondências entre premissas e metodologia desse formato participativo e os resultados, ainda que parciais ou em andamento, das dinâmicas promovidas, assim como dos produtos gerados pela Agenda 21 Itaboraí, podem colaborar para os processos de construção e implementação das políticas públicas de caráter local no Brasil.

Após o período inicial de construção de Agenda 21 Local no município de Itaboraí, em 2005, contando com significativo envolvimento de lideranças locais, em 2007, esse instrumento orientador de política pública – planejamento participativo - transforma-se em instrumento mediador de interesses entre a população, o governo local, o setor produtivo local e a empresa Petrobras.

Ao longo desse processo de construção que resultou em um documento chamado Agenda 21 Itaboraí, a participação dos três setores nas etapas foi marcada por uma rotatividade de representantes. Alguns representantes afastaram-se, outros mudaram de setor, revelando a complexidade que esse tipo de participação suscita.

O terceiro setor da Agenda 21 Itaboraí é formado em sua maioria por lideranças comunitárias e uma organização não-governamental. A condição para participação na qualidade de liderança é ser referendado por suas respectivas associações.

Essa representatividade engendra um conjunto de relações pautado pela experiência de cada lugar social ocupado pelas lideranças. São representantes de suas comunidades diante da qual assumem o papel de lideranças que detêm uma legitimidade política enquanto canal para o atendimento de demandas locais. Algumas lideranças são membros de conselhos municipais e atuam junto ao poder local para a garantia de direitos sociais básicos. Apesar dos limites que a estrutura e o funcionamento dos conselhos municipais apresentam, em muitos casos, a existência formal destes é a condição para “a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não expressam uma dinâmica local significativa” (ABRAMOVAY, 2001).

A participação partidária também está presente entre os membros do terceiro setor no sentido de mobilizar experiências e saberes para demandas coletivas que incorporem o planejamento e a gestão para a construção de sociedades sustentáveis. Se o formato apresentado pela Agenda 21 promove um distanciamento das questões estruturais que envolvam o conflito capital e trabalho, a participação do terceiro setor não se limitou à existência de uma vontade subjetiva de participação em uma dada situação de conflito

(MONTAÑO, 2011). A proposta contida no Plano Local de Desenvolvimento Sustentável do município prevê o Fortalecimento dos Sindicatos e planeja “promover eventos e cursos sobre formação sindical e organização, com o objetivo de incentivar o trabalhador para a sindicalização” (PLDS)⁴⁵. Entre as preocupações elencadas na esfera das relações entre capital e trabalho estão: “precarização do trabalho no setor público municipal”; “necessidade de organização dos trabalhadores locais”; “falta de informações sobre o papel dos sindicatos para toda a sociedade”; “de que maneira serão estabelecidas as relações extra-institucionais dos sindicatos que serão atraídos pelos empreendimentos que se instalarão em Itaboraí”; “possível precarização da relação trabalhista, no que diz respeito às empresas terceirizadas ligadas ao Comperj” (idem).

O terceiro setor que participou da elaboração da Agenda 21 Itaboraí tem um perfil militante, reúne conhecimentos e experiências que vão dialogar com as ideias de ‘educação, consciência pública e treinamento’ a que se refere o capítulo 36, assim como as novas ‘informações para a tomada de decisão’ contidas no capítulo 40 da Agenda 21 Global, e com a metodologia proposta pelo instrumento.

De acordo com os objetivos da pesquisa de identificar e conceituar os saberes produzidos pelo terceiro setor a partir da participação nos fóruns da Agenda 21, instrumento esse pautado por premissas e uma proposta metodológica explicitadas no capítulo anterior, buscou-se também verificar se a adoção desse formato, inclusive com a produção de um documento oficial, representou uma maior participação na elaboração e aplicação de políticas locais de desenvolvimento sustentável.

O terceiro setor que consta no documento Agenda 21 Itaboraí é composto por representantes das seguintes instituições: Associação de Moradores do Bairro Esperança, Associação de Moradores de Morada do Sol, Associação Comunitária de Visconde de Itaboraí, Associação de Rádio e Difusão Comunitária, Cultural e Socioambiental de Itaboraí, ONG Guardiões do Mar e segmento religioso. A rotatividade da participação é uma característica desse formato, o que faz com que a relação das associações acima citadas pelo documento não corresponda exatamente à relação que consta no site referente aos

⁴⁵ Plano Local de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.comperjagenda21.com.br/sites/localhost/files/Consolida%C3%A7%C3%A3o%20Municipal%20de%20Itabora%C3%AD.pdf>

representantes do terceiro setor.⁴⁶ Foram entrevistados os representantes das seguintes associações: Associação de Moradores do Bairro Retiro de São Joaquim, Associação de Moradores e Amigos de Sambaetiba, Associação de Moradores de Outeiro das Pedras, Associação de Moradores de Morada do Sol, Associação de Rádio e Difusão Comunitária, Cultural e Socioambiental de Itaboraí e Associação de Moradores do Bairro Esperança, totalizando 60% do terceiro setor.⁴⁷

A utilização de letras maiúsculas substituindo seus nomes visa resguardá-los de uma exposição, já que inseridos em um contexto de conflitos engendrados pelo empreendimento na região, e diante de uma complexa rede de relações envolvendo as lideranças, o poder local e a própria dinâmica do instrumento de que eles fazem parte, pois envolvem as ações em andamento que buscam concretizar os projetos e planos que estão no documento Agenda 21 Itaboraí.

A entrevista foi organizada por temas recorrentes na Agenda 21 e no campo da educação ambiental (LAYRARGUES, 2004, 2006; LOUREIRO, 2006), e na literatura adotada sobre movimentos sociais e participação (GOHN, 2010, 2011; MONTAÑO, 2011), buscando perceber como os entrevistados concebem esses conceitos e como constroem as relações entre os mesmos. (Anexo 1 - perguntas das entrevistas)

Optamos por realizar entrevistas com os representantes do chamado terceiro setor da Agenda 21 de Itaboraí, utilizando perguntas abertas acerca dos seguintes eixos temáticos: educação ambiental; desenvolvimento sustentável; participação social; Agenda 21.

Os saberes acerca da educação ambiental constituem um ‘mapa das educações ambientais’ sob a forma de conceitos, práticas e metodologias que transitam entre “nomes que buscam categorizar, qualificar, adjetivar a educação ambiental” (CARVALHO, 2004, p.15). A arena da educação ambiental nos leva da alfabetização ecológica à educação no processo de gestão ambiental, passando pela ecopedagogia, pela educação ambiental crítica até a educação ambiental transformadora ou emancipatória.

⁴⁶ <http://www.agenda21comperj.com.br/municipios/Itabora%C3%AD/agenda-21-local/representantes>

⁴⁷ A ONG Guardiões do Mar e o representante do segmento religioso não responderam à solicitação para a realização da entrevista.

Essas denominações estão inseridas no fazer educativo formal e não formal, “como uma perspectiva da educação voltada especificamente ao enfrentamento pedagógico da questão ambiental, que visa à internalização da dimensão ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p.84). Compartilhamos a ideia de que um debate se faz necessário, porque “além da eficácia de sua cota de participação na tarefa da reversão da crise ambiental, a educação ambiental também é um vetor de mudança social” (idem). Esse vetor apontaria para formas de ‘reprodução ou transformação das condições sociais’?

Portanto, é assumindo que os conceitos são categorias polissêmicas que procuramos mapear os saberes construídos pelo terceiro setor sobre os temas anteriormente elencados, evidenciando suas potencialidades e limites na construção de sociedades economicamente mais justas.

3.2 Saberes em construção e terceiro setor na Agenda 21 Itaboraí

A primeira questão buscou delinear como os entrevistados⁴⁸ definem educação ambiental, sem citarmos sua dimensão formal ou não-formal. Para M.,

“Educação ambiental é educação. Antes de qualquer coisa é educação. A gente aprendeu com Descartes a departamentar tudo. Criando setores, departamentos. Na medicina tem o cardiologista, o ortopedista (...). Isso acabou tomando um nível muito alto na sociedade. A educação (tem) setores para educar. Aí você aprende tudo sobre educação pedagógica e não sabe nada sobre educação ambiental. (...) Educação. O que importa é o ambiente. E ambiente é tudo, então educação ambiental é educação. Não é outra coisa.”

M. tece uma crítica à perspectiva presente na ciência moderna que “departamenta a realidade muito presente nas especializações do conhecimento”. Ao afirmar que ‘ambiente é tudo’, percebemos um cuidado em não reduzir o meio ambiente exclusivamente aos elementos diretamente ligados à natureza, evitando-se assim uma perspectiva ‘conservacionista, preservacionista ou romântica’ (LOUREIRO, 2006).

Nas disputas que envolvem as orientações das políticas de planejamento diante dos impactos sociais – engarrafamentos, poluição, carência de mão-de-obra qualificada, precarização do atendimento à saúde -, é fundamental

⁴⁸ As falas dos entrevistados foram sublinhadas por mim em determinados trechos, a fim de ressaltar o conteúdo que remete a análise feita ao longo do trabalho.

recolocar no atual contexto as reflexões acumuladas sobre o que significa a nossa existência e o que é ser natureza, e levar isso a uma esfera pública de decisão dos caminhos a serem construídos pela sociedade, seja transformando-a radicalmente ou apenas reformando-a. (LOUREIRO, 2006, p. 119)

A ausência por parte do poder público de um planejamento participativo que incorpore efetivamente o interesse público e permita pensar e fazer juntos, buscando na participação o elemento norteador das políticas públicas, é para M. uma lacuna de poder que poderia ser preenchida por outro tipo de atuação da Agenda 21 Local. Para M.,

“Temos que aprender a construir um Estado. (...) A Agenda 21 não tem essa visão em curto prazo. (...) A Agenda 21 trabalha com planejamento estratégico, e a gente não tem encontrado isso, possibilidade de trabalhar isso na Agenda21. A gente tava trabalhando até chegar o Comperj. Após a chegada do Comperj não tivemos mais força, força econômica. A cidade está destruída (...). Todo mundo quer o Comperj. Mas ninguém queria o Comperj da forma como entrou. (...) Tinha que preparar a cidade para recebê-lo.”

Um importante dado para nossa análise é perceber que a dimensão que a educação ambiental possui junto aos membros do terceiro setor está mediada por um acúmulo de conhecimento construído não somente por meio de cursos e capacitações, mas também, pelo fato de dois membros da Agenda 21 terem participado da elaboração do Plano Municipal de Educação, especificamente sobre o tema *Educação Ambiental e a Práxis Cidadã*.⁴⁹ No mesmo consta que

a Educação Ambiental avança à funcionalidade político-social e institucional, onde a aprendizagem está adaptada ao contexto regional das sociedades específicas e distintas. A sua práxis se pauta no metabolismo urbano com ações eco-educativas que avançam do microcosmo ao macrocosmo, passando pelo próprio ser humano e sua casa, sua rua, bairro, cidade, estado, país e planeta. Essa práxis social considera tanto os processos formais desenvolvidos nas instituições explicitados no Projeto Político-Pedagógico, como os processos informais desenvolvidos em todo o contexto comunitário local. (Plano Municipal de Educação, p.105)⁵⁰

Neste documento, o papel da educação ambiental é costurado ao formato Agenda 21 e aos conselhos municipais.

A Educação Ambiental proposta a constar no Plano Municipal de Educação, tem suas principais ações, fundamentadas, na Lei 2023 de 25 de março de 2007, no que diz: fica instituído no âmbito do município de Itaboraí, o programa da Agenda 21 Local, com a finalidade de elaborar um plano de desenvolvimento sustentável e participativo para a cidade de Itaboraí. (...) Assim (...) lança entre as suas principais propostas a serem referendadas democraticamente no Plano Municipal de Educação com vistas à consonância dialética do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a criação do CEA (Centro de Educação Ambiental) no município de Itaboraí. (idem)

⁴⁹ Disponível em <http://www.legislaitaborai.com.br/leis/2008/2077.pdf>.

⁵⁰ Disponível em <http://www.legislaitaborai.com.br/leis/2008/2077.pdf>. Acesso em 10 fev. de 2013.

A partir desse diálogo entre Plano Municipal de Educação, Agenda 21 Itaboraí e Conselhos Municipais, em que estão inseridos os representantes do terceiro setor, é que buscamos delinear os sentidos e usos da educação ambiental em Itaboraí.

Quando perguntados sobre a definição de educação ambiental, podemos identificar três sentidos: uma concepção de educação ambiental crítica que incorpora as desigualdades sociais e politiza a perspectiva de mudança comportamental enquanto um processo; uma segunda identificação da educação ambiental com uma perspectiva protecionista que busca uma conscientização cuja finalidade é comportamental; uma terceira que se refere ao seu caráter formal, implementado nos espaços escolares.

Detentor de uma concepção de educação mais crítica, M. afirma que

“A pessoa quando chega para educar tem que sensibilizar o aluno para todas as coisas. (...) Sou ambientalista, eu sou ecologista. Aí eu sou um ambientalista que passa por cima de uma pessoa que está deitada na calçada. (...) O que nós temos hoje em educação? Nós não educamos. A escola não foi feita para educar. A escola foi feita para ensinar. E a escola quando se mete a educar, ela não educa, ela programa. Então a educação ambiental é uma coisa que não deveria existir. (...) Educação religiosa, tudo tem uma tendência, e meio ambiente não pode ter tendência (...)”.

Assim, é possível perceber a defesa de uma educação ambiental que incorpore as desigualdades sociais, utilizando formas de sensibilização, e reconhecendo na explicitação dos conflitos a criação de espaços de diálogo para a promoção de uma concepção crítica acerca da mudança social. Problematiza-se, portanto, um tipo de abordagem metodológica muito comum no campo da educação ambiental que implica, no final do processo educativo, em construir soluções de ordem moral e técnica, para problemas que são de ordem política. Sua importância consiste em trazer para o debate propostas de leituras críticas da realidade evitando reducionismos que envolvem a problemática acerca da relação sociedades e natureza, como vemos na fala abaixo.

“Você chega numa família que tem tudo. Um apartamento, tudo direitinho e (outro) mora numa rua de chão, com esgoto correndo na porta de casa. Aí bota os dois alunos na sala de aula. Aí o professor vai falar da saúde daquele que mora no apartamento. Ele não vai falar da saúde daquele que mora na rua de esgoto, as galinhas ciscando ali, aí vem no domingo mata a galinha e come (...). Isso tudo é uma realidade que não passa por dentro da sala de aula (...). A educação, ela está aí só que os próprios educadores não percebem. Não percebendo não entra na luta(...)”.

(M)

Uma definição de educação ambiental mais convencional pode ser encontrada na definição de F.,

“educação ambiental é tudo aquilo que envolve a proteção da natureza, seus recursos e nosso modo de viver também. Tudo tem a ver com proteção ambiental. Um simples copinho que se pode jogar na rua, o lixo que se queima fora de casa ou joga em qualquer lugar. O produto que você consome né, tudo tem a ver com o meio ambiente, seja para melhorá-lo ou para piorá-lo. (...) Desde que a Petrobras veio pra cá, fala-se muito no assunto aqui e acolá. Estão dando aula sobre esses assuntos sobre educação ambiental. (...) Mas (...) vou ser sincero(a), ainda é muito pouco, entendeu? É como você querer ensinar uma criança, mas não vai dizer que ela vai aprender porque ela ouviu uma vez só. Tem que ficar repetindo, repetindo. Tem que chamar a atenção: meu filho, você não pode jogar o lixo todo no mesmo lugar. Tem que separar, tem que ser cobrado, tem que ter lei, tem que ser multado. Tem que ter coisa prática.”

Uma perspectiva mais convencional de entendimento do papel da educação ambiental que, apoiada na ideia de conservação da natureza, em certo sentido, prima por uma utilização eficiente dos recursos, evitando o desperdício, a poluição e buscando mudanças basicamente comportamentais em nível individual, correndo o risco de não perceber as relações para além da esfera microssocial. Essa perspectiva mais tradicional da educação ambiental, ao limitar-se a reformar as práticas dos pequenos consumidores, muitas vezes, promove uma flexibilização das práticas dos grandes poluidores enquanto responsáveis pela manutenção de padrões de produção e consumo desiguais e causadores da insustentabilidade.

Segundo G., “educação ambiental (...) é o comprometimento do ser humano em preservar a natureza, a fauna, a flora, todo o meio ambiente em si. E as pessoas têm que se conscientizar, se sensibilizar e mobilizar essas pessoas para a preservação do meio ambiente.”

No entanto, para V.,

“educação ambiental é que você tem que aprender a viver no meio ambiente com tudo. (...) Agora é que eles estão alertando, pelas mídias (...), mas infelizmente a grande massa não compreende (...). Só tem a cabeça na cabeça dela lucro, o interesse só. Enquanto houver isso, isso atrasa o processo (...) Mas eu acredito que isso não avança (...) Há muitos projetos. Esse projeto de reciclagem. Quanto tempo fala? De reciclar, nas firmas todo mundo tem lá o azul, o verde e não se faz direito(...) a secretaria ... lá ... de meio ambiente tinha dois kits e ninguém usava. A própria dizia “num usa não, bota isso aqui”(...) Enquanto houver isso... E a pessoa que falou estuda meio ambiente e fala bonito. Enquanto houver só técnica, só falação, não adianta. Tem que ter prática, conscientização. Se não tiver conscientização essa ponte fica difícil.”

J. define educação ambiental da seguinte forma: “É a conscientização do ser humano, do homem com a natureza. É a não degradação”. Para Y., “educação ambiental é uma forma de estar ensinando crianças, comunidade, o meio ambiente. Como ele é formado, o conhecimento da relação entre o homem e o meio ambiente. A importância disso”.

A percepção acerca dos limites de processos de sensibilização de caráter pontual para os problemas socioambientais, sem um efetivo enraizamento nas políticas públicas e na construção de espaços e formas dialógicas de construção de conhecimentos, é um importante dado a ser incorporado às análises sobre os usos da educação ambiental fora do ambiente acadêmico ou dos textos norteadores das políticas de gestão ambiental pública.

Para F., a relação entre educação ambiental e desenvolvimento sustentável deve ocorrer

“Através da conscientização das pessoas, do povo em geral. Conscientizar o povo de que aquilo que eles consomem, tudo gera impacto ambiental. A forma de descartar o lixo, também gera impacto ambiental. O que você pode aproveitar como reciclável, reutilizável, enfim, os 5 Rs. A pessoa tem que aprender. E já existem leis no âmbito federal para isso. Mas nós precisamos realmente fazer com isso seja cumprido. Se fala tanto em educação ambiental, mas o município não tem por exemplo coleta seletiva.”

É comum encontrarmos formas, bem intencionadas, de fazer pedagógico que intitulam o aprendiz como um ser passivo e vitimizado. Assim sendo, ainda persistem propostas que primam por metodologias em que

“os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos.” (FREIRE, 1987, p. 60)

Em um sentido alternativo, há propostas de fazer pedagógico que buscam incorporar o “sentido histórico-social para a caracterização das pessoas e sua inserção no mundo” (LOUREIRO, 2012 b, p.84). Onde os processos de sensibilização e conscientização estão além de enquadramentos(s) moral(is): o ‘bom’ e o ‘mal’, os ‘defensores da natureza’ e os destruidores. As simplificações podem deslocar o foco das relações sociais para comportamentos individualizantes da ação impedindo que se perceba que “...há práticas e intencionalidades distintas que complexificam a discussão” (idem, p.79).

A leitura apresentada anteriormente sobre o documento Agenda 21 Itaboraí mostrou-nos pouco espaço que nos permitisse refletir sobre a relação entre educação ambiental e participação sociopolítica. Na leitura de vários textos acerca do campo da educação ambiental, são recorrentes as referências ao seu potencial poder de politização e de promoção “(...) de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da

contemporaneidade.” (ProNEA, 2005, p.18). No entanto, ao longo dos documentos que orientam a Agenda 21 Itaboraí e no próprio documento, percebemos pouco espaço para propostas que incorporem a educação ambiental de forma crítica ou com características mais emancipatórias do fazer social.

Quando perguntados sobre a relação entre educação ambiental e participação sociopolítica, a maioria dos entrevistados reconhece que a socialização do conhecimento e da informação são fundamentais para a mobilização da população. No entanto, reiteram a responsabilização do poder público na incorporação de políticas para o meio ambiente sob formas participativas.

Para Y., a educação ambiental

“politiza muito. Nas redes sociais ela politiza bastante. Cada vez mais a participação está em função do conhecimento das questões ambientais. Por conta do que a gente está vivendo no dia a dia. Do calor de 42°(...) Quando você sabe por que aquilo está acontecendo, faz você participar”.

Quando perguntado sobre a relação entre educação ambiental e participação sociopolítica, J. respondeu que “Melhora. A educação qualquer que seja, melhora(...) Qualquer coisa que você esteja aprendendo melhora.”. Quando indagado sobre se estimula a participação política, respondeu:

“Se ela funcionasse. De jeito nenhum. Você dá curso (...) não precisa ser longo (...), mas, por exemplo: ‘Olha, vai ter um curso de tanto dias na associação sobre isso’. Você leva o diploma para eles saberem da importância. Você tem que oferecer algo. Se você só falar, falar, não adianta. Tem que haver uma troca”.

O papel do conhecimento é reconhecido como muito importante, mas muitas vezes não encontra correspondência no fazer político junto ao poder público ou junto à comunidade.

Para V., “A gente está aqui só pelo conhecimento”. Ideia complementada por J.:

“Nós estamos também aprendendo, fomos reciclados. É o que eu digo, em cada reunião, em cada congresso, evento, nós aprendemos uns com os outros, nós conversamos. É dialogando que você aprende. Agora, a comunidade é muito diferente. Eu acho que nós, comunidade, cidadãos, sabemos muito pouco sobre a realidade. Saber a realidade atual com a vinda do Comperj, do que realmente está acontecendo no meio ambiente de Itaboraí. Nenhum cidadão sabe como é o processo, como está se dando. (...) Você vê eles tacarem fogo, não tem ninguém(...) os galpões estão sendo levantados aos montes. Isso implica no meio ambiente, na degradação. Nós não sabemos nada, absolutamente nada.”

Para V.,

“Temos que ter educação para cuidar do meio ambiente (...). Saber que não posso jogar o lixo de qualquer maneira, sair cortando árvore (...). Falam isso, mas não agem. Ta faltando esse elo aí, que é praticar. A gente tem que praticar essa sustentabilidade (...). Viver com saúde. (...) Cuidar para outra geração. Eu não aguento mais falar em reciclagem. A prática é muito lenta. (...) Alguém tem que ter coragem e começar a por em prática. ‘Vamos botar para quebrar esse projeto’”.

Diante da complexidade que envolve a educação ambiental no município, a pesquisadora foi interrogada pelo entrevistado: “A gente tem que perguntar a você. De onde você tirou que existe educação ambiental em Itaboraí?”, disse V.

Apesar de constar no documento Agenda 21 Itaboraí uma referência ao Centro de Educação Ambiental, dotando de elementos não formais a educação ambiental nesse instrumento, segundo M., “a gente tentou (...) um Centro de Educação Ambiental e foi bombardeado pela Agenda 21 Comperj (...). Tenta destruir sem declarar guerra, a guerra não declarada”.

Contudo, apesar das perguntas da entrevista fazerem referência à educação ambiental de forma geral, sem uma especificação, se formal ou não formal, algumas respostas estabelecem uma relação do conceito com seu âmbito formal diante da pergunta que busca perceber uma correspondência ou não entre educação ambiental e participação sociopolítica.

Para G.,

“Estão entrelaçados. Eu acho que a educação ambiental deve ser bastante divulgada dentro do nosso município. Existem semanas do meio ambiente nas escolas públicas, existem belos trabalhos nas escolas com crianças, que faz crescer essa questão do meio ambiente, de você preservar. Eu acho que o meio ambiente e a preservação (é) educação ambiental. Estão entrelaçadas por isso, porque dentro das políticas públicas existe a questão do meio ambiente, a preservação do solo, a preservação da natureza, dos animais. Tudo está interligado. E a preocupação mundial está na preservação da natureza. Meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade”.

Novamente, a referência à educação ambiental nos espaços formais. Segundo I., “De acordo com a legislação, toda educação tem que ter fazer. Tem que estar trabalhando a educação ambiental, além de outras. Indígenas. De forma interdisciplinar.”

Quanto à questão acerca da relação entre o conhecimento sobre educação ambiental e desenvolvimento sustentável, G., respondeu que

“existe um projeto dentro da Secretaria de Educação que tem a educação ambiental e são justamente as crianças fazendo todo o processo de aprendizagem. E principalmente levando informações para dentro dos seus lares, passando para os

pais. Então eu vejo que as crianças têm muita preocupação e existe sim um projeto de educação para fazer parte da grade curricular.(...) Já é muito trabalhada a educação ambiental nas escolas”.

Para Y., a relação entre educação ambiental e desenvolvimento sustentável “é a base, o início da conscientização para que as pessoas, a comunidade, os governos e as empresas trabalhem isso. Há a necessidade de uma educação ambiental”.

A complexidade que envolve a definição do que vem a ser desenvolvimento sustentável e das responsabilidades dos segmentos sociais na sua construção, implica em se questionar uma dada visão consensual e simplificadora, muito difundida por instituições multilaterais e presente em políticas públicas, que inviabiliza um debate acerca das premissas desse desenvolvimento e das responsabilidades desigualmente distribuídas entre os atores sociais. Esse prolapado consenso não existe na prática. O que temos é a emergência de debates.

Diante das contradições inerentes ao sistema de produção de mercadorias e discursos sobre a crise ambiental, M. problematiza o senso comum que muitas vezes embasa as práticas e discursos na busca da sustentabilidade.

“Não existe desenvolvimento sustentável, nem nos países nórdicos, os ‘bambambãs’, nem lá. (...) Vamos reciclar! Reciclar o quê? (...) Você vai reciclar petróleo, como? Depois que você tirou o petróleo lá de baixo, trouxe aqui para cima e transformou em combustíveis, aí vai virar monóxido de carbono, (...) carvão para tudo quanto é lado e matéria plástica(...)Então não vai reciclar, vai reaproveitar.(...) Não há reciclagem. Você vai reciclar água, vai reciclar ferro? Como? Pega o ferro lá em Itabira, depois que você tirou ele de lá, mesmo se você jogar ele lá de volta (...) você não está reciclando, você está devolvendo para o local de origem, mas já mexeu nele, já contaminou. Depois que você mexeu na matéria, você tem que dar tempo e uso a ela para evitar o desperdício. (...) Vamos fazer reaproveitamento e parar com essa coisa de reciclar. Tem muita gente (...) sabendo que não tem reciclagem, que nada vai ser reciclado (...) que através de projetos do governo e de ONGs e outras coisas (...) engana a população.”

Esse negócio de sequestro de carbono (...) vem gente de vários países (...) aqui no Brasil para discutir sequestro de carbono. Por que eles não fazem isso lá, no país deles? Democracia é bom para os outros, pra gente não. Eles vêm pra cá porque não fazem lá. (...) Aí ficam querendo recuperar a floresta amazônica. Temos que educar, mas não dessa forma. Através da educação e da autoridade. Tem gente que lá que precisa da floresta para sobreviver, tem gente que está destruindo a floresta, tem gente que está lá impunemente e faz parte do governo. (...) Eu entendo desenvolvimento sustentável dessa forma. Não da forma que está sendo vista aí. Estão querendo fazer a sociedade de boba. Vai chamar para reunião, a sociedade não vai lá (...).”

Considerando a compreensão acerca da educação ambiental não-formal presente na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999), onde a mesma é definida como

“as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa e qualidade do meio ambiente”, propusemos questões que pudessem produzir dados sobre os avanços e limites da inserção da educação ambiental no formato participativo Agenda 21.

Ressalta-se que o período 2005-2014 foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2012, a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, propondo

“uma nova visão da educação capaz de ajudar pessoas de todas as idades a entender melhor o mundo em que vivem, tratando da complexidade e do interrelacionamento de problemas tais como a pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, que hoje ameaçam nosso futuro” (UNESCO)⁵¹

Para Loureiro (2012b), a relação entre sustentabilidade e educação não está dada *a priori*. Na realidade é uma construção, inserida em debates que transitam entre “(...) leitura(s) pragmática(s) e instrumentalizadora(s) de educação, que separa(m) indivíduo e sociedade na compreensão de mundo (...)” (p.77) buscando de uma ‘coesão social’, e leituras em que educação realiza-se por meio de processos “(...) vinculados à formação do ser, ao pensar o mundo, ao refletir sobre a existência, ao atuar na construção da história e ao se posicionar politicamente” (p. 78). Em estudo realizado por Teixeira (2006), notamos o quanto a sustentabilidade ambiental e social está subjugada aos parâmetros do desenvolvimento econômico. A tese defendida pela autora acerca da funcionalidade da educação presente na Agenda 21 Brasileira, sustenta-se ao verificar que “as diretrizes para a educação estariam, em última instância, fortalecendo a proposta de desenvolvimento sustentável via inserção na economia globalizada” (TEIXEIRA, 2006, p. 152). O que temos é uma educação que propõe combater a exclusão, mas que prima pela relação direta entre formação e integração do indivíduo ao mundo do trabalho, atualmente flexibilizado, sob um modo de produção causador da própria insustentabilidade.

Para Teixeira,

as proposições do referido documento, inclusive aquelas relativas à educação, representam, em última instância, a conformidade com os “efeitos perversos” da globalização, uma vez que não foi construída na perspectiva da mudança, mas da adaptação. (...) É a adaptação dos problemas sociais à meta de inserção do país na

⁵¹ Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/special-themes/education-for-sustainable-development/> Acesso em 04 fev. 2013.

economia globalizada (...) na qual a educação contribui com a formação para o trabalho e para a sociedade da informação, do conhecimento, etc. (TEIXEIRA, 2006, p.154).

A associação da dimensão sociopolítica às questões ambientais vem demarcando importantes espaços nos desenhos das políticas públicas no Brasil. Essa perspectiva tem se concretizado a partir da transversalidade entre os temas educação, participação e desenvolvimento sustentável, e vem sendo incorporado por diversos documentos e relatórios referentes à crise ambiental e o caminho para sair dela, o chamado desenvolvimento sustentável (UNESCO) ⁵².

Nesse contexto, é a educação ambiental a ferramenta ideal. Mas diante de construções discursivas ainda pouco problematizadas e contextualizadas⁵³, esvaziadas de conteúdo histórico-social que permita construções conceituais que complexifiquem as leituras das relações sociais, os processos educativos que envolvem a educação ambiental demandam uma investigação acerca do próprio entendimento/uso dos conceitos que permeiam as legislações e programas no campo da educação ambiental.

Nesta parte da entrevista, propusemos questões que estabelecessem relações entre a educação ambiental e a compreensão dos efeitos sociais e ambientais do Comperj. A partir da participação na Agenda 21, buscamos perceber como o terceiro setor entende a contribuição daquela: i) para o próprio município; ii) para o desenvolvimento sustentável; iii) para a participação sociopolítica.

Para F., a educação ambiental pode ‘ajudar’ a entender os efeitos sociais, econômicos e ambientais do Comperj, mas condiciona sua contribuição a outras dimensões, tais como escolarização da população, efetivação de uma legislação ambiental, transparência nas negociações do poder público com o setor produtivo. Ao mesmo tempo demonstra a

⁵² Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/special-themes/education-for-sustainable-development/>
Acesso em 04 fev. 2013

⁵³ A Unesco define a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da seguinte forma: “possui em sua essência uma ideia simples com implicações complexas, pois após vivermos séculos sem nos preocupar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que aprender, agora, a viver de forma sustentável”. Um conjunto de termos e conceitos demanda maior contextualização histórico-social e das relações engendradas por eles. Se dados evidenciam que 20% da população mundial é responsável pela apropriação de 80% dos recursos da natureza. Quem viveu durante séculos sem se preocupar, afinal?

Outra imprecisão: “Mas o que exatamente é a Década? É um conjunto de parcerias que reúne uma grande diversidade de interesses e preocupações. É um instrumento de mobilização e advocacia. E é um veículo de responsabilidade pelo qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, o setor privado e comunidades locais podem demonstrar o seu compromisso prático em aprender a viver sustentavelmente.” (idem).

necessidade de conhecimentos que permitam a compreensão das implicações da presença do empreendimento na localidade, evidenciando a ausência de debate democrático acerca das potencialidades de uma gestão participativa para o desenvolvimento sustentável no município.

“Ela ajuda. Mas quando eu digo que ela ajuda, eu tenho que levar em conta que a maioria da população tem baixo nível de escolaridade. Então se dentro da estatística, só 3% tem faculdade, então a maioria só vê aquilo que estiver bem claro na sua frente. Não consegue ver, assim em termos de tempo e de espaço, o que vai acontecer com muitas indústrias ao nosso redor. Então a educação ambiental está muito aquém da realidade. Uma coisa você nota aqui em Itaboraí agora, outra coisa é como vai estar daqui a cinco anos, depois da inauguração da Petrobras. Quando as novas empresas, que na verdade é o ‘boom’ da cidade, vierem para cá, como é que vai ficar? Muda o secretário do meio ambiente, muda a política. As nossas leis do meio ambiente ainda não foram aprovadas na câmara.”

A proposta de desenvolvimento sustentável construída através de metodologias de parcerias e consensos contribui para a produção de conhecimentos voltados principalmente para os efeitos mitigadores da instalação do empreendimento na cidade e faz da Agenda 21 um instrumento norteador das políticas compensatórias para a região. Isso ocorre em virtude dos limitados esforços no sentido de pôr em discussão o próprio projeto de desenvolvimento local diante da pequena participação do primeiro setor na Agenda 21 e do cumprimento dos planos municipais, muitos deles construídos coletivamente via conselhos municipais e Agenda 21 Local.

Ainda a respeito da inserção da educação ambiental, para G.,

“Há preocupação porque a educação ambiental faz com que as crianças reflitam para não jogar o lixo, para não poluir os rios e as lagoas, né. Porque isso vai fazer cada vez mais a degradação do nosso solo e do meio ambiente. Com a vinda do Comperj, a preocupação dela se estendeu mais ainda. Porque na verdade é um empreendimento gigantesco que gera milhões de dólares (...) mas tem que ter as compensações. Existem agora as compensações (...) plantações de árvores, o monitoramento do ar que é feito e o monitoramento da saúde dentro de Itaboraí. Porque já não é o mesmo ar, as árvores (...) não são mais as mesmas. Existe uma perda da fauna, das aves que migram para outro local porque houve desmatamento. (...) O trânsito é caótico, as pessoas estão ansiosas e nervosas. Então a educação ambiental é primordial porque está interferindo na saúde psicológica, no solo e nas águas também. De onde eles vão tirar tanta água? Do rio Macacu (...) vai ser tudo extraído de Itaboraí. E essas compensações estão realmente valendo à pena. Uma cidade tranqüila, maravilhosa, interiorana, está virando uma cidade urbana sem planejamento. (...) O único recurso que a Agenda 21 poderia dar é o planejamento, a reestruturação através da saúde e da educação ambiental.”

O potencial crítico da educação ambiental capaz de construir parâmetros alternativos aos do desenvolvimento essencialmente econômico pode diluir-se na medida em que sua inserção nos projetos se dá mediada por conceitos ou metodologias que não promovem

processos de desnaturalização dos fatos, invisibilizando as disputas por projetos políticos distintos de sociedade. É recorrente dar-se visibilidade aos projetos compensatórios que nem sempre compensam os impactos de determinados empreendimentos sobre o meio ambiente e a sociedade.

Sua utilização sob uma perspectiva funcionalista implica fazer dela – educação ambiental – um instrumento de interpretação do real que entende “a sociedade como uma grande entidade orgânica, à semelhança de um organismo biológico; e como tal, internamente harmonioso.” (LAYRARGUES, 2006, p. 76). Dentro dessa concepção, a ideia de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’ não comportam o conflito. Na busca da coesão social, o conflito é considerado um ‘defeito’ ou um obstáculo para o ‘progresso’, assim sendo, a educação é tomada por uma dimensão apolítica e funcional para a submissão da natureza e do trabalho aos interesses do mercado, sob as ‘palavras de ordem’, quais sejam, participação, eficiência, sustentabilidade, redistribuição de renda ou justiça social.

As falas a seguir demonstram um campo ainda a ser trabalhado pela educação ambiental e seu potencial desmistificador do real. Quando perguntados se a educação ambiental contribui para compreender os efeitos socioambientais do Comperj, M. respondeu,

“De jeito nenhum. Não alcança. As próprias pessoas, os próprios professores, os próprios governantes ainda não perceberam o que é isso. A dimensão disso eles não sabem. (...) Eles chamam aquilo de pólo. Nunca foi pólo (...). É um complexo (...) um pólo são várias indústrias e um complexo são vários pólos (...). A população de Itaboraí está sendo substituída(...) E aqui não é diferente de outros lugares(...). Isso é um programa(...) Está vindo uma outra população, estranha, que está chegando, se estabelecendo por cima da população local. (...) Também não compreende o Comperj.”

Para Y.,

“Ainda não. Só quem tem conhecimento disso, de que o Comperj está mudando o ambiente (...). Quem tem essa consciência geral, total, é quem participa. Talvez as crianças nas escolas (...). Mas o povo de uma maneira geral, ele até vê as mudanças, no trânsito, mas ele não entendeu que essa é uma questão ambiental principalmente. Acho que não.”

As questões a seguir abordarão o tema Agenda 21 Local, seu papel, relacionando com os temas desenvolvimento sustentável, participação e sua contribuição para a percepção dos possíveis impactos do Comperj.

No entendimento de F., o papel da Agenda 21 é educativo. “Uma instituição que vai servir para educar a população de Itaboraí. Eu digo educar porque segundo a estatística, a maioria da população de Itaboraí só tem o nível de 4ª série. Então nós temos que ter uma base quando se fala em educação (...).”

O terceiro setor entende que a presença da Agenda 21 no município acontece de formas distintas, evidenciando um papel de mediadora de conflitos e interesses que, por meio de um recorte temporal feito pelos entrevistados, ganha contornos diferenciados que ora a identificam como importante instrumento norteador de políticas públicas, por promover uma determinada forma de mobilização e de multiplicação de conhecimento, ora como elo que integra a lógica da gestão empresarial do Comperj.

Ao responderem a esta questão – papel da Agenda 21 – notamos um recorte temporal situando o antes e o depois do Comperj. Para M.,

“O papel é complicado porque quando instalaram o Comperj, nós já vínhamos trabalhando a Agenda 21. Era um processo demorado. A gente tinha uma perspectiva de dez anos para que a agenda chegasse a um termo(...) Dois anos depois chegou o Comperj(...) Era um trabalho democrático, didático porque a maioria das pessoas não sabia ainda o que era uma Agenda 21. A Agenda 21 é uma medida muito difícil porque ela não trabalha com o presente. Ela tem que estar sempre agindo no futuro. Ela pode pensar no momento, no presente, mas agir no futuro(...). É uma agenda para o século 21. Não adianta a gente ficar batendo o pé, ficar marcando passo(...) Depois do Comperj, a gente continuou. Estava entrando nas discussões temáticas(...). Veio o Comperj, a gente teve que parar tudo(...). Complicou porque não veio com objetivo local, veio com objetivo empresarial(...) atropelando(...).”

A chegada do Comperj na região representou uma mudança metodológica no formato e na dinâmica da Agenda 21 Local. O modelo proposto pelo Projeto Agenda 21 Comperj, e utilizado para fomentar os processos de Agenda 21 Local, divide os setores em quatro: 1º setor são os órgãos públicos municipais, estaduais e federais; 2º setor são as associações, cooperativas e entidades do setor produtivo e empresas privadas; o 3º setor são ONGs, sindicatos, associações de classe, fundações e clubes; e o 4º setor chamado de setor comunitário envolvendo comunidade, associações de moradores e outros representantes de grupos sociais.

De acordo como o Projeto Agenda 21 Comperj, sob supervisão da Petrobras,

a metodologia foi desenvolvida de início com o convite a cada setor, separadamente, em cada município, para que levantasse suas preocupações e demandas, apontasse as potencialidades locais e, posteriormente, sugerisse as ações necessárias para tratar as questões identificadas. O passo seguinte foi a reunião de representantes dos quatro

setores para chegarem a um consenso sobre o diagnóstico municipal e elaborarem propostas. O resultado é o documento da Agenda 21 Local dos 14 municípios (Projeto Agenda 21 Comperj)⁵⁴.

Buscando dialogar com a nova metodologia proposta, de acordo com M., o terceiro setor de Itaboraí, que já vinha desenvolvendo a Agenda 21 Local, continuou o programa. Nesse sentido, a questão da participação social a partir desse instrumento é um tema recorrente nas falas do terceiro setor evidenciando a forma como se apropriaram do mesmo.

“A gente manteve um acerto, um casamento. (...) Eu entendo que a Agenda 21 Comperj é uma agenda mínima agregada a Agenda 21 Local. (...) A Agenda 21 Comperj vem com um quarto setor. É uma invenção deles (...) desestabiliza a sociedade civil, (...) divide. (Mas) através do enfrentamento a gente está sempre dando um passo a frente. Ela percebendo as lutas, ela vai vivendo as lutas. Até o amor é luta. (...) Então o objetivo da Agenda 21 é evoluir, sensibilizar a massa, a população, para que a massa sensível, ela percebe as lutas, as lutas de classe, as lutas religiosas, as lutas partidárias, todos os tipos de lutas.”(M.)

Para V.,

“nós temos um diferencial. Nas outras cidades são quatro setores. Nós não aceitamos isso. Nós só temos três e por quê? Nós somos comunidade. Esse negócio de ONG para nós nunca teve. (...) Quem sempre prevaleceu foi a comunidade. Então é esse setor que sempre se interessou com conhecimento e vontade de contribuir e de chamar os órgãos. Então a Agenda 21 vem mostrar aos governantes os caminhos da vontade da população. É a comunidade que vem atuando esses anos todos. Desde 2005 a gente já vem debatendo. A Agenda 21 é um instrumento que a gente precisa, que a gente tá brigando para que os governantes dêem atenção a ela.(...) A gente lutou muito para chegar a esse produto. E não pode chegar nesse produto e deixar o governante falar: a Agenda 21 é só um detalhezinho. Não, não é um detalhe. A gente tá insistindo, está tendo o apoio do Comperj.”

G. diz que é

“importante pensar a participação dessas pessoas (...) de uma caminhada longa, estruturando cada passo. E eu acho também que a participação agora é muito importante do primeiro setor que agora está melhorando bastante.(...) Apesar de tudo, esse terceiro setor sempre foi importante. Sempre participamos, sempre procuramos nos estruturar e nos capacitar.”

De acordo com J.,

“Eu queria que fosse realmente um elo muito importante entre a comunidade, sociedade civil e o governo. O meio ambiente hoje é uma das coisas mais importantes. E acho que Itaboraí dá muito pouco valor. O primeiro setor não tem o mínimo respeito com a Agenda 21, pelo menos nessa gestão. E nós, do terceiro, a gente vem lutando desde 2005. Nós brigamos, nós lutamos. Em grupo muito unido. Então nós viemos lutando, fazendo cursos, do nosso bolso, trabalho voluntário, com muito carinho, muita dedicação. Que o novo governo dê mais atenção à Agenda 21 porque é um elo importantíssimo inclusive para eles, entre a Petrobras e a comunidade.”

⁵⁴ Disponível em www.agenda21comperj.com.br.

Para Y.,

“Ela teve outra importância, mas hoje acho fundamental é estar multiplicando conhecimento. Ela é importante para que as pessoas, a comunidade, saibam sobre a questão do meio ambiente em Itaboraí com o advento do Comperj. As implicações que esse empreendimento vai estar trazendo, inclusive as implicações ambientais. Nesse momento, a importância da Agenda 21 é estar multiplicando esse conhecimento para as outras e para a sociedade mesmo, e também para o poder público também, né. Porque eles são sociedade também. Eles tem que acordar para isso. Se eles vão ficar na cidade eles tem que acordar para isso.

Trânsito terrível, principalmente agora que tiraram as vans. A poeira. De manhã você limpa e de noite já está cheio de poeira. O pessoal de Porto das Caixas, (...) você vai lá. (...) Precisava ver onde a gente ficou (...). É uma poeira de barro, vermelha. O ar muito seco. O clima mudou. As chuvas quando elas vêm, elas vêm muito fortes. (...) Com o Comperj, um espaço gigantesco de mata foi (...). Uma zona rural que virou de repente industrial. Prédios...são 93 prédios só na 22 de Maio. E água. No meu bairro nunca faltou água. Pela primeira vez, eu moro lá desde os sete anos, faltou água duas semanas.”

O protagonismo do terceiro setor contrasta com a omissão do poder público em legitimar o papel desse espaço de debates enquanto orientador de políticas públicas. No lugar não ocupado pelo poder público local é a iniciativa privada que passa, junto às lideranças locais, a elaborar os planos e projetos para o município. O planejamento do desenvolvimento local passa a ter as cores do mercado.

Nesse sentido, para M.,

“A Agenda 21 Local começou em 2003. 1º de janeiro de 2003. Proposta da Secretaria de Meio Ambiente. Uma lei de 2002. (...). Ficou um bom tempo pra gente organizar. Em 2003 montamos um projeto junto com o Rodaviva (para) o Fundo Nacional do Meio Ambiente. (...) A Petrobras (...)2006 (em) começou (...) agindo localmente, pensando localmente. Não existia recurso, mas tinha militância. A Agenda 21 Local nem a Comperj atendem às necessidades de Itaboraí. Saiu, perdeu o objetivo. Ela ta cumprindo um papel: de defender as necessidades da Petrobras de vender, comprar produtos (...) a demanda do mercado internacional é grande. (...) Ela acaba usando como um marketing(...) Nós não estamos a (serviço) da Petrobras(...) O que está acontecendo em Itaboraí é uma nova colonização.”

No entanto, para V., “o Comperj sinalizou na Agenda 21 que ia fazer e acontecer. (...) Desde 2005, nós já sabemos (...) não mentiram para nós não. Em 2007, já estão entrando e falando. Os governantes ouviram”. E para Y., “Algumas pessoas das comunidades que estavam no governo e que eram provenientes do movimento comunitário, conseguiram estar sensibilizando para isso. Então houve um certo apoio.”

A instalação de empreendimentos em localidades altamente impactadas se faz acompanhar nos últimos 20 anos de políticas compensatórias sob a denominação de

responsabilidades socioambientais como forma de responder às pressões resultantes desses impactos. A forma como os empreendimentos e suas políticas são apropriadas estrategicamente pela população local, incluído o poder público local, construindo consensos e conflitos, é uma arena de disputas e sua análise crítica se faz evitando determinismos e percepções pré-estabelecidas.

Buscamos perceber como o terceiro setor estabelecia a relação entre o papel da Agenda 21 e o tema desenvolvimento sustentável, assim como apontar qual seria o tipo de contribuição do formato Agenda 21.

Para G., é

“através da mobilização. A mobilização é importantíssimo, divulgando a Agenda 21, as ações da Agenda. Possibilitando então a mobilização e a conscientização da comunidade. A sustentabilidade está dentro desse aspecto porque a Agenda 21, da parte da mobilização, fala muito da sustentabilidade e agora, principalmente, depois da Eco 92, veio a Rio +20 e houve um fortalecimento da questão sustentável em nosso município de Itaboraí. Estamos trabalhando muito na sustentabilidade. Divulgação, informação e mobilização.”

Percebemos a relação entre uma concepção de mobilização mediada por conhecimentos que engendram práticas. Notamos ainda que, no que se refere à participação social, sua materialização encontra-se na elaboração do planejamento participativo concretizado no Plano Local de Desenvolvimento Sustentável e principalmente na sua aplicabilidade.

Para V., “essa ferramenta (...) se ela foi um produto de ações de lideranças comunitárias e também dos setores, (é) uma ferramenta voltada para a sustentabilidade. E a sustentabilidade é caminho, então (...) desde que consiga entrar nas atitudes. Até agora só está no plano do papel.”

Para Y., “a Agenda 21 é um movimento para a construção do desenvolvimento sustentável(...), o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável. O papel da Agenda 21 é fazer ele se concretizar, esse PLDS. (...) Usá-lo efetivamente.”

F. nos respondeu da seguinte forma:

“Eu acredito que se nós conseguíssemos nos firmar estruturalmente e colocarmos nossos planos prá frente e, dentro desses planos, orientar. Não se pode fazer como geralmente faz. Temos que procurar nos adaptar ao século em que estamos vivendo. Temos que procurar economizar, a pegar coisas que não sejam tão poluidoras. Seria

nesse aspecto que a Agenda poderia ajudar muito. Veja bem, nós éramos um município que era dormitório, de repente veio o Comperj pra cá. E agora... não está faltando emprego em Itaboraí, não está faltando. Eles já estão pegando funcionários do outro lado do Rio. Muitas empresas vão se instalar ainda. E isso vai trazer muitas conseqüências para cá. É claro que a gente ainda não sabe bem o que. Temos apenas uma ideia para fazermos uma comparação com outras localidades onde já ocorreram essas refinarias. Mas a gente sempre quer o melhor onde nós moramos, não é verdade? Nesse aspecto, a Agenda 21 poderia, com um olhar de águia, que pode antever o que pode acontecer.”

A questão da representatividade da Agenda 21 também é um dado problematizado para a construção da sustentabilidade local. Ao ser questionado, M. diz que

“se o primeiro setor tiver sensibilidade para ajudar o terceiro setor a desvencilhar a Agenda 21 Local da Agenda 21 Comperj, que ela hoje está presa, amarrada(...) O primeiro setor não tem noção, não tem compreensão, não são daqui, não conhece Itaboraí.(...) A Agenda 21 local está na mão de pessoas que não tem afinidade com Itaboraí. (...) Isso prejudica muito a Agenda 21 Local. A Agenda 21 igual aquele banco com três pés. Se um estiver quebrado, ele cai. E esse um que está faltando agora é o primeiro setor. O terceiro setor está vivo, tá lá na Agenda 21. A Agenda 21 não tem prazo, ela é imortal. (...) Nós demos um passo atrás. (...) Essa euforia não é bom para nós(...”

A representatividade também aparece relacionada à questão referente à Agenda 21 e a participação sociopolítica, a legitimidade da Agenda junto ao poder público e a representatividade no interior do próprio instrumento. Nesse vácuo de poder, a imagem da empresa junto à população está sendo trabalhada e a população cobra a ineficiência do governo. O conflito não é com a empresa, mas com o governo.

Para F., ainda no que se refere à relação entre Agenda 21 e participação,

“Há, mas atualmente é muito pouco. Porque na verdade as pessoas em geral estão mais interessadas no agora. O que vou ganhar agora? O que é que eu vou ter agora? É emprego que vai me dar? Elas estão mais interessadas nisso, entendeu? Tem como mudar? Mas nós precisamos da base de tudo, de leis ambientais sejam votadas, precisamos que nossos representantes vistam a camisa, entendeu? Mas isso depende de muitas outras coisas na verdade. Depende muito dos interesses particulares, infelizmente, de cada um. A Petrobras tem feito o que pode para orientar a população, para a população poder cobrar, fazer sua parte, entendeu? Mas a gente sempre está esbarrando nos velhos problemas. Corrupção, incompetência, favorecimentos que não deveriam acontecer. As coisas não são claras. (...) As coisas não são transparentes aqui em Itaboraí. Ainda não atingimos esse grau aqui.”

Para G.,

“O poder público nesses últimos anos não teve nenhuma participação e nega-se exaustivamente a ter. (...) A Agenda 21 é o compromisso. (...) O poder público não se localiza, não se identifica e não participa. (...) Mobilizar é que eu acho que é a questão. Infelizmente Itaboraí não tem”.

As respostas a seguir fazem um importante recorte temporal na atuação da Agenda 21, associando seu papel atual, sua representatividade social na mediação dos interesses e a participação política. Quando perguntado se a Agenda 21 estimulava a participação política, M. respondeu que

“Quando estava atuando como Agenda 21 Local tinha. Hoje, não. Hoje a Agenda 21 Local perdeu a representatividade. O povo não olha mais para a Agenda 21. A gente andava na rua, era toda hora gente perguntando como faz, vai ter a reunião hoje? Hoje as pessoas não reconhecem, sabem que está tudo sendo feito pra fora e não participa e não quer participar. Por que não quer? Porque viu o que aconteceu. E vê que as pessoas que estão lá não têm representatividade pra representar a Agenda 21(...).”

De acordo com Y.,

“Houve um momento, no início, foi bem forte. Por quê? Porque o Comperj era uma novidade e o Comperj estimulou mais ainda a participação na Agenda 21. Isso foi muito atrelado a FAMI (Federação das Associações de Moradores de Itaboraí). A participação da FAMI, das comunidades era muito grande. Com a Caravana Comperj, foi uma coisa bem bonita de se ver, inclusive com visibilidade. Depois a coisa foi, né. (...) Mas acho que é um processo natural mesmo de esvaziamento por conta de que já se tinha construído o primeiro momento. Que era muito importante e o PLDS. Quando fez o PLDS é que eu senti que houve esse esvaziamento, né. Em 2011. Agora essa nova fase é que está meio. (...) É como um pacto, né. Agora é o reconhecimento do PLDS. Essa estratégia (é) para que o primeiro setor aplique o PLDS”.

Ainda sobre a participação sociopolítica, J., acredita que “a Agenda 21 de Itaboraí é diferenciada. Foi uma das primeiras. Articula sim, mas ainda muito pouco”. Para V., “a sociedade está lá dentro? Estamos nós. Tem gente lá? E é por que nós não queremos? Não. Nós queremos, agora, há interesse? Tem muita gente no poder executivo com curso bom, mas que não sabe o que é Agenda 21.” Segundo J., “Já vi vereador me perguntar: me explica o que essa tal de Agenda 21?”. Para V., “Não há interesse. Nós insistimos. (...) As pessoas ficam quietas (...)”.

Quando perguntados se a Agenda 21 chegava até as associações, V. respondeu: “Não. Isso tem um custo. O Comperj não custeia isso. As pessoas vão pela sua amizade, não pelo interesse. Para você mobilizar (...) pelo menos um lanche tem que dar.”

A última parte da entrevista teve como temática a metodologia que orienta a participação na Agenda 21, a setorialização dos sujeitos sociais envolvidos e a premissa da parceria para a construção de consensos enquanto estratégia de regulação da participação. Faz

parte dessa estratégia, a partir da identificação das lideranças locais, o mapeamento dos conflitos locais, a fim de facilitar acordos e negociações.

A geração desses dados, somados à produção de índices acerca da realidade local, podem, posteriormente, ser utilizados de diversas formas, a saber: i) na própria elaboração de políticas públicas; ii) nas formas tecnicistas de negociação dos conflitos; iii) nas estratégias empresariais para suas políticas de responsabilidade social e ambiental e iv) no trabalho de capilarização que envolve instituições multilaterais e ONGs nas atuais condições de acesso e ingerência dos projetos cujo objetivo é o atendimento de demandas emergenciais de caráter estritamente pontual.

F. entende da seguinte forma a relação e a participação dos três setores:

“Acho que é o certo ter os três setores. Mas aí nós estamos praticamente paralisados sempre por causa de um dos setores sempre. Tivemos o ano todo de eleições...o pessoal todo debandou. Quem não debandou não podia mais participar...E agora o primeiro setor não aparece. Todo o primeiro setor está faltando. Aí a Agenda fica parada (...). É claro que os três setores têm que estar juntos para que algo possa acontecer. Mas para isso precisamos ter um mínimo de estrutura na Agenda.”

Y. posiciona-se no seguinte sentido:

“Acho que o ideal são três setores. Acho que comunidade para mim é organização, entendeu, não governamental. No meu entendimento, comunidade, uma associação de moradores tem CNPJ e ela pode tanto quanto uma ONG aplicar projetos, você entende. Em Itaboraí deve ter sido essa estratégia. Porque o foco em Itaboraí é comunidade, não é ONG, até então. E começou a pipocar umas ‘onguezinhas’. Começou essa ideia de trabalhar com as comunidades, (...) nivelar ONGs com comunidades. Guardiões do Mar é de fora. Essas ONGs todas que vão para lá, Iser, Ibase, são de fora(...). Uma ONG ela pode ser regional, nacional, internacional, então ela pode atuar em vários lugares.”

Para G.,

“A participação poderia ser melhor. A participação do terceiro setor (...), como nós estamos por dentro do movimento (...) é interesse. Não ganhamos nada, é participação voluntária, então ela se fortalece mais ainda. É um idealismo, é um sonho de ver as coisas acontecerem. O primeiro setor não há participação. (...) Agora o segundo poderia ser melhor, mas também não temos essa sensibilização. Então o terceiro setor que é o setor fortalecido, de pessoas capacitadas, interessadas e sonhadoras.”

Sobre a ideia da promoção de consenso entre os três setores, G. diz que:

“É possível. Devido a essa experiência, a essas capacitações que nós tivemos. Então (...) já houve tempo em que foi melhor, mas devido a Agenda 21 ser também participante (...) e o terceiro setor como ele é mais fortalecido e com o conhecimento

agora total, eu acho que há possibilidade principalmente momento. A situação crítica e (é) necessária opinião (...).”

A atuação sob a forma de parcerias encontra, na prática, dificuldades de se realizar.

Para V.,

“Essa participação é individual. Não tem parceria entre os três setores. O primeiro setor não vai. Quando manda alguém, ele trabalha individual, faz o papel dele de assinar a lista (...) e não tem parceria e nem quer saber disso. O segundo setor quase não tem. Em nível de projeto ele não oferece nada. (...) Quando chegou o Comperj é que botaram reciclagem (...).”

Assim sendo, F. se posiciona da seguinte forma: “Acredito que sim. Se todos os setores estiverem representados, engajados, olhando pelo mesmo foco.”

Para M., esse tipo de participação sob a forma setORIZADA significa:

“Planejamento integrado. Tinha representantes com poderes de decisão. (...) O livro da Agenda 21 não tem que ir para dentro da Secretaria. (...) Tem que ter o espaço dela. O governo devia estar fomentando isso, conforme fomentou no início da Agenda 21. Ele pensa o contrário (...) Acabou a Agenda 21. Os outros setores dependem do primeiro setor. Nesse sentido. Agora, o 1º é ideológico. Não adianta um prefeito atrasado, hoje ideologicamente contrário, que tenha que aturar. Não concorda, mas tem que aturar porque a lei exige, né. (...) A Agenda 21 trabalha com tudo isso. A pessoa que lida com Agenda 21 tem que estar ciente disso. (...) A gente perdeu o contato (...). Está todo mundo aí...Os atores não estão na Agenda21.(...) Aquilo não é Agenda 21. Aquilo é um aparelho montado pelo Comperj. Um aparelho de marketing do Comperj.(.....) destruiu Macaé....eu tomava banho em Macaé(...).”

Sobre a possibilidade de formar consensos entre os três setores, o entrevistado Y. responde que:

“Consegue. Desde que haja a vontade. (Em Itaboraí) nesse momento não. Porque está saindo de um governo para outro. (...) Acredito que esse esvaziamento, não é tão grande assim não. Eu vejo o pessoal participando. (...) O pessoal está saindo da campanha política e ano que vem vai voltar. Até porque tem que voltar.”

Quando foi perguntado se havia consenso entre os interesses dos três setores, V. respondeu da seguinte forma, ressaltando a positividade para o conflito:

“A carência que o terceiro setor, que é o que mais sente, a comunidade (é) que tem aquele interesse. E o segundo setor também vive isso. O primeiro setor que tem pouca participação dele, não fala muito, mas eles concordam. Então não há.(...) Mesmo que tenha algumas adversidades, mas isso é bom para enriquecer o projeto, a ideia, né. Então eu não vejo como negativo não. (...) O que falta mesmo é trazer mais gente. Precisa mesmo é da participação do primeiro setor.”

Para M.,

“Consegue. Ela foi feita para isso. Mas depende do estágio evolutivo do povo, do país. Itaboraí (...) foi atropelado, Cachoeira foi atropelado, Friburgo foi atropelado (...), mas não é por isso que a gente vai deixar de fazer. Nós somos agentes transformadores. A Agenda 21 é nosso instrumento de transformação (...) então há.”

O entendimento de F., sobre o papel da Agenda 21 na formulação de consensos faz referência ao seu papel de instrumento mediador de conflitos entre os interesses públicos e privados, apesar de reconhecer que a racionalidade econômica prevalece sobre outras formas de relação com o meio ambiente.

“Ela entraria como uma orientadora, como um fiel na balança. Olha isso aqui pode pessoal, isso aqui não pode, tem que ser dessa forma. (...) Existem várias maneiras de se fazer um empreendimento, técnicas. A Agenda 21 deveria vir para dar uma orientada melhor (...). Quando se vai fazer um projeto se pensa na maneira mais econômica. E a maneira mais econômica em geral não se leva em conta a sustentabilidade. Quem vai fiscalizar? Quem vai dizer que não pode? Então a gente tem que ter normas, leis que diga que não pode, que seja de peso. Para que as coisas possam funcionar de uma maneira construtiva e que seja bom para todos. Ou que pelo menos reduza aqueles impactos que a gente já conhece, já existem em outros lugares.”

A Agenda 21 funcionaria como *“fiel na balança”*: “Tem que procurar orientar o primeiro setor, o segundo setor, sobre quais as melhores técnicas de fazer determinados empreendimentos que causem menos impactos”, segundo F.

3.3 Possíveis contornos para a relação entre educação ambiental, Agenda 21 e participação

A análise apresentada buscou colaborar para a construção de uma perspectiva que fosse além de leituras simplificadoras da realidade sobre as quais se apoiam parte considerável das políticas de responsabilidade socioambiental de empresas, buscando mitigar os efeitos de seus empreendimentos. Diante de um contexto que permitiu a apropriação, pela lógica de mercado, de um formato institucional pensado para ser instrumento norteador de elaboração de políticas públicas de caráter participativo, buscamos construir dados, a partir do recorte efetuado pela pesquisa, que possibilitassem desenhar os possíveis contornos de um conflito.

Entendemos que “os conflitos ocorrem na medida em que as práticas e os significados dados ao espaço ambiental pelo capital impossibilitam as práticas e sentidos conferidos pelos sujeitos que concebem o território em uma lógica não mercantil” (Bases para a reflexão sobre a crise ambiental e a Rio+20, 2012, p.3). Conforme abordado no capítulo anterior, governos

nacionais, setores empresariais e suas ramificações representadas no terceiro setor, impõem a ideologia do neodesenvolvimentismo, incorporando de forma retórica e funcional as dimensões sociais, políticas e ambientais ao mundo dos negócios.

Se para Leite Lopes,

Impulsionadas por instituições financeiras internacionais, por critérios e padrões empresariais voltados para o mercado internacional e pela retórica e ação de ONGs nacionais e estrangeiras, as políticas ambientais – e, em particular, as que preconizam o controle da poluição industrial – têm se tornado nos últimos anos um aspecto estratégico para a observação das tentativas de implantação de políticas de concertação e regulação participativa entre agentes com interesses diferentes ou contraditórios nos diversos níveis de administração municipal, estadual e federal. Da mesma forma, as grandes empresas, também pressionadas pelo mercado internacional, alardeiam sua participação na proteção do meio ambiente, tanto por meio da obtenção de certificados internacionais da série ISO 14.000, quanto através da contratação de especialistas – frequentemente antigos quadros de instituições públicas voltadas para o meio ambiente. Com essas práticas procuram dar colorações cada vez mais verdes às suas antigas agendas marrons. (LOPES, 2004, p. 230)

Nossa proposta foi analisar como as lideranças locais resistem, consentem, constroem e ressignificam, dialogando com o formato Agenda 21, uma cultura política que, por sua vez, vai mediar suas práticas junto às suas bases e ao poder local. Rechaçando um dos mitos da ideologia opressora que sustenta a *absolutização da ignorância*,

O humanista científico revolucionário não pode, em nome da revolução, ter nos oprimidos objetos passivos de sua análise, da qual decorrem prescrições que eles devem seguir. (...) Desenvolve-se no que rouba a palavra dos outros uma profunda descrença neles, considerados como incapazes. Quanto mais diz a palavra sem a palavra daqueles que estão proibidos de dizê-la, tanto mais exercita o poder e o gosto de mandar, de dirigir, de comandar (FREIRE, 1987, p.131).

Gramsci percebe na cultura política das massas uma ferramenta para a construção da capacidade de gerir um processo de transformação social, para que seja autônoma, crítica e se torne hegemônica.

Para tanto, é preciso contribuir para o desvelamento de formas de domesticação de conflitos nas sociedades capitalistas que fazem apropriações de modernos termos sob a ótica tecnicista buscando despolitizar as relações de poder. O que se tem é a criação ou recriação de novas institucionalidades para uma atuação pedagógica garantidora da eficiência econômica como único caminho. No formato estudado, Agenda 21 Local, é possível perceber a criação de um sujeito abstrato, ou seja, um terceiro setor idealmente dotado de uma visão única e pronta para ser compartilhada.

Nossa proposta enseja, no lugar desse sujeito abstrato e sua prática idealizada, um tipo de sujeito cuja participação esteja voltada para a práxis, entendida aqui, como “(...) a ação, a atividade (...) livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo (...)” (BOTTOMORE, 1988, p. 292). Nesse sentido, é condição para tal, a incorporação de uma perspectiva, presente no campo da educação ambiental e nos movimentos sociais, que se disponha a ir além das aparências e ocultamento das relações sociais, “uma vez que conhecer, agir e se perceber no ambiente deixa de ser um ato teórico-cognitivo e torna-se um processo que se inicia nas impressões genéricas e intuitivas e que se vai tornando complexo e concreto na práxis.” (LOUREIRO, 2012a, p. 144).

CONSTRUINDO UMA CONCLUSÃO

Ao longo de nossa proposta de investigar os saberes produzidos, e em produção, pelo terceiro setor, buscamos colaborar para o debate em torno das lutas, expectativas e resistências que caracterizaram a história do nosso país e que, desde o período chamado de redemocratização, vem dotando o tema da participação política de significativa visibilidade e institucionalização no trato das ‘questões sociais’. A relevância desse debate está na utilização, em períodos da nossa história (BOITO Jr., 2012), da participação política como um recurso político estratégico de hegemonia da classe dominante ou frações da mesma.

Contemporaneamente, usos de canais de participação que evitam polarizações sociais, não permitem dar visibilidade às relações de dominação, e sequer reconhecer-se como dominado ou dominador. Ao mesmo tempo, o distanciamento das lutas que incorporam o poder de Estado como objeto de conquista encontra apoio em formatos que institucionalizam uma participação que tecnifica as decisões. Fragmentam-se e dividem-se os atores sociais como se esta divisão pudesse equilibrar as relações entre Estado, setor privado e sociedade civil, enquanto demandante da universalização de direitos.

Para os defensores dessa setorização, esse processo seria mais eficiente para estimular uma participação de caráter mais propositivo, e não apenas reivindicativo. A socialização da política, sob a atual forma de globalização do capital, estaria ‘impondo’ a parcela dos movimentos sociais uma ‘cultura propositiva’ – que estabelece metas e objetiva “um agir ‘ativo’” – em substituição à ‘cultura da resistência’ (GOHN, 2011, p. 54).

No contexto do novo desenvolvimentismo, que situa o Estado como um “gerente”, e não mais exclusivo garantidor da efetivação de acesso aos direitos (fundamentais e sociais) e, frente aos interesses imediatistas do mercado, uma parcela da sociedade passa a se responsabilizar, não pela garantia universalizada, já que seria um direito, mas pela oferta de “serviços”, – educação, limpeza, saúde, cultura, esporte, assistência social, trabalho e renda – com caráter local, em comunidades – e na modalidade temporal – em períodos determinados pelo financiamento privado ou estatal para um objetivo específico. Para um dos principais teóricos da classe burguesa no Brasil,

Na época em que se faz a crise do modelo social-burocrático do Estado e em que a globalização exige novas modalidades, mais eficientes, de administração pública, cresce a importância de uma forma não privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado: as organizações de serviço público não-estatais, operando na área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com o financiamento do Estado. (PEREIRA; GRAU, 1999, p.16)

Essa “terceirização” dos direitos, não rompe, mas mantém o mercado e a lógica do capital também presente no Estado capitalista como mediadores dos serviços, pois são os mesmos que compõem a base de fomento dos institutos, ONGs e, para atualizarmos os termos, os disseminados observatórios (de cidadania, de favelas, de conflitos, direitos) e seus parceiros e colaboradores como o Banco Mundial, Fundação Ford. Estes mesmos atores sociais são norteadores de projetos ‘inovadores’ e das chamadas “boas práticas” que devem pautar as ações das comunidades em um contexto de flexibilização, mas somente dos direitos, nas relações entre capital e trabalho.

Para Montaño (2011), a crescente setorialização das políticas públicas é funcional para um delineamento das lutas dos movimentos sociais, fragmentando também os segmentos sociais e parcelando suas causas. No sentido inverso ao apontado pelas lutas e movimentos sociais que tomam como contraditórias as relações entre capital e trabalho e defendem a ideia de que o espaço da sociedade civil é um território de lutas e articulação entre as classes (MONTAÑO, 2011), a crescente flexibilização das formas de usos dos recursos e da degradação ambiental provocada pelos processos produtivos materializa-se no recuo do interesse público diante dos interesses do capital.

Outro aspecto importante das ‘boas práticas’ é a repolitização da política (OLIVEIRA, 2010) que vai nortear as formas de entendimento da questão social. São, agora, as ONGs, os observatórios, as fundações, e não mais os sindicatos e os partidos, os canais através dos quais as demandas por direitos e denúncia de violações são mediadas, incluindo o diálogo com associações e lideranças locais sob um suposto enraizamento, pedagogicamente orientados pelas noções de cultura, diversidade, diálogo e resolução dos conflitos. Estes são conceitos fundamentais para a construção de relações sociais justas e democráticas, mas incapazes de mudanças políticas significativas nas relações de poder quando dotados de abstrações que inviabilizam as necessárias construções, via pensamento, das relações com a totalidade histórica, entre a parte e o todo. As ações políticas, educativas, desse novo associativismo mais flexível, informal (GOHN, 2011) e com considerável capilarização social, frequentemente distanciam-se das causas estruturais da desigualdade, fazendo desaparecer dos

processos formativos os conceitos de dominação, perspectivas críticas-tranformadoras do processo de desenvolvimento atual, de luta, a perspectiva histórica, e a transformação social⁵⁵. No seu lugar, entram cultura da paz, diversidade, as inclusões (cultural, digital, social), as sustentabilidades (ambiental, social e empresarial), categorias muitas vezes descontextualizadas e sem um necessário aprofundamento teórico diante da polissemia de significados e implicações.

Portanto, dar visibilidade aos sujeitos e aos conflitos sociais, no nosso entendimento, é ir além das formas usuais de conhecimento e reconhecimento dos mesmos. Mas, significa aqui, entender e contextualizar sujeitos e suas lutas, às vezes singulares, mas sempre inseridas numa estrutura social cujas determinações são invisibilizadas.

A Agenda 21, pensada e materializada na década de 1990, representou um passo importante no conjunto de institucionalidades – orçamento participativo, gestão participativa, conselhos municipais - que, à época, eram construídas como respostas, de cunho participativo e associativo, para as questões emergentes nas diversas esferas – social, ambiental, econômica e política. Seus resultados, as Agendas Global, Brasileira e Local, são fruto de embates, discussões e consultas públicas realizados por países, governos locais, movimentos sociais e instituições ligadas à defesa dos direitos, que, de formas diversas, optaram por incorporar a dimensão social à dimensão ambiental ou vice versa.

Entendemos que, na área socioambiental, o modo de inserção do Brasil na economia globalizada foi traduzido pela Agenda 21. No entanto, as mudanças postas em discussão por esse instrumento não comportam questionamentos de suas premissas. Qual modo de produção queremos? Que tipo de desenvolvimento? Mas evidenciam uma perspectiva reformista e de adaptação ao capitalismo globalizado, sob um modelo de desenvolvimento sustentável, sem, entretanto, viabilizar processos de mudanças estruturais que possam reverter o caráter predatório e insustentável do atual modo de produção e consumo. Essa premissa não está na

⁵⁵ Nas orientações metodológicas das oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, temos um exemplo de proposta de intervenção social contextualizada historicamente: “Cada movimento deve começar por contextualizar a sua luta no seu país ou região e seguidamente identificar as intervenções/campanhas/ações em que considera ter êxito e aquelas em que fracassou ou teve mais dificuldades em realizar. Deve especificamente identificar quem são os principais inimigos ou adversários das suas lutas e quem são os principais aliados reais ou potenciais.” Disponível em http://www.universidadepopular.org/site/media/documentos/Orientacoes_metodologicas_UPMS_-_portugues.pdf. Acesso em 15 fev. 2013.

pauta de discussão. A preocupação está em executar metas supostamente consensuais, mas agindo a partir de premissas previamente estabelecidas. Discute-se a ação e não o conflito. É característica desse instrumento dotar de suposta igualdade de poder de decisão poluidor e poluído ou administração e população local, o administrado.

O estudo e o debate acerca das premissas e da metodologia da Agenda 21 evidenciaram a ‘fragilidade de sua filosofia *consensualista*’ (BEZERRA, 2006, grifos do autor) e de seu poder de ação, enquanto uma agenda norteadora de ações. Buscando entender as possíveis implicações da participação proposta por esse formato e, como consequência, as bases conceituais dos conhecimentos veiculados em suas dinâmicas e sua apropriação pelo terceiro setor, por vezes, recorreremos a um detalhamento, aparentemente excessivo, mas fundamental para a compreensão da lógica que embasa a ideia de participação e gestão.

É a partir da metodologia e de suas premissas que este formato participativo impõe uma didática às formas de apreensão da realidade, ou seja, as possíveis leituras e interpretações do real. Uma lógica voltada para abordagens pragmáticas, a lógica de execução, distanciando-se ou evitando as questões de fundo como as desigualdades nas formas de apropriação e usos da natureza, dos territórios.

Apesar de ser pensado como um instrumento comprometido com o planejamento e a gestão participativa para *políticas públicas*, nossas observações de campo ao longo da pesquisa – nas reuniões do fórum Itaboraí - e nossas entrevistas Agenda 21 Itaboraí, evidenciaram que alguns dos participantes não se veem fazendo política. Apesar de suas falas referirem-se à militância, à pressão junto ao poder público local para cumprimento dos planos e projetos elaborados pela Agenda 21, sua imagem e dinâmica são, discursivamente, tidos como neutros e apolíticos.

A presença de consultores da Petrobras em todas as reuniões, a partir do momento em que houve a fusão das duas Agendas, a Local com a Agenda 21 Comperj, resultando na Agenda 21 Itaboraí, contribuiu para construção da imagem de neutralidade: “O site da Petrobras é neutro”; “O Comperj tem uma parte de transparência. Publica a documentação no site”; “A Agenda não se vota, mas se chega através do consenso”; “O enfrentamento é ruim”; “Vamos transformar isso em encaminhamento. Eu quero saber como é que resolve. Eu não estou fazendo nenhum juízo”. São exemplos do discurso dos consultores nas reuniões

evidenciando o caráter pedagógico de suas intervenções e orientações ao longo das reuniões do fórum em Itaboraí no sentido de reforçar uma perspectiva, presente no campo da educação ambiental, que defende a padronização de comportamentos a partir da produção de uma leitura, entre seus interlocutores, reificadora da mudança a partir de técnicas de resolução de conflitos e de criação de consensos. Nesta, as contradições não são evidenciadas nem tampouco superadas, posto que não promovem uma leitura crítica e complexificadora do real que relacione teoria e prática.

Em relação à mobilização política envolvendo os setores, mais especificamente o terceiro setor, formado em sua maioria por associações comunitárias, é possível identificar limites e potencialidades desse instrumento para a ampliação da participação política. Diante da quase total ausência de participação do primeiro setor na Agenda 21 do município, a realização das ações propostas torna-se inviável. O poder de decisão não está na Agenda 21. Foram construídas orientações para as políticas públicas – o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável – com suas várias ‘ordens’ – física, ambiental, social e econômica – e também meios de implementação. No entanto, nossas entrevistas evidenciaram que os ‘parceiros do desenvolvimento’ não estão tão harmonizados na busca de um ‘futuro comum’.

O poder municipal – poder local – não tem se mobilizado para executar as ações planejadas pela Agenda 21 Itaboraí até então. Sua participação nas discussões é mínima, limitando-se a fornecer um servidor para estar presente às reuniões, assim como não cedeu espaço para a realização das reuniões da Agenda 21. Elas são realizadas em uma sala de uma faculdade privada.

Assim, mesmo diante da ‘fragilidade de sua filosofia *consensualista*’ em promover as parcerias, o documento da Agenda 21 Itaboraí ficou pronto e foi lançado em 2011. Os dois setores que vêm se ‘mobilizando’ são o segundo e o terceiro, frequentemente mediados pelos consultores da Petrobras. Assim, os consensos, as parcerias e os diálogos se desenham na Agenda 21 Itaboraí. Nessa relação e diante da análise do documento, o segundo setor, com sua força representada pelo Comperj, amplia sua esfera de atuação como ‘indutor efetivo da configuração social e ambiental da cidade’ (BEZERRA, 2006, p. 111).

A Agenda 21 em questão integra o Projeto Agenda 21 Comperj e vem sendo utilizada como parte das estratégias para ambientalizar, não tanto as ações, mas os discursos das

empresas na região. No entanto, a existência de um instrumento com poder de deliberar ações e projetos na esfera da sociedade civil pode *legitimar* interesses e ações junto à mesma.

Nesse contexto, o terceiro setor, ainda que conte com maior participação numérica nas reuniões, considera a sua participação limitada, do ponto de vista político, e, diante da fraca adesão do primeiro setor à Agenda 21, evidencia-se a ausência de parceria e consenso. A proposta de delegação de autoridade dos setores populares, historicamente excluídos das esferas efetivamente decisórias, ou seu empoderamento, premissa do formato, limitou-se a elaboração das propostas de ação, pois se ressentia de um real poder de ação política no atual modelo democrático brasileiro.

No entanto, é esse setor que ocupa também outros instrumentos participativos, além de suas associações. Também participam de conselhos municipais e de partidos políticos. Apesar do formato Agenda 21 estabelecer limites para a politização da realidade e ter sua dinâmica pautada por uma perspectiva funcionalista do consenso voltada para a ideia de coesão social, pois ignora o antagonismo de interesses do modo de produção capitalista, no Plano Local de Desenvolvimento Sustentável constam propostas para o fortalecimento dos sindicatos, maior controle das ONGs e estímulo aos conselhos municipais. Temáticas que, se apropriadas criticamente, podem tornar-se ações com potencial para evidenciar os conflitos.

Diante das contradições inerentes à intensificação da expansão do capital, tendo nos conflitos e antagonismos sua explicitação, estratégias de cunho ideológico procuram dar os contornos da nova sociabilidade – competências, habilidades, valores e ações – adaptada às atuais demandas do capital, sob a forma do neodesenvolvimentismo. A produção e reprodução da sociabilidade realizam-se mediadas pela pedagogia do consenso (NEVES, 2005). Nesta, conceitos e conhecimentos são ressignificados a partir de premissas reformadoras da ação no sentido de adaptá-las às necessidades da produção capitalista.

Ao compreendemos a Agenda 21 Local como um espaço pedagógico pautado por premissas e metodologia de resolução de conflitos, podemos perceber seu potencial educador para novas sociabilidades que utilizam como estratégia política a participação como condição para ‘harmonizar’ crescimento econômico, proteção da natureza e justiça social.

Consideramos que o desenvolvimento de uma cultura participativa é um processo pedagógico mediado por saberes construídos e ressignificados a partir de diálogos e práticas

permeados por conflitos e consensos. No entanto, ao tomar como metodologia a formação inicial do último, a Agenda 21 distancia-se do caráter pedagógico do conflito, possibilitando a ‘domesticação’ deste (FREIRE, 1987).

Definimos participação como um processo aprendido e não inato ou dado por uma suposta ‘natureza humana’. Um processo pedagógico (LIMA, 2011) envolvendo a prática da participação, no sentido de que “é decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 1996, p. 119). Entendemos assim a participação como uma ‘ingerência’ sobre as práticas decisórias que envolvem as políticas públicas, mediada sim, por formatos institucionais, mas que potencializem a realização das vontades e dos projetos societários que impliquem em relações não de dominação e exploração, mas autônomos e socialmente mais justos, como um dos aspectos da luta de classes.

A análise dos documentos de referência para a elaboração das Agendas 21 Locais e das entrevistas nos permitiram identificar na experiência da Agenda 21 de Itaboraí uma dinâmica marcada por ambiguidades. A criação de um espaço participativo e educativo não formal, potencializador de mobilização, mas norteado por uma perspectiva de educação reformadora de comportamentos e reprodutora de práticas que se distanciam de um entendimento das causas estruturais das questões socioambientais. Sua funcionalidade para o ‘esverdeamento’ do capitalismo, contribui para a manutenção da submissão da sustentabilidade à lógica do mercado. A incorporação ao programa de relacionamento da Petrobras e a verificação do poder de ação do segundo setor junto às políticas locais, vêm permitindo que esse instrumento seja utilizado estrategicamente para o marketing ambiental da empresa.

O pequeno espaço dado à educação ambiental dentro de um instrumento norteador de ações supostamente construídas pela chamada *pedagogia da sustentabilidade* (Agenda 21 – Ações Prioritárias, 2005, p. 79), evidenciado pelo caráter pontual com que aparece no documento final da Agenda 21 Itaboraí e nos saberes dos participantes do terceiro setor sobre o tema, coloca-nos diante de uma questão ainda não respondida. Sob que bases teóricas a Agenda 21 pretende orientar as ações e mudanças comportamentais para mudar os rumos da insustentabilidade do modo de produção vigente? Diante da ausência de embasamento conceitual orientador de suas premissas, seu caráter ambíguo evidencia-se, permitindo assim múltiplas apropriações da educação para a sustentabilidade.

Por outro lado, diante do movimento associativo presente no município de Itaboraí e do perfil participativo e militante do terceiro setor, reconhecemos o papel articulador desempenhado pela Agenda 21. No entanto, defendemos que suas premissas e metodologia sejam confrontadas. Perceber que consenso é ação política e não sinônimo de coesão social tão funcional aos processos de dominação, enseja reconhecer também que as mudanças sociais ocorrem mediante a explicitação das contradições sociais do modo de produção e sua supressão.

Dessa forma, é necessário que a educação ambiental ocupe seu espaço para a construção de sociedades sustentáveis. Contudo, nem esse espaço, nem essa ocupação envolvem neutralidade. Novas institucionalidades e formas associativas, além de construções sociais, são também mediadas por ‘determinações materiais e de classe’ (LAYRARGUES; LOUREIRO, 2013). Do mesmo modo, a educação ambiental não é “única em seu entendimento de mundo e forma de agir” (idem, p. 54). A utilização do potencial crítico da educação ambiental deve estar articulada de forma rigorosa a uma compreensão crítica das questões socioambientais e dos condicionantes históricos e materiais das relações sociais.

A opção teórico-metodológica defendida pela educação ambiental crítica traz esse rigor necessário para o desvelamento das relações sociais fetichizadas. O método dialético, característico do pensamento marxista, constrói a base capaz de

Possibilitar o diálogo e a construção de novas sínteses teórico-práticas sem recairmos nos generalismos, simplificações, reducionismos, dualismos, idealismos, despolitizações e consensos vazios de sentido que permeiam o *debate ecológico* e que inviabilizam a consolidação de propostas concretas de ruptura com a Educação Ambiental pautada na pedagogia tradicional e tecnicista e no pragmatismo ambientalista (LOUREIRO, 2012a, p.109)

A Agenda 21 Itaboraí está em andamento. Com seus fóruns, reuniões setoriais e seminários, segue promovendo debates, construindo saberes e, enquanto espaço participativo permeado por diversos sujeitos e seus interesses de classe, pode vir a ser ocupado, redesenhado e usado como instrumento para construção de forças contra-hegemônicas capazes de pôr, na agenda de debates e ações, as lutas necessárias para a classe trabalhadora.

Ao mapearmos sujeitos, saberes e institucionalidades, nossa análise buscou dar uma contribuição para a construção de um caminho que permita que a classe trabalhadora possa

emancipar-se, empoderar-se e, enquanto sujeito histórico, romper e construir novas relações, entre si e com a natureza, que sustentem não o bem estar de poucos, mas de todos.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMOVAY, Ricardo. “Conselhos além dos limites”. **Revista Estudos Avançados** **15(43)**, 2001, pp. 121-140.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ACSELRAD, Henri. “Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana”. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**; Curitiba, n° 107, p. 25-38, jul./dez., 2004.

_____. “Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental”. In: **Revista Estudos Avançados**, vol.24, n°68, São Paulo, 2010.

ALIER, Juan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 1ed, São Paulo: Contexto, 2009.

Bases para a reflexão sobre a crise ambiental e a Rio+20. In: Rio+20 em questão. A agenda do capital na perspectiva dos movimentos sociais e do pensamento crítico. Relato do seminário preparatório para a Rio+20: denúncias, debates, lutas e resistência. Organização: ADUFRJ/APA PG/APEDEMA/Associação dos Moradores do Sapê/ADCP II/ASFOC/Coletivo Nós Não Vamos Pagar Nada!/DCE UFRJ/FIOCRUZ/Fórum Saúde do rio de Janeiro/ Fórum Comunitário do Porto/Fórum Social de Manguinhos/Grupo Baía de Sepetiba/Grupo Homens do Mar da Baía de Guanabara/Instituto de Defensores de Direitos Humanos/ Jubileu Sul/Levante Popular da Juventude/Núcleo de políticas Públicas Sociais da UNIFESP PACS/SINDPESCA-RJ/UFRJ:COLEMARX, LIEAS,LEMA/UNIRIO/UERJ/UFF.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BEZERRA, Gustavo das Neves. “Consensualismo e competição interterritorial: a experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro”. In: ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves (orgs). **Cidade, ambiente e política. Problematizando a Agenda 21 Local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOITO JR. Armando. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. Fórum Econômico da FGV/São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em 23 fev. 2013.

BORN, Rubens Harry. “Agenda 21: legado da Rio-92 e instrumento para a transformação social”. In: BORN, Rubens Harry (coord.). **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª edição, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. “Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal”. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. *O Público Não-Estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999: 15-48. Disponível em <http://bresserpereira.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>. Acessado em 07 de maio de 2012.

BRONZ, Deborah. “Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2011.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.

BRÜGGER, Paula; ABREU, Elise; CLIMACO, João Victor. “Maquiagem verde”: a estratégia das transnacionais *versus* a sustentabilidade”. GUIMARÃES, Leandro Belinaso; BRÜGGER, P.; SOUZA, Suzani Cassani de.; ARRUDA, Vera Licia Vaz de.(org.) In: **Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente**. Florianópolis:NUP/CED/EFSC, 2003.

CANTOR, Renán Veja. “La preservación del médio ambiente es, em primer lugar, uma lucha política”. Disponível em <http://www.EcoDebate.com.br>. Acesso em 20 dez.2012.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. “Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes”. <http://200.144.188.13/iea/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acessado em 19/03/12.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

Carta para a Rede de Centros de Educação Ambiental. Itaboraí, 01 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Carta%20para%20a%20Rede%20CEAs.pdf>.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. “Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação”. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, pp.14-25.

CARVALHO, Thereza. Oficina Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé. Disponível em <http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=2386>. Acesso em 08 jan.2013.

CASTRO, João Paulo Macedo. “Desenvolvimento e tecnologia de controle populacional”. In: **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Antonio Carlos de Souza Lima (org.). – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

CHASEK, P.S.; DOWNIE, D.L. & BROWN, J.W. **Global environmental politics**. 4.ed., Boulder, Westview, 2006.

CONCREMAT ENGENHARIA. Relatório de Impactos Ambientais Comperj. Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/pdf/rima.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

_____. “Gramsci e a sociedade civil”. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>> Acesso em 06 abr. 2012

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRESPO, Samyra. “Apresentação”. In: **Agenda 21 Brasileira. Avaliação e resultados**. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA, Brasília, 2011.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza. Desenvolvimento como oportunidade**. Campinas, Cortez: Autores Associados, 1996.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, Cortez: Autores Associados, 1995.

_____. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1988.

Ecodebate. El capital financeiro internacional se apodera de las mejores tierras sudamericanas Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2012/12/26/el-capital-financiero-internacional-se-apodera-de-las-mejores-tierras-sudamericanas/>. Acesso em 27dez. 2012

ESCOSTEGUY, Diego; ROCHA, Marcelo; RAMOS, Murilo; LOYOLA, Leandro. Polícia Federal acusa Petrobras de poluir o oceano. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/09/policia-federal-acusa-petrobras-de-poluir-o-oceano.html>

ESPAÇO CONHECER. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/minisite/espacoconhecer/>. Acesso em 18 jan. 2013.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. “Todos pela educação e o episódio Costin no Mec: a pedagogia do capital e ação na política educacional brasileira”. In **Trabalho necessário**, ano 10, n° 15, ano 2012. Disponível em www.uff.br/trabalhonecessario/. Acesso em 02 jan. 2013.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.,1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUKS, M. **Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

FURTADO, Fabrina; STRAUTMAN, Gabriel. “Ambientalização dos bancos: da crítica reformista à crítica contestatória”. In: PINTO, João Roberto Lopes (org.). **Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza – um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras**. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, 1ª edição, 2012.

GADOTTI, Moacir. “Agenda21 Global e Carta da Terra”. In: BORN, R. H. (Org.) **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIULIANI, Gian Mario; PINTO, Raquel Giffoni. “As áreas naturais protegidas e o crescimento econômico em seu entorno”. In **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, 04-06 de junho de 2008, Brasília-DF.

GOHN, Maria da Glória. “Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais”. **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p. 20-31, maio-ago, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5ª ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GRUPO GESTOR DA AGENDA 21COMPERJ. **Agenda 21 Comperj**; 2007. Disponível em < www.petrobras.com.br/comperj > Acesso em 26 set. 2011

_____.Agenda 21 Itaboraí. 2011. Disponível em <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/itaborai.pdf>

HERCULANO, Selene. “Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral fluminense”. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v.5, n.1, p.39-52, 2012.

IBASE. **Indicadores da cidadania vivida**. Rio de Janeiro: Ibase, 2012.

JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. Ano 7, nº 34, set./out./nov, 2012. Disponível em <http://bit.ly/JornalCRP-RJ34>.

KAPLAN, Leonardo. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

KRANZ, Patricia. **Pequeno Guia Agenda 21 Local**. Disponível em <www.agenda21local.com.br>. Acesso em 10 abr. 2012.

LA ROVERE, Ana Lucia Nadalutti. “Parcerias pela Proteção Climática no Brasil”. In: **Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Limpo: Oportunidades para Governos Locais. Um guia do ICLEI** (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais. Disponível em<http://www.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/LACS/Portugues/Servicos/Ferramentas/Manuais/Guia_Climaticas_portugues.pdf>. Acesso em 06 fev. 2012.

LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo de caso nas escolas de Teresópolis (RJ)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. “O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental”. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUE, P. Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4ª. Ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

_____; LIPAI, Eneida Maekawa; PEDRO, Viviane Vazzi. “Educação ambiental na escola: ta na lei”. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coords). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação: UNESCO, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. “A crise ambiental e suas implicações na educação”. In: QUINTAS, José. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 2002; pp. 159-196.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. 3ed., São Paulo, Cortez, 2002.

LEI nº9795 de 27 de abril de 1999. Brasília, Diário Oficial, 1999.

LIMA, Licínio C. “Crítica da educação indecisa: a propósito da pedagogia da autonomia de Paulo Freire”. In: **Revista e-curriculum**, v.7, n.3, 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7596/5546> Acesso em 23 de fev. 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier. “Ecologia política, justiça ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica”. **Revista Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, jan./abr. 2013, pp. 53-71.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus. “Dialética de Marx, pós-modernismo ambientalista e transição ao socialismo”. In: **Revista THEOMAI. Estudos sobre sociedad y desarrollo**, número 2009. Disponível em http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero20/Art_Azaziel.pdf. Acesso em 10 jan. 2013.

LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., & CASTRO, R. S. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4ª ed., São Paulo, Cortez, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. “Educar, participar e transformar em Educação Ambiental”. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, v.1, n.0, p.13-20, 2004a.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4ª ed.- São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. **Sustentabilidade e educação. Um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012b.

MARTINS, André Silva. “Todos pela educação”: o projeto educacional de empresários para o século XXI. UFJF-GT-09: **Trabalho e Educação**. Disponível em <www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/Article/467> Acesso em: 06 abr. 2012.

Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. “Caderno de Debate Agenda 21 e sustentabilidade”. - NOVAES, Washington. Agenda 21: um novo modelo de civilização.

_____. <http://www.mma.gov.br/index.php/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

_____. “Coleção. Fichário d@ educador ambiental”. Vol.12/Ano 3, Especial Agenda 21, outubro/novembro 2010. Disponível em http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Coleciona_12.pdf. Acesso em 02 jan. de 2013.

_____. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3ª ed., Brasília, 2005.

_____. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21. Bases para Discussão**. Brasília, DF: MMA, 2000.

_____. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 Brasileira. Ações Prioritárias**. Brasília, DF: MMA, 2004.

_____. Manual de Gestão Compartilhada no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MMA, 2008.

MONTAÑO, Carlos. “Terceiro setor” e “Questão social” na Reestruturação do Capital. **O canto da sereia**. 2001. Tese – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Leonardo C. Rocha. “A apologia do esgotamento: minerais e hidrocarbonetos”. Disponível em <http://www.docstoc.com/docs/120904420/ideias-para-o-artigo-de-recursos-minerais-e-de-hidrocarbonetos>. Acesso em 7 de jan. de 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

_____. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005

OLIVEIRA, Francisco. “Das invenções à indeterminação. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In OLIVEIRA, F.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAES/ FGV, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. “Uma alternativa democrática ao liberalismo”. In **Democracia como proposta**. Volume 1. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

PEREIRA, João Márcio Mendes. “Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais”. In: **Tempo social. Revista de sociologia da USP**, v.23, n. 2; pp. 235-263.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. 1ª ed., São Paulo: Scritta, 1995.

PEDRINI, Alexandre Gusmão (org.). **Educação ambiental empresarial no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2008.

Programa nacional de educação ambiental – ProNEA/Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3. ed. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

Programa Petrobras Ambiental. Seleção pública de Projetos 2012. Roteiro de Elaboração de Projetos. Disponível em <http://ppa.petrobras.com.br/roteiro-de-elaboracao-de-projeto/>. Acesso em 08 de jan.2013.

QUINTAS, José Silva (org.). **Pensando e Praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** 3ed.-Brasília: Ibama, 2006.

RABELO, Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana. “Educação para Todos e reprodução do capital”. In: Trabalho Necessário, ano 7, nº 9, 2009. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/index.php/numeros-antecedentes/2-uncategorised/14-20099>. Acesso em 30 dez. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento – política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996.

Rodaviva. Disponível em: < www.rodaviva.org.br > Acesso em 23 de jul. 2010.

SANTINI, Daniel. “2012: recorde de venda de carros e queda de venda de ônibus”. Disponível em www.oeco.com.br/outrasvias. Acesso em 05 jan. 2013.

SERRÃO, Mônica Armond. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo”. In: **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.** Antonio Carlos de Souza Lima (org.). – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

TEIXEIRA, Cristina. “Educação e desenvolvimento sustentável na Agenda 21 Brasileira”. In: **Ambiente e Educação**, vol.11, 2006, pp. 135-156.

UEMA, Elisabeth. “Controle social, saber perito e participação”. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). **Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento.** Secretaria do Meio Ambiente, Instituto do Meio Ambiente – IMA. Salvador, 2009.

VÍDEO *Rio: baía de todo os perigos!* Disponível em <http://www.arte.tv/fr/Rio---la-baie-de-tous-les-dangers/6743068.html>

VITAE CIVILIS – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. **Produto III-Relatório Analítico-Descritivo contendo proposições preliminares de atualização da Agenda 21 Brasileira.** São Paulo; 2010.

WOLFE, Alan. “Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil”. In: **Democracia como proposta.** Volume 1. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

ANEXO I

Perguntas da entrevista

- 1) Para você, o que é educação ambiental?
- 2) Como você entende o papel da Agenda 21 em Itaboraí?
- 3) Poderia fazer uma breve histórico da Agenda 21 Local e a chegada da Agenda 21 Comperj?
- 4) Como a Agenda 21 pode contribuir para o desenvolvimento sustentável?
- 5) O que você sabe sobre a educação ambiental realizada no município?
- 6) Há relação entre educação ambiental e o aumento da participação social?
- 7) Como a educação ambiental pode contribuir para o desenvolvimento sustentável?
- 8) A educação ambiental que acontece em Itaboraí ajuda a compreender os efeitos sociais e ambientais do Comperj na região?
- 9) Há relação entre a Agenda 21 Local e participação sociopolítica da população?
- 10) Como você percebe a relação da cidade de Itaboraí com os impactos e possíveis riscos do empreendimento?
- 11) Como você entende a participação dos três setores na Agenda 21?
- 12) A Agenda 21 consegue promover consensos entre os três setores?